

Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

BENJAMIN BURLE FERREIRA

**ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES IDEOLÓGICAS SOBRE
O TRABALHO NO ÂMBITO DA FÁBRICA SOCIAL,
UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO
E RENDA**

Brasília- DF

2021

BENJAMIN BURLE FERREIRA

**ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES IDEOLÓGICAS
SOBRE O TRABALHO NO ÂMBITO DA FÁBRICA
SOCIAL, UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO,
EMPREGO E RENDA**

Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em Gestão de
Políticas Públicas.

Professor Orientador: Mestre e Doutor em Ciências
Sociais, Camilo Negri

Brasília- DF

2021

BENJAMIN BURLE FERREIRA

**ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES IDEOLÓGICAS SOBRE O
TRABALHO NO ÂMBITO DA FÁBRICA SOCIAL, UMA
POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do aluno

Benjamin Burle Ferreira

Mestre e Doutor em Ciências Sociais, Camilo Negri
Professor-Orientador

Mestre e Doutor em Ciências Sociais, Maurício Ebling
Professor-Examinador

Brasília, 04 de novembro de 2021

Dedico esse trabalho de conclusão de curso a todos os trabalhadores e trabalhadoras e pessoas em situação de vulnerabilidade social que estão presas às condições perversas em que foram inseridas e que sonham por dias melhores e pela obtenção de uma vida digna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e à minha família por terem me dado todo o apoio, perseverança e sabedoria, que fizeram com que eu conseguisse concluir esse trabalho. Agradeço também à minha namorada e aos meus amigos, que me apoiaram em todos os momentos. E agradeço à Universidade de Brasília pela oportunidade do ensino, a todos os professores que passaram por essa caminhada acadêmica, e principalmente ao professor Camilo Negri por ter me acompanhado em todo o processo desse trabalho de conclusão de curso me orientando e dando suporte em todos os momentos.

“Um homem se humilha; Se castram seu sonho; Seu sonho é sua vida; E a vida é trabalho; E sem o seu trabalho; Um homem não tem honra; E sem a sua honra; Se morre, se mata; Não dá pra ser feliz; Não dá pra ser feliz.”

Luiz Gonzaga Jr (Guerreiro Menino)

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso buscou compreender os componentes ideológicos que orientam a compreensão sobre o tema do trabalho na Fábrica Social que é uma política pública de trabalho, emprego e renda do Distrito Federal e que tem como principal objetivo a qualificação profissional e inserção produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social em um contexto de alta taxa de desemprego e de aumento da precarização e da superexploração do trabalho. O trabalho também buscou identificar os elementos políticos do programa e como as mudanças políticas e ideológicas que ocorreram nacionalmente e no Distrito Federal influenciaram as ações no âmbito da Fábrica Social, ao final descobriu-se que essas mudanças influenciaram na reconceitualização do programa a partir de 2015, em uma maior adequação ao mercado e na inclusão de novas práticas de aprendizado que possuem um viés ideológico implícito, como o empreendedorismo. Também buscou-se entender como ideologias dominantes, sobretudo a neoliberal, se apresentam na formação de um indivíduo que se adeque ao sistema, ou seja, na formação de um neossujeito, visto que esse é um programa de educação e formação profissional que se baseia na noção de competência. Para isso foi realizada uma pesquisa descritiva qualitativa a partir da análise documental de documentos como as Leis e os Projetos Pedagógicos que tratam sobre o programa e dos planos de governo dos governadores do DF. E ao final, concluiu-se que o programa Fábrica Social é uma política pública que possui essencialmente um viés ideológico social, porém foi constatado que existe uma dinâmica ideológica que vai se apresentando no próprio contexto do programa e foram constatados reflexos ideológicos liberais e neoliberais voltados para o atendimento do que o mercado e o capitalismo em crise precisam e na formação de um neossujeito polivalente que se adeque às mudanças no mercado de trabalho, às novas formas de trabalho, às crises do capital e à reestruturação produtiva que se intensificou a partir da segunda metade do século 20 e que trouxe uma forma de produção mais flexível diferente do modelo taylorista/fordista que dominou as formas de produção no início do século 20.

Palavras-chave: Políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Políticas de qualificação profissional. Políticas sociais. Ideologia. Política. Ideologia-política. Reestruturação produtiva. Empreendedorismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objetivo Geral	5
1.2. Objetivos específicos	5
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	5
2.1. Conceito de políticas públicas	5
2.2. Políticas públicas de trabalho, emprego e renda.....	6
2.3. História das políticas de trabalho, emprego e renda	9
3. IDEOLOGIA POLÍTICA E SUAS RELAÇÕES COM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
3.1. Conceitos e definições de ideologia.....	26
3.2. As principais ideologias políticas da modernidade.....	30
3.2.1. Capitalismo, Liberalismo e Neoliberalismo	31
3.2.2. Socialismo e Comunismo	36
3.3. Contexto histórico e relações entre ideologias e políticas públicas de trabalho, emprego e renda.....	38
3.3.1. Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Novas Formas de Trabalho 38	
3.3.2. Avanço do Neoliberalismo, Social-Liberalismo e Relações com o trabalho41	
3.3.3. Brasil e o mundo no século 21.....	46
3.4. A formação do indivíduo e de uma sociedade empresarial/neoliberal	55
4. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	71
5. HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO DA FÁBRICA SOCIAL.....	72
6. PROJETO PEDAGÓGICO 2019	82
6.1. Apresentação	82
6.2. Inserção regional.....	85
6.3. Conceituação	87
6.4. Objetivo do programa: geral e específico.....	95
6.5. Acesso ao programa	96
6.6. Metodologia do programa. Diretrizes curriculares e procedimentos pedagógicos.....	97
6.7. Interdisciplinaridade e Transversalidade como práticas metodológicas.....	99
6.8. Eixo integrador: o mundo do trabalho	102
6.9. Eixos Transversais	103
6.9.1. Cidadania, ética e direitos humanos.....	103
6.9.2. Educação para sustentabilidade.....	106
6.9.3. Empreendedorismo e negócios	106
6.10. Indicadores teórico-metodológicos do programa	115

6.11. Critério de avaliação de aprendizagem.....	117
7. PROJETO PEDAGÓGICO 2021	118
8. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS/RESULTADOS	119
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) analisa os componentes político-ideológicos contidos no programa Fábrica Social do Distrito Federal e como as interpretações sobre a questão do trabalho refletem orientações ideológicas do programa. Esta que é uma política pública de trabalho, emprego e renda que tem como principal objetivo a qualificação profissional e inserção produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Essa política foi formulada e implantada com o objetivo de concertação social causadas por inúmeros fatores dentre os quais está a alta taxa de desemprego no Distrito Federal e no Brasil e a falta de qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social. No Distrito Federal, o desemprego nos últimos anos de acordo com a CODEPLAN superou a faixa dos 20% sendo uma porcentagem maior do que a média brasileira. (NANDES, 2021). O desemprego se apresenta como uma problemática que deve ser resolvida pela sociedade visto que o trabalho é um dos fatores centrais para a vida e sobrevivência dos indivíduos modernos.

Por isso, temas como a alta taxa de desemprego e as medidas feitas pelo Estado para combater essa problemática como a formulação e implantação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda estão em questão atualmente no ano de 2021.

Pesquisas recentes feitas por órgãos e entidades de estudos como o IBGE mostram que a alta taxa de desemprego são evidentemente uma problemática no país e caracterizam uma desestruturação do mercado de trabalho brasileiro que foi intensificada após os anos 1990.

Uma pesquisa divulgada no dia 31 de agosto de 2021 pelo IBGE evidenciou que as taxas de desemprego durante o primeiro semestre do ano de 2021 ficaram entre 14,1% e 14,7% essas taxas mostram que o número de desempregados no ano de 2021 chegou à casa das 15 milhões de pessoas. (ALVARENGA, SILVEIRA, 2021). Esses são números muito elevados em relação aos países mais desenvolvidos. Além disso, vale ressaltar que esse percentual calculado pelo IBGE não leva em conta pessoas que não foram em busca de emprego. E devem ser analisadas com mais cuidado outras situações de trabalho como os desalentados, subocupados,

precarizados, informais, etc. Por isso, esse é um dado incompleto acerca do número de pessoas que estão economicamente ativas e que não estão exercendo suas capacidades e potencialidades de produção.

Além disso, o índice que calcula a miséria no Brasil bateu recorde em medições divulgadas em agosto de 2021. (CAVALCANTE, 2021). E a população abaixo da linha da pobreza atinge mais de 27 milhões de brasileiros no ano de 2021. (COUTO, 2021). A alta taxa do desemprego foi um dos motivos desses números desastrosos. Soma-se a isso o contexto pandêmico em que o Brasil e o mundo estão inseridos por conta da COVID-19.

Por conta disso, a implantação efetiva de políticas públicas de trabalho, emprego e renda aliadas à uma política de desenvolvimento econômico nacional são extremamente importantes para uma melhora nesse quadro de alta taxa de desemprego, de exclusão socioprodutiva e de baixo desenvolvimento econômico. No caso brasileiro, esse processo de formulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda foi bastante tardio em relação a países mais desenvolvidos e isso causou consequências que são refletidas até os dias atuais como mostram as pesquisas feitas pelo IBGE. Esse contexto histórico será melhor explicado e evidenciado ao longo do referencial teórico do presente trabalho. Mas vale saber que mesmo nos dias atuais, anos após a criação de um Sistema Nacional de Emprego (Sine) na década de 1970 no Brasil e após a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) durante o período Vargas na década de 1930, essas políticas públicas ainda sofrem por vários motivos dentre eles uma falta de abrangência, capilaridade, atenção por parte dos poderes políticos, efetividade e tentativa de desmantelamento por parte de grupos ideológicos que se interessam na desestruturação do mercado de trabalho brasileiro.

Após identificar esse breve contexto histórico de desestruturação do mercado de trabalho o presente trabalho percebeu que vieses ideológicos dominantes influenciaram e influenciam a condução do mercado de trabalho brasileiro e das políticas públicas de trabalho, emprego e renda. E é esse o motivo pelo qual o presente trabalho buscará analisar os elementos ideológicos presentes em uma política de trabalho emprego e renda. E como a política da Fábrica Social reflete orientações ideológicas sobre o trabalho.

No Brasil, em um contexto macro as disputas políticas e ideológicas estão cada vez mais se apresentando fazendo com que atualmente se fale em uma polaridade política que pode trazer consequências desastrosas à sociedade brasileira. Essas disputas e polarizações começaram a se evidenciar após as manifestações ocorridas no ano de 2013 que escancararam a crise na qual o Brasil se encontrava. Vale ressaltar que essas manifestações apresentaram similaridades com o tema do trabalho, pois grande parte dos manifestantes estavam desempregados e se encontravam insatisfeitos com o mercado de trabalho, a extrema direita se fortaleceu durante essas manifestações. Esse foi um período em que o governo petista comandado por Dilma Roussef começou a apresentar suas fragilidades que acabaram levando à queda do Partido dos Trabalhadores por meio de um impeachment no ano de 2016.

Após esse impeachment um grupo político comandado por Michel Temer com tendências ideológicas mais voltadas para a direita e para políticas liberais e neoliberais assumiu o país e rompeu com mais de uma década de governo petista que possuía uma visão mais de esquerda e implantava políticas desenvolvimentistas e keynesianas.

Michel Temer em seu curto período de governo evidenciou que uns de seus principais objetivos, senão os principais, era implementar as reformas trabalhistas e da previdência e agir contra a classe trabalhadora com o intuito de se instaurar o negociado sobre o legislado nas relações trabalhistas e de se acabar com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Temer buscou fazer essas ações baseado no projeto liberal de governo intitulado “*Ponte Para o Futuro*” de autoria do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, recentemente ficou sabido que a não aceitação desse projeto pela ex-presidenta Dilma foi crucial para a sua queda como apontou o próprio Michel Temer (FERNANDES, 2016).

Após o governo Temer, a população brasileira elegeu democraticamente o atual Presidente da República Jair Bolsonaro. Este que apresenta traços ideológicos da extrema direita e se mostrou adepto às políticas liberais e neoliberais ao indicar para ministro da economia o senhor Paulo Guedes que é um economista neoliberal adepto da Escola de Chicago e professor no Chile durante a ditadura Pinochet, que propôs e é adepto a planos ultraortodoxos e privatistas.

Portanto, é de suma importância para o presente trabalho compreender como as ideologias políticas que contribuíram para definir os rumos das eleições brasileiras, influenciam a formulação e desenvolvimento de políticas públicas, em especial, as políticas de trabalho, emprego e renda.

Identificar elementos ideológicos no âmbito da Fábrica Social que é uma política qualificação profissional voltada para a parcela mais vulnerável da população é relevante para que as políticas de concertação social não sejam influenciadas apenas por uma visão de mundo limitante que se define apenas pelos interesses do mercado mas que possa se aproximar de objetivos sociais mais amplos, como a redução da desigualdade e a superação da extrema pobreza. Com isso, o presente estudo é importante para a formulação de novas formas de trabalho e de ações na Fábrica Social.

A importância do trabalho também está em entender como discussões entre visões de mundo são refletidas nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda; como políticas públicas de trabalho, emprego e renda contribuem para construir a ideologia neoliberal e o indivíduo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016); e como a política em questão forma uma visão de mundo e reflete orientações ideológicas sobre o trabalho sendo uma política de qualificação profissional; também serão identificados os elementos políticos do programa Fábrica Social.

Por conta desses entendimentos e contextos, o trabalho de conclusão de curso em seu segundo capítulo irá conceituar o que são políticas públicas e fazer uma contextualização das principais políticas públicas de trabalho, emprego e renda; já no terceiro capítulo irá mostrar o que são ideologias, quais as principais ideologias e como elas se desenvolveram no Brasil e no mundo, ainda nesse capítulo o trabalho irá evidenciar as relações entre ideologia e o tema do trabalho, emprego e renda e também será realizado um entendimento do que é a formação de um indivíduo empresarial/neoliberal que será mostrada como uma tendência ideológica de formação dos indivíduos de uma sociedade.

Após esses estudos, o capítulo 4 mostrará a metodologia da pesquisa e nos capítulos 5 e 6 será feita uma análise descritiva qualitativa a partir de documentos extraídos acerca da Fábrica Social e essa análise se concentrará em identificar elementos ideológicos contidos nesses documentos e como eles refletem orientações

ideológicas sobre o trabalho. E por fim, o trabalho irá fazer uma conclusão sobre os temas abordados e analisados e trazer outras reflexões e recomendações sobre o tema do trabalho.

1.1. Objetivo Geral

Compreender os componentes ideológicos que orientam a compreensão sobre o trabalho na Fábrica Social, política pública de trabalho, emprego e renda do Distrito Federal.

1.2. Objetivos específicos

Analisar documentos sobre a Fábrica Social (Projeto Pedagógico, Leis, decretos, portarias, sítios eletrônicos); Identificar os elementos políticos do programa Fábrica Social; Identificar as características ideológicas contidas na documentação dos Projetos Pedagógicos de 2019 e de 2021 e nas respectivas Leis.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O capítulo que se segue trata do tema das políticas de trabalho, emprego e renda. Primeiro serão apresentados os principais conceitos de políticas públicas e depois o contexto histórico em que essas políticas foram se desenvolvendo no Brasil e no mundo.

2.1. Conceito de políticas públicas

Segundo a Constituição de 1988, políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações estatais, inclusive de caráter normativo, que busca obter participação da sociedade civil no atingimento dos objetivos constitucionais fundamentais da República. (BRASIL, 1988, art. 3º).

De acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015), entretanto, não existe apenas uma definição para o conceito de políticas públicas. Ao longo das décadas houve uma resignificação do conceito. A definição instituída por Thomas Dye (1984) é sempre citada como aceitável quanto ao que seria uma política pública, “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

De acordo com Bachrachib & Barataz (1962), a posição do governo de “não se fazer nada” mediante um dado problema, pode ser considerado uma maneira de produzir políticas públicas. Outra definição dita por Lasswell, feita antes à de Dye e que também é muito levada em consideração, surge em forma de provocação: quem

ganha o quê, por que e que diferença faz. Essas questões podem servir de base sobre o estudo do que seria de fato uma política pública e daria um norte quanto às questões que precisariam ser respondidas para uma análise mais elaborada. (apud AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Podemos sintetizar políticas públicas de acordo com Saravia e Ferrarezi (2007, pág. 28 e 29):

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

A partir dessas definições de políticas públicas que como dito anteriormente não são as únicas, o texto continuará com a apresentação das políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

2.2. Políticas públicas de trabalho, emprego e renda

No período pós-Guerra os países desenvolvidos assumiram compromissos para se atingir o pleno emprego e o bem-estar social. Esses países que antes dependiam apenas das políticas macroeconômicas para contribuir com a oferta agregada gerando emprego e produto passaram a utilizar os seus Sistemas Públicos de Emprego (SPEs) e as políticas incluídas neles para atingir seus objetivos. Isso porque o desemprego passou a ser mais estrutural e começou a ter um caráter massivo, ou seja, começou a atingir uma maior parcela da população. (OLIVEIRA, 2015)

O chamado Estado de bem-estar social institucionalizou os gastos sociais como afirma Fernando Oliveira “[...] o fundo público é agora um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter ex-post típico do capitalismo concorrencial” (OLIVEIRA, 1988, p. 9, apud OLIVEIRA, 2015, p. 44). E assumiu quatro papéis importantes nos países desenvolvidos: funcionou como uma espécie de salário indireto; operou como estabilizador automático do crescimento econômico, sustentando o emprego e a renda nos períodos de menor dinamismo; se posicionou como um ator importante em termos de absorção de mão de obra, através do emprego público e nivelou socialmente as condições de entrada dos indivíduos no mercado de trabalho, tornando-o mais homogêneo. (OLIVEIRA, 2015)

Como dito anteriormente, após a Segunda Guerra Mundial o mundo do trabalho mudou e a necessidade de atitudes para se atingir o pleno emprego foram tomadas. Pleno emprego tanto pode significar que todos os indivíduos economicamente ativos de uma sociedade estão realizando o volume máximo de atividades que são capazes de realizar, como também significa que em dado momento todo indivíduo de uma sociedade consiga êxito ao procurar por emprego no mercado de trabalho. (KON, 2012, apud OLIVEIRA, 2015). Para Anita Kon (2012, p.10, apud OLIVEIRA, 2015, p.155), contudo, o pleno emprego e o aproveitamento potencial do trabalho são coisas diferentes. Segundo a autora:

Este potencial pressupõe o pleno exercício das aptidões dos indivíduos, seja obtido através da educação geral ou da formação especializada ou do conhecimento tácito no exercício profissional, de modo a tornar cada indivíduo apto a produzir o maior valor adicionado possível a partir de sua capacidade e em contraponto usufruir o rendimento condizente. (KON, 2012, p.10, apud OLIVEIRA, 2015, p.155)

Com isso, a Organização Internacional do Trabalho – OIT por meio da convenção nº. 88 de 1948, que foi ratificada pelo Brasil em 1957, fez orientação para que todos os países-membros fizessem a manutenção de um serviço público e gratuito de emprego. Nesse serviço, a cooperação entre organizações públicas e privadas seriam ideais para se organizar o mercado de emprego (OIT, 1948).

As políticas de mercado de trabalho também compõem as disposições

da Declaração Sócio Laboral do Mercosul onde os artigos 1º, 2º, 3º e 13 a 16 tratam sobre fomento ao emprego, formação profissional, prioridade as pessoas mais vulneráveis em políticas de acesso ao emprego, igualdade de tratamento entre os gêneros e pessoas portadoras de necessidades especiais, fomento ao diálogo social, entre outras providências que fornecem instruções para formulação de políticas ativas de mercado de trabalho no Mercado Comum do Sul (Mercosul). (CACCIAMALI, 2005)

Vale saber que existem várias maneiras de se fazer políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Desde a fixação de um salário-mínimo até a formação profissional. Porém, quando esse tipo de política é analisado o seu universo é bem mais restrito. Segundo Azeredo e Ramos (1995), a literatura internacional acerca de políticas públicas de emprego se limita a classificar apenas dois instrumentos: as políticas passivas e as ativas de emprego.

As políticas ativas visam elevar a demanda por trabalho, como pela criação de empregos públicos e incentivos a micro e pequenas empresas (PAIVA, 2006). Segundo Maria Cristina Cacciamali (2005), existem cinco tipos de políticas públicas ativas de mercado de trabalho as quais são consideradas as principais pela academia que trata sobre esse tema. São elas: Serviço público de intermediação de mão-de-obra e orientação para o mercado de trabalho; Sistema nacional de capacitação e treinamento; Desenvolvimento de pequenas e micro empresas e de atividades por conta própria; Criação de empregos transitórios; e Medidas de apoio aos jovens.

Já as políticas passivas, segundo Simões e Nolasco (2002), consistem em ações que buscam reduzir o número de desempregados, ao se diminuir a oferta de trabalho, com medidas como a retardação da entrada de jovens no mercado de trabalho ao se incentivar que estes fiquem na escola/universidade ou a flexibilização na aposentadoria dos trabalhadores com mais tempo de serviço. Por conta dos problemas fiscais existentes no Brasil, esse tipo de política não consegue ser tão abrangente e ser feito de maneira efetiva. (SIMÕES; NOLASCO, 2002)

Na realidade brasileira, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) após a sua criação abrangeu os dois tipos de políticas: tanto as ativas, como as passivas. E foi assim, o primeiro esforço de combate ao desemprego e atendimento aos apelos estabelecidos na Convenção nº 88 da OIT. Esse Sistema foi uma ação Federal que

foi aplicada de forma descentralizada em parceria com os estados e atuou na mediação aos postos de trabalho e qualificação profissional e ofertando informações sobre o mercado de trabalho. (LIMA et al, 2015).

Vale destacar que as políticas de trabalho, emprego e renda não funcionam à parte. Elas precisam interagir com outras políticas para que sejam realmente efetivas como a política econômica, a política de assistência tributária, a política de assistência social, as políticas de transferência de renda, entre outras. (SERRA, 2009).

Antes de passar para o próximo capítulo, vale destacar recortes históricos importantes os quais a legislação pública brasileira proporcionou para a estruturação de políticas públicas para tema do trabalho, emprego e renda. No ano de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho durante o governo Vargas; durante o mesmo governo no ano de 1943 foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que por conta de sua importância para os trabalhadores brasileiros está vigente até os dias atuais, porém está passando por um processo de desmantelamento a partir de governos liberais e neoliberais; já no ano de 1966 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e no ano de 1986, período próximo à promulgação da Constituição Cidadã de 1988, foi criado o Seguro Desemprego. (SERRA, 2009)

2.3. História das políticas de trabalho, emprego e renda

Após a Segunda Guerra Mundial os países com uma economia mais desenvolvida fizeram políticas para estruturar os seus sistemas públicos de emprego. Porém, no Brasil essas políticas começaram a se estruturar apenas a partir da década de 1960. (CARDOSO JR et al, 2006)

A legislação trabalhista começou a ser criada em 1930 por meio da CLT, durante o período Vargas, período este com forte fomento à industrialização e que demandou a necessidade de regulamentação do trabalho. Por conta da industrialização no país a legislação foi feita com a intenção de tornar essa industrialização mais adequada às exigências da época, visto que em períodos anteriores os trabalhadores eram mais precarizados, superexplorados e não possuíam direitos trabalhistas. O fato é que os trabalhadores só realmente começaram a ter uma proteção jurídica mais consistente a partir de 1972 com as leis:

Lei 5859, de 11.12.1972 (BRASIL, 1972, apud OLIVEIRA, 2015) e Lei 5889, de 08.06.1973 (BRASIL, 1973, apud OLIVEIRA, 2015). Esta última feita para os trabalhadores rurais. Já que o artigo 7º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) limitava a proteção de uma pequena parte dos trabalhadores da indústria e do comércio urbano. (OLIVEIRA, 2015)

Na década de 1960 alguns fatores fizeram com que a disponibilidade de mão de obra nas cidades fosse muito elevada. Dentre esses fatores estão: o crescimento populacional, a migração rural e o crescimento dos grandes centros urbanos. O advento da industrialização por substituição de importações ocorrida durante o governo Vargas na década de 1950 também contribuiu pra esse processo. Portanto, essa foi uma época de grande fluxo de pessoas economicamente ativas aos empregos formais. Isso deveu-se às altas taxas de crescimento econômico no setor industrial e nos aparelhos de Estado. Já que esse era um momento de grande crescimento econômico mundial acreditava-se que a população brasileira se beneficiava por esse fenômeno. E o desemprego era visto como uma imperfeição decorrente do baixo nível de desenvolvimento econômico que o país possuía. (CARDOSO JR et al, 2006)

A percepção sobre os resultados do desenvolvimento industrial pode explicar a despreocupação dos governos em implementar programas públicos de emprego e renda no decorrer dos anos 1960 e 1970 no Brasil. Os principais programas desse período, Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) tinham como objetivo a indenização do trabalhador demitido ou à formação de um patrimônio. Porém, faltavam a esses programas a perspectiva de atuar no sentido de reincorporação do trabalhador ao emprego, por esse motivo eles não poderiam ser considerados como partes de um sistema público de emprego. (CARDOSO JR et al, 2006)

Apenas na década de 1970 com a criação do Sistema Nacional de Emprego (Sine) começa a ser idealizada uma base para o formato de políticas de trabalho, emprego e renda que integra serviços de recolocação e proteção ao desempregado. Porém, essas políticas só começaram a se tornarem efetivas a partir dos anos 1990 quando se criou um sistema de financiamento para as mesmas que será melhor explicado posteriormente. (CARDOSO JR et al, 2006) Também será

identificado que apenas com prioridades dos governos e integração com outras políticas de base e sociais essas políticas tendem a ser realmente efetivas.

Já em 1965, com a Lei nº 4.923/65 que criou o Cadastro Permanente de Admissões e Dispensas de Empregados e instituiu um plano de assistência ao desempregado foi feita a primeira ação para a criação de um seguro para o trabalhador desempregado. Mesmo com o fato de que a assistência ao desempregado já constava como um direito do trabalho na Constituição de 1945. O Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD) custeava o desempregado com recursos provenientes da arrecadação de 1% da folha salarial da empresa e de uma parcela das contribuições sindicais. Constata-se uma limitação nesse programa pelo fato de que apenas o trabalhador demitido sem justa causa ou por ocasião de fechamento total ou parcial da empresa poderia receber esse benefício. (CARDOSO JR et al, 2006).

Porém, esse benefício citado no parágrafo anterior não durou muito. Com o objetivo de flexibilizar o processo de demissão dos trabalhadores, visto que a legislação da época impunha pesadas indenizações para os empregadores que demitissem sem justa causa foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com a Lei nº 5.107/66. (FERRANTE, 1978, apud CARDOSO, 2006, p. 399). Já segundo o autor Cardoso, os empregadores tinham que depositar 8% do salário do trabalhador em uma conta vinculada ao contrato de trabalho e os trabalhadores poderiam solicitar os benefícios no momento de suas demissões. Nesse período, o FGTS representava praticamente a única fonte de proteção financeira concreta ao trabalhador desempregado, visto que o auxílio-desemprego possuía muitas restrições que causavam dificuldades aos trabalhadores. Este fundo, todavia, sofreu uma diminuição da arrecadação e fez com que o governo restringisse a cobertura do programa apenas aos trabalhadores demitidos em dispensas coletivas, ou seja, as empresas em que esses trabalhadores trabalhavam precisavam demitir pelo menos 50 trabalhadores em um período de dois meses para que estes trabalhadores recebessem o benefício. (CARDOSO JR et al, 2006).

Segundo Cardoso, a criação do FGTS representou um enorme estímulo à rotatividade, já que os empregadores não precisavam mais pagar grandes indenizações no momento da demissão do trabalhador. Por conta disso, reduziu-se a proteção financeira ao trabalhador desempregado. O FGTS tinha a real intenção de

garantir um ano de salário para o trabalhador desempregado, todavia, por conta da instabilidade do mercado de trabalho, a maioria dos trabalhadores passavam curtos períodos de tempo em um mesmo emprego tornando o saque dos recursos disponibilizados pelo FGTS rotineiro. Isso fazia com que houvesse uma escassez dos recursos do fundo que levaram a extinção da proteção financeira nos momentos mais críticos do desemprego. (CARDOSO JR et al, 2006)

Isso se explica também pelo fato de como se deu a forma de contribuição ao fundo. Quanto maior fosse o tempo de serviço mais o empregador deveria ter que desembolsar caso tivesse que indenizar o empregado e após dez anos de trabalho em uma mesma empresa o empregado teria assegurada a sua estabilidade no emprego. E isso também incentivou as demissões para que os empregadores não tivessem que pagar grandes quantias aos empregados. (CARDOSO JR et al, 2006).

Após essa Lei do FGTS foram criados em 1970 o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Começava-se, a partir, não apenas, mas também desses fundos, a se estruturar uma base para o sistema público de trabalho, emprego e renda. Segundo Cardoso, esses fundos tinham a função orçamentária de formar patrimônio para o trabalhador ao mesmo tempo que proporcionava um estímulo à poupança interna. O PIS era dirigido aos trabalhadores da iniciativa privada e o PASEP aos servidores públicos. (CARDOSO JR et al, 2006)

Em 1975 houve a unificação do PIS/PASEP essa unificação foi estabelecida pela Lei Complementar nº 26/1975, com vigência a partir de 01/07/1976. Porém, o autor Cardoso fez críticas a esses fundos, e segundo ele, esses fundos trouxeram poucos benefícios efetivos aos trabalhadores. Além de que não cumpriram seus objetivos em formar um patrimônio significativo para o orçamento brasileiro. O único benefício efetivo constatado foi a criação do abono salarial e que mesmo assim se apresentava isolado de qualquer outro programa ou serviço público. (CARDOSO JR et al, 2006)

Em 1975, mesmo ano da criação do PIS/PASEP, criou-se o Sistema Nacional de Emprego (SINE) pelo Decreto no 76.403/1975. Esse sistema foi criado para atender às determinações da Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da constituição dos sistemas públicos de emprego, em

especial, os que visam a atender os trabalhadores desempregados. Segundo Cardoso et al (2006, p. 400),

o SINE tinha por objetivo prover serviços de intermediação de mão-de-obra, orientação profissional, qualificação profissional e geração de informações sobre o mercado de trabalho. Seu financiamento se daria com recursos do FAD e sua estrutura seria erguida por meio de postos de atendimento mediante parceria entre o Ministério do Trabalho e governos estaduais. Por causa da fragilidade da fonte de financiamento do Sine e do caráter descentralizado de sua implementação, os resultados inicialmente alcançados foram bastante incipientes e heterogêneos entre os estados. Dos serviços previstos, apenas a intermediação de mão-de-obra se consolidou.

Essa ideia trazida pelo SINE de que a descentralização era mais eficiente e eficaz foi um tipo de limitação que Cacciamali (2005) ressaltou como sendo uma limitação às políticas de emprego no MERCOSUL. Já que quando se assume um caráter descentralizado a falta de monitoramento e avaliação podem fazer com que interesses políticos locais e a escassez de recursos humanos se sobressaiam e impeçam uma boa efetividade das políticas. Ao passo que a escolha de uma centralização permitiria a troca de conhecimentos e o acúmulo de experiência, como também a definição de parâmetros básicos de desempenho, o compartilhamento das práticas mais adequadas e tomadas de decisões mais assertivas. (CACCIAMALI, 2005).

As afirmações dessa autora foram constatadas no âmbito do programa da Fábrica Social, sobretudo no que tange a influência dos interesses políticos locais que ao buscar usar de suas idiossincrasias acabaram por refletirem as suas ideologias nas práticas metodológicas e pedagógicas desse programa. A falta de dados e monitoramento para estudos da Fábrica Social também foram constatados nesse trabalho como um problema dessa descentralização.

Mesmo com a expansão do SINE nos anos 1975 a 1982. O sistema sofreu impactos negativos a partir do início dos anos 1980. Por conta de incertezas políticas e ideológicas, o SINE passou por um processo de desarticulação e desestruturação das equipes técnicas e a perda de boa parte do conhecimento e

experiência adquiridos. O mercado de trabalho brasileiro sofreu com falta de políticas ativas e passivas já que as políticas públicas de emprego elaboradas nos anos 1960 e 1970 se orientaram muito mais no sentido de indenizar o trabalhador demitido do que no de fornecer alguma proteção efetiva ao trabalhador desempregado, fatos já mostrados anteriormente. Vale notar que esses aspectos negativos só não causaram tanto impacto até o início dos anos 1980 pelo fato de que havia um crescimento econômico e aumento do emprego formal em todo o Brasil. (CARDOSO JR et al, 2006)

Porém, a situação mudou completamente quando no início dos anos 1980, considerada a “década perdida”, o Brasil sofreu com a crise da dívida e a falência das finanças públicas que dificultaram a capacidade de investimento do Estado e de crescimento econômico. Esse foi um período de aumento do emprego informal, da flexibilização nas leis trabalhistas, da precarização do trabalho, da rotatividade, da superexploração no trabalho e do início da formação de um desemprego estrutural no mercado de trabalho brasileiro que só passou a existir efetivamente nos anos 1990. Todos esses fatores aconteceram sem que o Brasil contasse com políticas públicas consolidadas de proteção aos desempregados. (CARDOSO JR et al, 2006)

Mesmo com todos os problemas enfrentados pela década de 1980 esse foi um período em que cresceram as taxas de criação de emprego formal em relação aos anos 1970, mesmo que os anos 1970 tenham representado um crescimento maior da economia. O desemprego nos anos 1980 nunca ultrapassou a faixa de 5%. Apenas nos anos 1990, mesmo com o controle inflacionário e a estabilidade cambial, o desemprego passou a se tornar um problema a ser enfrentado e um dos maiores desafios para a economia brasileira. (OLIVEIRA, 2015)

Esse fato fez com que autores como Urani (1995, p.6) afirmassem durante esse período que “[...] *não há nenhum elo evidente entre ‘mais crescimento econômico’ e ‘mais geração de emprego e renda’*”. Porém, essa afirmação foi realizada em 1995 e como será visto posteriormente neste trabalho, o crescimento econômico e a inclusão produtiva constatadas no governo Lula, a partir dos anos 2000, foram fatores fundamentais para a diminuição de desemprego no Brasil e aumento do número de empregos formais.

Segundo Cardoso et al (2006), o entrave fundamental ao

desenvolvimento efetivo de políticas públicas de combate ao desemprego foi o fato de que elas não contavam com uma estrutura orçamentária e de financiamento estáveis e seguras. Houve casos em que foram financiadas pelos recursos do Orçamento Geral da União e aplicados de acordo com critérios políticos e discricionários. (CARDOSO JR et al, 2006). Esse entrave de financiamento começou a ser resolvido quando foram criados o FAT e o CODEFAT que serão melhor explicados posteriormente.

Após os piores momentos da crise do início dos anos 1980 e da redemocratização do país e do fim do regime militar. No ano de 1986 foi instituído o seguro-desemprego (Decreto-Lei no 2.284/1986).

O seguro tinha como objetivo proporcionar assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado a partir de demissão sem justa causa ou paralisação total ou parcial das empresas. Como também tinha como objetivo a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e a requalificação do desempregado que estivesse recebendo o benefício, características essenciais para a estruturação de um Sistema Público de Emprego completo e eficaz. O financiamento se daria pelo FAD. Porém, especificamente no ano de 1986 ele foi financiado com recursos oriundos o Orçamento Geral da União. E parte dos custos do programa passou a ser coberta com recursos ordinários do Tesouro Nacional, além das receitas provenientes da contribuição sindical e da colocação de títulos públicos no mercado. (CARDOSO JR et al, 2006)

A falta de uma fonte de financiamento específica para o seguro-desemprego, os critérios de pagamento que eram limitantes e o acesso a esse benefício foram ainda bastante restritivos e não proporcionaram uma efetividade integral desse programa. Dentre essas restrições estava o fato de que o trabalhador deveria comprovar a condição de assalariado no mercado formal durante os últimos seis meses, tal fato restringia uma grande parte da população, pois houve um aumento dos índices de desemprego, aumento da rotatividade e aumento de empregos informais no início dos anos 1980 causado pela crise. (CARDOSO JR et al, 2006)

Segundo Cardoso, essas restrições e legislações fizeram com que houvesse uma baixa cobertura no início da implantação do programa. Isso se deveu ao fato de que os trabalhadores que mais sofrem com a instabilidade do mercado de

trabalho, os menos qualificados, não conseguiam acessar o benefício, pois não cumpriam os requisitos necessários mostrados anteriormente. Por conta disso, segundo Cardoso: *“os (trabalhadores) que tinham baixos valores a sacar [...] e com menores alternativas de autossustento nos períodos de desocupação eram [...] os trabalhadores com maiores dificuldades para cumprir os requisitos de acesso ao seguro-desemprego.”* (CARDOSO JR et al, 2006, p. 402)

Outro motivo que atrapalhou a vida do trabalhador foi o fato de que o trabalhador somente poderia requerer o benefício após estar desempregado por no mínimo 60 dias. Além de que a demora até o fim do processo e o real recebimento do auxílio fazia com que o trabalhador ficasse um longo tempo sem proteção, o que ia contra os objetivos formais do programa. (CARDOSO JR et al, 2006). Esses fatos deixavam desamparados os trabalhadores desempregados e evidenciaram o descaso que ainda se tem com essa parcela da população que é a mais vulnerável.

Portanto, políticas de intermediação de mão de obra e de qualificação profissional já se mostravam de suma importância nessa época. Pois, o trabalhador ficava desamparado e por vezes era até espoliado quando tinha que pagar diretamente para prospectar possíveis vagas de trabalho. Este custo pela procura de trabalho também era uma despesa do empregador que tinha que pagar por anúncios, entrevistas, qualificação, etc. (OLIVEIRA, 2015)

No período próximo a Constituição de 1988, o Brasil não possuía um sistema público de emprego consolidado. Vale lembrar que o presente trabalho mostra que já na década de 1990 o desemprego se tornaria estrutural e seria um dos principais problemas da nação brasileira e a consolidação do SPE seria ideal para a sociedade mais vulnerável passar pelo processo de desertificação neoliberal e reestruturação produtiva. De acordo com Cardoso, os programas do SINE e do Seguro desemprego eram os que formavam o mais próximo de um Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), porém, segundo Cardoso, *“eles atuavam de forma paralela, sem articulação.”* Mesmo que voltados a *apoiar a reinserção do trabalhador desempregado*. Os benefícios como o FGTS e PIS/PASEP se limitavam *“à indenização por dispensa ou outro evento que resultasse em impedimento para o trabalho.”* (CARDOSO JR et al, 2006, p. 402)

Cardoso (2006) explica também que a falta de uma fonte de

financiamento e orçamentária estável fez com que o alcance das políticas de trabalho, emprego e renda fossem reduzidas até o início dos anos 1990. E apenas com a criação do artigo 239 da Constituição Federal (CF) se consolidou uma “*definição das fontes financiadoras do seguro-desemprego e demais políticas de emprego*”. A partir disso, o PIS e o PASEP se tornaram os lastros orçamentários e de ações para as políticas de emprego e criaram a base para a estruturação do SPETR. (CARDOSO JR et al, 2006, p. 402)

Segundo Cardoso, houve modificações no PIS/PASEP que tiveram como objetivo proteger os trabalhadores que não estavam inseridos no mercado de trabalho e demitidos involuntariamente, sem que se atrelasse a isso a criação de um novo tributo para esse fim. (CARDOSO JR et al, 2006)

Já a Lei nº 7.998/90 que criou o FAT e o CODEFAT. Deu uma nova estrutura institucional de financiamento ao seguro-desemprego. A principal base de incidência do fundo era o faturamento das empresas. Segundo Cardoso (2006, p. 403) por meio dessa lei se configurou, “*uma concepção de seguro-desemprego que ia além do auxílio financeiro, incorporando também os serviços de intermediação de mão-de-obra e de qualificação profissional nos moldes dos sistemas adotados nos países desenvolvidos.*”

Mesmo assim para se ter acesso aos benefícios o trabalhador precisaria comprovar ter desempenhado algum emprego formal (com carteira de trabalho assinada). Isso mostra a importância desse tipo de trabalho para a obtenção dos direitos garantidos ao passo que o trabalho informal que crescia e ainda cresce no Brasil fazia com que as pessoas que desempenhassem esse tipo de trabalho ficassem à margem dos direitos conquistados.

Segundo Serra (2009, p. 247), o FAT foi “*um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico; [...]*” E a principal forma de financiamento do FAT, de acordo com a lei, é a soma das contribuições do PIS e do PASEP. (SERRA, 2009)

Segundo Oliveira (2015), o FAT foi base para o financiamento de dois programas principais: o Seguro-Desemprego e os Programas de Geração de Emprego e Renda que proporcionaram o estímulo à geração de empregos e incentivo

aos pequenos empreendimentos. Além de financiarem tanto o pagamento dos benefícios aos desempregados, como programas de reinserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2015)

Portanto, segundo Cardoso (2006, p.403):

CF de 1988 estabeleceu as bases para a organização de um efetivo programa de amparo ao trabalhador desempregado. Mais do que isso, o programa de seguro-desemprego daí resultante e a sua forma de financiamento vieram a representar o grande eixo organizador de um conjunto de benefícios e serviços no que se refere às políticas de emprego. Em termos gerais, a existência de uma fonte de financiamento como o FAT permitiu ampliar o escopo das políticas públicas de emprego, a fim de que essas fossem além da mera concessão de benefício monetário temporário contra o desemprego.

Essas políticas públicas de trabalho, emprego e renda surgiram de acordo com a necessidade inerente de proporcionar apoio aos trabalhadores que ficaram a margem do processo de flexibilização do trabalho, da reestruturação produtiva e das mudanças e crises econômicas mundiais. Tudo isso para dar início a uma era dos serviços, da terceirização e de grande instabilidade para os trabalhadores no mercado de trabalho. Processo esse que teve como base a ideologia neoliberal instituída como uma norma mundial após a Guerra-Fria.

Porém, mesmo com todos os avanços, o FAT ainda não possui recursos financeiros suficientes para combater todos os problemas referentes ao emprego e o SPETR não é articulado e totalmente efetivo. Como alerta José Paulo Zeetano Chahad (apud OLIVEIRA, 2015), a quantidade de recursos ainda é pequena frente ao tamanho da força de trabalho brasileira que ainda necessita das ações governamentais e da priorização das agendas acerca do tema do desemprego. Além de que existem apenas três tipos essenciais de políticas desse tipo: as políticas de intermediação da mão de obra, de treinamento vocacional e de programas de geração de emprego e renda. Somado ao fato negativo de que existe pouca integração entre elas e possuem pouca ou nenhuma articulação com o seguro-desemprego. (CHAHAD, 2009, p. 107, apud OLIVEIRA, 2015).

Mesmo assim, avançava no Brasil o processo de democratização político-institucional com o fim da ditadura e com a institucionalização do “novo

sindicalismo” que deu um maior protagonismo aos trabalhadores na organização da produção e do trabalho. Todavia, será mostrado nesse trabalho que após a desertificação neoliberal que teve início nos anos 1990 esse “novo sindicalismo” acabou sendo sobrepujado por medidas contra a classe trabalhadora. Porém, mesmo com esses avanços citados no início do parágrafo, a hiperinflação causou uma desvalorização salarial fazendo com que o custo de vida aumentasse bastante e prejudicasse a parcela da população que não possuía poder de compra. Ou seja, as pessoas mais vulneráveis. (OLIVEIRA, 2015)

Foi nessa época também que aconteceram as revoluções tecnológicas e organizacionais com o advento das tecnologias microeletrônicas e dos métodos japoneses de organização do trabalho, como o Toyotismo. Apostou-se na época que essas revoluções trariam uma mão de obra mais participativa, com amplos espaços de participação dos trabalhadores sobre a organização do espaço produtivo, com trabalhos menos repetitivos e desgastantes e ainda por cima melhores remuneradas, estáveis e qualificadas. (OLIVEIRA, 2015). Fato esse que não se mostrou real nos anos seguintes onde notou-se um aumento da desigualdade e um mercado de trabalho com uma mão de obra instável e menos qualificada. Assim como, com pouca participação nos processos decisivos pelo fato de que se aumentou a concentração do poder econômico e do trabalho.

Já o seguro-desemprego sofreu flexibilizações que foram benéficas aos trabalhadores a partir dos anos 1990 com a Lei nº 8.352/91. Onde novos grupos foram incluídos no programa como pescadores artesanais, empregadas domésticas, os trabalhadores libertados de condições análogas as de escravos, e outros grupos. O programa possuía tanto políticas de assistência social provendo assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa, como políticas ativas de emprego auxiliando os trabalhadores na reinserção produtiva. Uma conquista dessa nova lei foi que ela não excluiu os trabalhadores informais, pois segundo Cardoso, ela “*não restringia os beneficiários aos requerentes do seguro-desemprego. A nova lei abriu a possibilidade de desenvolver essas ações para os trabalhadores em geral.*” (CARDOSO JR et al, 2006, p.405)

No período recente, a globalização dos sistemas de produção e distribuição, a mudança tecnológica e a intensificação da competição têm desencadeado transformações profundas no mundo do trabalho e aumentado a

exclusão social e a desigualdade. Junto a isso, as crises financeiras de caráter cíclico, baseadas no sistema do liberalismo austríaco, a exemplo da crise de 2008, fizeram com que se contraísse o crescimento econômico e aumentasse o desemprego. Prejudicando sobremaneira a América Latina onde países subdesenvolvidos viram um aumento dos empregos informais que se tornaram a maioria dos postos de trabalho e que colocaram pessoas a margem das proteções sociais garantidas por lei e perderam espaço de diálogo social. Esses fatos fizeram com que os países da América Latina, incluindo o Brasil, para tentar diminuir os efeitos do desemprego focassem em políticas ativas de trabalho, emprego e renda. (SIMÕES; NOLASCO, 2002)

Porém, devido a um grande número de trabalhadores informais que foram excluídos dos empregos formais e a falta de recursos fiscais para se financiar um sistema de proteção social e trabalhista que garanta segurança à população em geral. As políticas na América Latina tendem a ser menos efetivas. (TOKMAN, 2009, p. 186, apud OLIVEIRA, 2015).

Mais uma vez reforça-se a importância dos empregos formais (aqueles com carteira assinada) visto que as proteções previstas na regulação pública estatal ou sindical alcançam apenas os trabalhadores regularizados. Essas proteções são importantes, pois tornam as relações capital e trabalho menos assimétricas, ou seja, menos desiguais. (OLIVEIRA, 2015)

Segundo Ramos, Rose e Anze (2015, p. 48), esses programas e políticas “[...] *representaram uma verdadeira revolução em termos de política de emprego, viabilizando a implementação de programas e de projetos na área de mercado de trabalho com uma estabilidade até então inédita.*” Porém, o SPE ainda apresenta limitações em suas ações e serviços. E a fragmentação e desarticulação do SPE fez com que essas políticas públicas se tornassem heterogêneas e dependentes da vontade política de governos locais visto que a Fábrica Social também é dependente da vontade política e exemplifica essas afirmações. Já segundo Serra (2009, p. 250), “*os seus resultados, em termos de inserção efetiva das pessoas no mercado de trabalho ou na criação de empreendimentos, ainda são pouco significativos frente à grande demanda*”.

De acordo com Dedecca (2009, apud RAMOS; ROSE; ANZE, 2015), tornou-se necessário um avanço no arranjo da base institucional das políticas de

trabalho, emprego e renda com o intuito de que essas políticas se tornem realmente efetivas, este é o desafio que se apresenta na formulação das políticas públicas desse tipo. Segundo Dedecca (2009, p. 70, apud RAMOS; ROSE; ANZE, 2015, p. 48):

a síntese da trajetória das políticas de emprego no Brasil evidencia “o caráter espasmódico de sua construção”, mas “evidencia também o processo de consolidação de uma base institucional que deve ser vista como relevante para a construção de um sistema público de emprego.

Seguindo o mesmo raciocínio. Oliveira (2015), considera que a estruturação da base institucional do SPE para ser mais efetivo na promoção de dignidade social deve se relacionar com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Além de que o SPE deve seguir o caminho da descentralização de suas ações para que elas tenham a capilaridade necessária, porém sem levar a uma fragmentação que se caracteriza pela ausência de normas, de padrões de atuação e de um modelo de gestão capaz de tornar efetiva a coordenação administrativa por parte do Ministério do Trabalho. Segundo esse autor, essa fragmentação é presente nos dias atuais e essa afirmação é corroborada por outros autores. E também é necessário, para que o SPE possa desempenhar adequadamente tanto sua função social quanto sua função alocativa, a elaboração de uma base normativa que organize a gestão das ações e dos serviços financiados pelo FAT e uma reestruturação do Ministério do Trabalho. (OLIVEIRA, 2015)

Segundo Oliveira (2015, p. 199), “o processo atual de reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro não pode ser compreendido como uma continuidade do processo interrompido na década de 1980 e abandonado na década de 1990.” Para ele, o momento atual impõe novos (e talvez maiores) desafios para a tarefa de estruturar um mercado de trabalho que ainda carrega características típicas do subdesenvolvimento. (OLIVEIRA, 2015)

Já a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro é importante de se compreender, pois é uma problemática que reflete tanto a falta de efetividade e abrangência das políticas públicas de trabalho, emprego e renda no cenário da

administração pública brasileira, como também reflete a configuração do mercado econômico mundial que após as crises do petróleo e do capital nos anos 1970 e 1980 fizeram com que houvesse uma reestruturação produtiva que tiveram como consequências a precarização, a informalidade, flexibilização das leis trabalhistas, a superexploração no trabalho, o desemprego, etc.

Para Cacciamali, Matos e Ligiero (2008, p.2, apud ARAÚJO, 2017, p.18) a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro se deve a:

[...] alta participação de serviços de baixa produtividade, elevado grau de assalariamento informal, expansão de práticas de terceirização por meio de contratos não-padronizados, muitas vezes não institucionalizados, duração de jornadas de trabalho relativamente maiores para os padrões ocidentais, baixa remuneração real, elevado grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho, inclusive entre os pisos salariais setoriais, alto grau de discriminação por gênero e cor e elevada desigualdade intra grupos educacionais

Já para Serra (2009), o desemprego estrutural e a precarização do emprego são fatores que estão alinhados a política econômica federal do final do século 20 até os dias atuais, que não provoca a geração de empregos de porte suficiente para atender à imensa demanda da PEA. Devido a isso e à falta de efetividade das políticas de trabalho, emprego e renda o Brasil tem um grave quadro de rotatividade no mercado e dificuldades de criação de novos postos de grande monta, gerando a impossibilidade de absorção pelo mercado de grandes segmentos da população, sem os mecanismos eficazes, que provoquem a sua inserção no mercado formal. Para o autor, visto que o mercado de trabalho brasileiro apresenta um perfil crônico de heterogeneidade, precariedade e desigualdade existe a necessidade de integração entre as políticas de emprego e a Política de Desenvolvimento Econômico que para ele, de fato, gera novos postos de trabalho formal. (SERRA, 2009). Vale ressaltar que Oliveira (2015) evidencia que os governos Lula e Dilma que governaram o país a partir do início dos anos 2000 até o ano de 2016 instituíram um tipo de política econômica mais desenvolvimentista e de caráter keynesiano aliados à uma busca por uma inclusão produtiva social que

proporcionaram um aumento do Produto Interno Bruto e que levaram à redução do desemprego e aumento do número de empregos formais. Porém, a partir de 2016 esse governo foi substituído por governos mais voltados à ideologia neoliberal que priorizaram as privatizações, as desregulamentações das leis trabalhistas e o sucateamento dos investimentos públicos.

Segundo Bacha e Bonelli (2001), o Brasil necessita de um SPE eficaz para que se aumente a produtividade brasileira visto que, os ganhos de produtividade explicaram 56% do crescimento da economia entre os anos 1940 e 2000. Diferente dos anos 2001 até 2011 onde se viu uma maior utilização do recurso trabalho com o crescimento das ocupações em detrimento de grande produtividade agregada. *“Portanto, nas circunstâncias atuais, parece estar evidente que dinamizar a economia requer a elevação da produtividade. E esse objetivo depende de uma série de fatores como (qualidade da mão de obra, capital por trabalhador etc..)”*. (RAMOS; ROSE; ANZE, 2015, p. 44).

Por fim, como consta no documento do IPEA (2006, p.438, apud SERRA, 2009, p. 253):

[...] não existem no Brasil medidas que permitam a dinamização do mercado e a geração de trabalho e renda para segmentos expressivos da população em idade ativa que esteja ou desempregada por longo período [...] ou subempregada em condições precárias [...]. As políticas tradicionais do SPETR são pouco eficazes para enfrentar essa situação de heterogeneidade e precariedade do mercado de trabalho nacional e esse é justamente o desafio para a nova geração de políticas de programas governamentais no campo do trabalho.

Quanto às políticas de qualificação profissional que se relacionam com a Fábrica Social. Segundo Serra (2009, p. 248), as Políticas de Qualificação Profissional no Brasil que são chamadas internacionalmente de Políticas de Educação Profissional, *“passaram a ser fundamentadas na noção de competência, que articula habilidades básicas, específicas e de gestão, deslocando-se da noção de qualificação tradicional que associa um saber, uma carreira e um salário.”*

Essas políticas de qualificação profissional começaram a se apresentar no Brasil a partir da implantação do Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), criado pelo governo Fernando Henrique e que teve vigência entre os anos de 1996 a 2002; e, no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), criado em 2003, no início do governo Lula e que está vigente até os dias atuais. Serra (2009) identifica a necessidade e tendência dessas políticas em se criar um sujeito polivalente, pró-ativo, flexível, criativo, etc. e que supere uma formação profissional tradicional que alinha competências específicas a algum emprego específico. Esses fatos também foram identificados pelo presente trabalho no âmbito da Fábrica Social e foram constatados como sendo reflexos de ideologias liberais e neoliberais.

Segundo Hirata (1994, p.133, apud SERRA, 2009, p.248), quando se escolhe o caminho do desenvolvimento profissional baseado na noção de competência e da transformação de um indivíduo polivalente e que “sabe-ser” se ausentam as perspectivas referentes às relações sociais. Pois, essas novas relações de ensino estão pautadas em inserir os indivíduos em uma sociedade capitalista que preza pela responsabilidade individual e pela subjetividade. Por conta disso, abordagens que visam o coletivo, como o incentivo à economia solidária ou à empregabilidade em algum setor específico são ultrapassadas. Hirata (1994, apud SERRA, 2009) também mostra que essas novas formas de qualificação foram incentivadas por conta da configuração do mercado de trabalho que passou a apresentar uma maior rotatividade, flexibilização, terceirização e informalidade e também por conta da mudança dos conceitos de “empregado” para o de “ocupado”. Por isso, ensinar diferentes competências profissionais aos indivíduos como também incentivar o empreendedorismo como forma alternativa de geração de renda parecem ser as melhores formas para incluí-los no mercado. Além disso, o trabalhador deve se manter competitivo para se manter empregado e não sofrer com o desemprego. Tais análises corroboram o pensamento de Sousa e Pereira (2006, p.73-89, apud SERRA, 2009, p. 248), quando estes analisaram as políticas de Educação Profissional, no Brasil, a partir dos anos 1990.

Segundo Bulhões (2004), os desafios referentes ao PNQ são: a integração com outros programas e projetos referentes às políticas públicas de trabalho, emprego e renda; a formação integral dos indivíduos; o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho; a articulação com políticas de

educação para aumentar a escolaridade dos trabalhadores; a inclusão social visando o combate à pobreza e à desigualdade; o aumento do tempo de empregabilidade; a elevação da produtividade brasileira que geram aumento do desenvolvimento nacional; a exigência do mercado de uma mão-de-obra mais escolarizada e qualificada, etc. Também segundo Bulhões (2004, n.p):

Os desafios colocados à política de qualificação profissional fazem parte, na verdade, de outro muito mais amplo que se impõe, hoje, ao país: a construção de um modelo de desenvolvimento com inclusão social e democracia, que o Brasil mostrou, historicamente, enorme dificuldade de consolidar. A política de qualificação profissional não poderá contribuir para este enfrentamento se não se constituir em uma política de massas, que possa, ao mesmo tempo, garantir a qualidade de suas ações.

Por fim, a conclusão de Serra (2009, p.249) proporciona o fim desse capítulo: *“Portanto, as PPTER que pretendam responder de maneira pontual à situação de desemprego, sem uma articulação orgânica com políticas desenvolvimentistas, não podem alcançar os seus propósitos de proporcionar trabalho decente e, portanto, uma real e efetiva integração social.”*

Este capítulo esforçou-se em evidenciar as principais políticas de trabalho, emprego e renda. Não esgotando todas as políticas que compõem o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPETR), mas tentando se aprofundar nessas principais políticas que são as bases para a proteção dos milhões de trabalhadores brasileiros que vivem em situação de desemprego, de precarização no trabalho, de informalidade e que vivem em um dos países mais desiguais do mundo de acordo com índice de Gini que mede a desigualdade. Sem essas políticas os trabalhadores brasileiros ficariam desamparados em um mundo que apresenta cada vez mais trabalhos flexíveis, desemprego, precariedade no trabalho, desigualdade, fome, mortes, etc.

3. IDEOLOGIA POLÍTICA E SUAS RELAÇÕES COM POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo irá tratar sobre os aspectos das ideologias e como elas influenciam as políticas públicas em geral e as políticas públicas de trabalho

emprego e renda. Este capítulo terá recortes históricos que mostram o contexto em que as ideologias vigentes passaram a dominar mundialmente. Mostrando também quais são os principais tipos de ideologias. E a relação delas com as políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Brasil e no mundo.

3.1. Conceitos e definições de ideologia

Para começar o capítulo mostrará quais os principais conceitos de ideologia. O conceito “ideologia” surgiu com Cabanis, Destutt de Tracy e seus colegas filósofos que pretendiam criar uma disciplina científica para análise da formação das ideias e que atribuíram esse conceito a teoria (genética) das ideias. Após 50 anos do surgimento desse conceito Marx, com a obra “Obras de Juventude”, retoma o termo e lhe dá um sentido totalmente diferente. “*A ideologia passa a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social*” como falsa consciência (ALTHUSSER, 1970, p. 69).

Após isso, três doutrinas do pensamento pós-modernista foram contra o conceito clássico de ideologia. A primeira dessas doutrinas se refere a rejeição de um modelo empírico de representação; a segunda doutrina diz respeito a um ceticismo epistemológico segundo o qual o próprio ato de identificar uma forma de consciência como ideológica implica alguma noção indefensável de verdade absoluta; já a terceira doutrina, segundo Eagleton (1997, p.11) “*refere-se a uma reformulação das relações entre racionalidade, interesses e poder, em bases mais ou menos nietzschianas, a qual, segundo se acredita, torna redundante todo o conceito de ideologia.*” Essas três teses foram responsáveis por fazer com que algumas pessoas descartassem todas as questões sobre ideologia (EAGLETON, 1997).

Com isso, surgiram duas frentes de pensamento sobre ideologia, uma que possuía pensadores marxistas como o próprio Marx, Hegel e Georg Lukács que se preocuparam com as ideias de verdadeira e falsa cognição. Eles trataram a ideologia como ilusão, distorção e mistificação. Na maioria das vezes, essa ideologia seria usada para a manutenção de um poder dominante sobre uma parcela dominada. Já a outra linha de pensamento, “*menos epistemológica que sociológica, voltou-se mais para a função das ideias na vida social do que para seu caráter real ou irreal.*” (EAGLETON, 1997, p.16)

Mesmo assim, vários significados foram dados para definir o que seria

ideologia. E segundo Eagleton (1997) quase todos os pensadores que discutiram sobre esse tema não eram relativistas, ou seja, para eles os pontos de vista não têm uma verdade absoluta, mas sim um valor relativo, subjetivo de acordo com diferenças na percepção e consideração.

Eagleton (1997, p. 15 e 16) elucidou os principais significados sobre o que seria ideologia. Esses significados são:

1) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; 2) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; 3) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; 4) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; 5) comunicação sistematicamente distorcida; 6) aquilo que confere certa posição a um sujeito; 7) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; 8) pensamento de identidade; 9) ilusão socialmente necessária; 10) a conjuntura de discurso e poder; 11) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; 12) conjunto de crenças orientadas para a ação; 13) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; 14) oclusão semiótica; 15) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; 16) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Outro autor respeitado na academia acerca dos estudos sobre a ideologia foi o filósofo Althusser. Segundo este autor:

a ideologia é uma organização específica de práticas significantes que vão constituir os seres humanos como sujeitos sociais e que produzem as relações vivenciadas mediante as quais tais sujeitos vinculam-se às relações de produção dominantes em uma sociedade. Enquanto termo, abrange todas as diversas modalidades políticas de tais relações, desde a identificação com o poder dominante até a atitude de oposição a ele. (ALTHUSSER, [s.d], apud EAGLETON, 1997, p.30)

Segundo Althusser, a ideologia age e transforma o indivíduo por meio da interpelação por algo externo. Para ele a ideologia é algo eterno e o sujeito sempre

sofre as ações da ideologia, ele sempre é interpelado até mesmo quando ainda não nasceu, mas, por exemplo, já faz parte de um núcleo familiar. O autor traz um conceito de Carl Jung e mostra que a ideologia é eterna como o inconsciente. (ALTHUSSER, 1970)

Para resumir, a ideologia, afirma Althusser, “*expressa uma vontade, uma esperança ou uma nostalgia, mais do que descreve uma realidade*”; trata-se fundamentalmente de temer e delatar, de reverenciar e ultrajar, tudo isso às vezes codificado em um discurso que aparenta descrever as coisas como elas realmente são. (apud EAGLETON, 1997, p.30)

Althusser (1970) também formulou duas teses sobre ideologia. Uma negativa e outra positiva. A negativa representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência. Nesta tese as concepções dos indivíduos sobre o mundo são em grande parte imaginárias e não são reais. Por exemplo, o fato de se acreditar na “justiça”. Já a outra tese, a positiva, a ideologia tem uma existência material que se dá por meios materiais como por exemplo um ritual ou uma lei e sempre essas ideologias se dão por meio de um aparelho. (ALTHUSSER, 1970)

Esses aparelhos foram melhor explicados quando este autor elucida a teoria marxista que explica que o Estado possui Aparelhos de Estado para que se tenha uma manutenção do Poder de Estado o qual hoje está em posse dos burgueses capitalistas. Existem dois tipos de Aparelhos de Estado: o Aparelho *Repreensivo* de Estado que usa da força para manter o Poder de Estado burguês, um exemplo é o Exército. E o Aparelho *Ideológico* de Estado que usa da ideologia para o mesmo fim escrito anteriormente. (ALTHUSSER, 1970)

Os principais Aparelhos Ideológicos de Estado são os seguintes: religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, informação (mídia) e cultural. Cada um desses aparelhos são responsáveis por manter a classe dominante no poder aos seus modos específicos e são importantes para se ter noção de como funcionam as perpetuações ideológicas fato esse importante ao presente trabalho. Ao longo do livro o autor diz que o duo *escola-família* são os principais Aparelhos Ideológicos de Estado atualmente e responsáveis pela manutenção da ideologia dominante. (ALTHUSSER, 1970). O presente trabalho questiona se o “Trabalho” também não poderia ser considera um dos principais Aparelhos Ideológicos visto que o trabalho e

as relações de trabalho são fundamentais para as perpetuações ideológicas dominantes.

Já para o Eagleton (1997) existem estratégias as quais o poder dominante utiliza para legitimar as ideologias dominantes. E é importante se entender esses tipos de estratégias, pois elas fazem parte do processo de formulação de políticas públicas e como consequência refletem nos contextos do programa Fábrica Social o qual esse trabalho buscará evidenciar quais são esses reflexos ideológicos. Segundo Eagleton (1997, p.19), essas estratégias estão contidas no seguinte trecho:

um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo ideias que possam desafiá-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo. Tal “mistificação”, como é comumente conhecida, com frequência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais. (EAGLETON, 1997, p.19)

Por fim, Marx e Engels citam sobre essa ideologia dominante no livro “A Ideologia Alemã”: “*As ideias que predominam numa sociedade, numa época, são as ideias da classe economicamente dominante.*”

Portanto, ideologias podem ser consideradas como processos de ideias que influenciam projetos e ações em micro ou macro escalas. Ou seja, a ideologia pode influenciar tanto em situações individuais e de pequenos grupos como os grupos familiares, como também influência em contextos maiores como na condução de uma sociedade. O impacto dessas ideologias pode ser positivo ou negativo e esse pode variar de acordo com diferentes variáveis. Estudos devem ser realizados em casos específicos para se debater e concluir qual a corrente ideológica mais adequada para cada situação. Por exemplo, no contexto da Fábrica Social será que a ideologia econômica dominante é a mais adequada para enviesar práticas voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social que, dentre vários motivos, estão nessa situação por conta da própria ideologia dominante que exclui e causa desigualdade?

Esse trabalho também visa discutir sobre esse assunto e irá trazer mais detalhes ao final do trabalho.

3.2. As principais ideologias políticas da modernidade

Os termos “direita” e “esquerda”, que polarizam o mundo há um bom tempo, surgiram durante a Revolução Francesa (1789) e indicavam posicionamento políticos. Nessa época a “direita” defendia a aristocracia e a “esquerda” defendia a igualdade e os burgueses à época que seriam a representação do povo, fato que não se tornou verdade, pois esses burgueses se tornaram uma elite que se distinguiu das classes média e mais baixa e como mostra esse trabalho essa elite impôs suas ideologias para perpetuar a sua dominação. Aos poucos os termos foram associados ao liberalismo e conservadorismo. (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017). Já de acordo com Bobbio (1997, apud MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017), a esquerda prioriza a igualdade e a direita, a liberdade, porém essas são questões que variam conforme o contexto e a conjuntura em que estão inseridas. E não se limitam apenas ao aspecto econômico.

Para Heywood (2010) existem dois tipos de ideologias as “clássicas” como o conservadorismo, o socialismo, o nacionalismo, o anarquismo, o fascismo e o liberalismo, que é uma das bases do neoliberalismo. E as “novas” que assumiram visões pós-materialistas como o feminismo, ecologismo, fundamentalismo religioso e multiculturalismo.

Nesse trabalho será priorizada a discussão entre as ideologias “clássicas”, principalmente o liberalismo, neoliberalismo e o socialismo. E também será considerada a ideologia como algo real/material que sofre alterações ao longo da história e impacta a sociedade com suas perpetuações.

Após a Segunda Guerra Mundial em 1945 que resultou no fim do Regime Nazista Alemão e a vitória dos “Aliados”. O Mundo passou a ser dividido em dois polos que se contradiziam em suas ideologias e acabaram entrando na chamada Guerra-Fria. Esta foi uma guerra por disputas ideológicas e por dominações territoriais sem um confronto direto entre os principais países. Durante essa Guerra viu-se a corrida armamentista, principalmente pelo estímulo as produções de bombas atômicas e a corrida espacial que resultou na chegada dos seres-humanos à Lua.

“De um lado”, o Ocidente com os Estados Unidos da América como o

principal país e com o apoio da maior parte dos países europeus os quais criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por vezes chamada Aliança Atlântica, que é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, que foi assinado em 4 de abril de 1949, essa aliança militar visava defender os interesses capitalistas.

“Do outro lado”, o Oriente que tinha a União Soviética como principal país e que acabou assumindo a hegemonia Oriental fazendo aliança a outros países socialistas do Leste Europeu que acabaram por fazer o Pacto de Varsóvia ou Tratado de Varsóvia uma aliança militar formada em 14 de maio de 1955, estes países também ficaram conhecidos como bloco do leste.

Os dois extremos do espectro ideológico eram formados, portanto, pelo capitalismo do lado Ocidental e o comunismo do lado Oriental.

3.2.1. Capitalismo, Liberalismo e Neoliberalismo

Basicamente, as principais ideias e medidas do capitalismo e do liberalismo são: a livre concorrência no mercado, determinada pela oferta e demanda; os países devem focar na produção e comercialização internacional dos produtos que possuem vantagem comparativa em relação aos demais; pouca ou nenhuma intervenção do Estado; desregulamentação do trabalho para que as trocas sejam baseadas em contratos inter-empresas; oposição às ideias socialistas. Já os principais pensadores do liberalismo clássico são Adam Smith, Thomas Malthus e David Ricardo. (REIS, 2021)

A concepção liberal defende a correlação entre propriedade e liberdade, portanto a liberdade exige desigualdade, pois os indivíduos não são iguais em propriedade e uma intervenção externa buscando essa igualdade pode levar ao fim da liberdade. (GRUPPI, 1980). Segundo Karen Elena Costa Dal Castel (2017), Maquiavel discorreu que a melhor forma de sociedade é aquela que mantém o conflito entre as forças políticas, perspectiva geminal da Teoria do Conflito. No âmbito da política, caberia ao Estado equilibrar essa “desunião” proporcionando medidas que atenderiam ao bem-comum. Maquiavel considera que a desunião e o conflito entre o povo e os grandes foi de fato a causa da liberdade romana. Essa “desunião” foi incorporada pelos liberais e burgueses e é utilizada por estes para configurarem suas ideologias, considerando a desigualdade e o conflito como benéficos à sociedade.

(CASTEL, 2017).

Mesmo assim, a ideia clássica do liberalismo passou a perder força com a crise de 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial, pois os Estados passaram a serem necessários e interferiram cada vez mais nas economias para controlar os problemas causados por esses dois períodos históricos. (REIS, 2021)

Foi quando em 1944 os países desenvolvidos criaram os acordos de Bretton Woods e estabeleceram regras intervencionistas para a economia mundial. Entre outras medidas, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com a adoção das metas dos acordos de Bretton Woods e a adoção de políticas keynesianas que fizeram com que o período pós-guerra, até o início da década de 1960 fossem os "anos dourados" das economias capitalistas. O acordo de Bretton Woods também foi responsável por instituir o dólar americano como a principal moeda mundial. (VALLONE, 2009).

Após esses “anos dourados” o mundo entrou em uma crise do capital causadas por dentre outros motivos a crise do petróleo. Esse momento de crise abriu espaço para críticas feitas ao Estado que foi responsabilizado por causar a crise e por trazer uma dívida pública à sociedade. Além disso, ideólogos neoliberais criticaram os sindicatos e as políticas sociais e consideraram um fato positivo se ter uma massa de desempregados para que se tenha uma maior competitividade na sociedade e a possibilidade do rebaixamento dos salários e corte dos gastos. Por conta disso, esses ideólogos neoliberais somaram forças para tratar sobre temas relacionados à sociedade e para trazer alternativas à crise e desse encontro de ideias que surgiu o neoliberalismo. (ANDERSON, 1995).

Para reforçar, segundo Anderson (1995, p.2):

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos.

Devido a isso, segundo Perry Anderson (1995), um filósofo marxista, a publicação de *O Caminho da Servidão*, de Hayek, em 1944, marca o nascimento do neoliberalismo na Europa e na América do Norte. Neste livro, Hayek critica o planejamento econômico e o coletivismo predominantes antes da Segunda Guerra. O termo neoliberalismo foi atribuído ao autor Von Mises onde ele cunhou o termo “novo” liberalismo.

Os neoliberais, em essência, são a favor de políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação das leis trabalhistas (dentre essas desregulamentações encontram-se as leis trabalhistas que ficaram mais flexíveis nos últimos tempos, especialmente em 2013 no Brasil), livre comércio, a individualidade e a escolha por uma subjetividade dos indivíduos, pouca ou nenhuma intervenção estatal, e priorizam o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia. (KENTON, 2020).

Vale ressaltar que a doutrina neoliberal sofreu forte influência da Escola Austríaca que tinha como principais pensadores Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises (já citado anteriormente) e que adotavam a Lei de Say e a teoria marginalista. O autor Hayek no livro *O Caminho da Servidão* (1944) cita os princípios básicos de sua teoria. E diz que o controle do Estado é o caminho que leva a perda da liberdade. Ele ainda criticou o Partido dos Trabalhistas (de centro-esquerda da Grã-Bretanha e que instituiu o Estado de bem-estar social) dizendo que eles se assimilavam aos nazistas da Alemanha. (HAYEK, 1944)

E também da Escola de Chicago criada nos Estados Unidos com professores da Universidade de Chicago, vale lembrar a influência do Aparelho Ideológico Escolar citado anteriormente e como na prática isso acontece, que tinha como principal pensador o professor e economista Milton Friedman. Friedman foi contra as políticas intervencionistas do presidente norte-americano Roosevelt e criticou também o *New Deal*. Ele também era contra o salário-mínimo e contra qualquer regulamentação que inibisse a ação das empresas. Um dos adeptos da Escola de Chicago é o atual ministro da economia do Brasil, Paulo Guedes.

É importante destacar também os principais governos neoliberais: Augusto Pinochet, no Chile, onde constatou-se a ditadura mais repreensiva da

América Latina contando com mais de três mil mortos e mais de quarenta mil pessoas torturadas; Margaret Thatcher que aprovou leis que revogavam direitos dos trabalhadores, no Reino Unido; e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Na América Latina, o Chile foi o principal expoente da ideologia neoliberal, onde a própria CIA norte-americana interferiu para que o ex-presidente Allende fosse destituído do poder e a partir disso um plano econômico neoliberal fosse instituído no país. Todavia, mesmo com o aumento do índice de IDH, mais de trinta anos depois o país sofreu as consequências de uma privatização excessiva e contou com imensas manifestações no período recente. Manifestações estas que pediram por uma nova Constituição, pois os grupos mais marginalizados não contam com quase nenhuma proteção social como saúde, educação e aposentadorias públicas.

Porém, o Brasil também sofreu forte influência dessa ideologia. Principalmente após o fim da ditadura militar ao final dos anos 1980 e durante a década de 1990. Isso porque durante a ditadura o Brasil possuía um plano nacionalista e desenvolvimentista bastante instituído entre os militares e os donos dos meios de produção e as privatizações passaram a se tornar regra após os anos 1990.

Todavia, como foi de se esperar inúmeras críticas foram feitas às políticas neoliberais que dominaram o mundo nas últimas décadas. Dentre essas críticas estão as de Jomo Sundaram, secretário-geral adjunto da ONU para o Desenvolvimento Econômico, e Jacques Baudot, economista especializado em temas de globalização. Esses autores ressaltaram nas seguintes citações os problemas da desigualdade e concentração de renda que aconteceram durante esse período:

“A 'globalização' e 'liberalização', como motores do crescimento econômico e o desenvolvimento dos países, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas" e "A desigualdade na renda per capita aumentou em vários países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) durante essas duas décadas, o que sugere que a desregulação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder econômico". (EFE, 2007, n.p)

Além disso, Sundaram ressaltou que o fluxo do dinheiro se inverteu e os capitais fugiram dos países mais pobres, para os mais ricos: "*Houve uma tremenda liberalização financeira e se pensava que o fluxo de capital iria dos países ricos aos pobres, mas ocorreu o contrário.*" (EFE, 2007)

Somado a isso, o próprio FMI que defendia políticas neoliberais admitiu em um artigo assinado por economistas da instituição que falhou ao receitar as políticas neoliberais aos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, como uma rota segura para o crescimento econômico sustentável, quando na verdade essas recomendações poderiam, a longo prazo, ter efeito contrário sobre essas economias. (LOUNGANI; FURCERI, 2016)

Outro fator negativo do sistema capitalista é que ele se sustenta por meio de crises como a crise de 1929, de 2008 e agora a crise causada pela pandemia do COVID-19. Onde ao final dessas crises se eliminam os capitais frágeis e se aumenta a concentração de renda. Elas funcionam como um "acerto de contas" entre a burguesia e o proletariado. Elas também funcionam para que a classe dominante "coloque as cartas na mesa" definindo as condições de exploração, por exemplo diminuindo os salários dos trabalhadores. (BIONDI, 2017)

Nos momentos de crise, os trabalhadores são espoliados e ficam sem condições de subsistência. De acordo com Lafarge, "*Soma-se a isso que, em tempos de crise, o emprego soa como uma sublime benção. Uma benção originária do dogma do trabalho, da santificação do ato expiatório da classe obreira.*" (LAFARGUE, 2000, apud BIONDI, 2017, p.107). E é dessa lógica que surge a frase dita pelo ex-presidente brasileiro Michel Temer durante a crise de 2013: "*Não fale em crise, trabalhe.*" (BIONDI, 2017)

Para finalizar, o artigo Quatro teses sobre o neoliberalismo (Euclides André Mance) aponta quatro teses sobre o neoliberalismo listadas a seguir. Segundo Mance (1997), o neoliberalismo:

"não garante equânimes condições objetivas para o exercício da liberdade de todos" os indivíduos nas sociedades em que se implanta, sendo um projeto político excludente que favorece a realização ampla da liberdade da

minoria de uma dada sociedade em detrimento do exercício objetivo da liberdade da maioria; é uma "concepção de mundo imoral" em que usar e descartar pessoas em função de vantagens privadas torna-se, no limite, o lema principal; ele "propaga uma ilusão", pois é impossível historicamente atingir os fins que propõe com os meios que preconiza, uma vez que estabelece um "modelo formal de concorrência ideal impossível de ser realizado"; e é um "modelo econômico incapaz de enfrentar a crise do trabalho" no sistema de produção de mercadorias da atual economia globalizada.

3.2.2. *Socialismo e Comunismo*

Já do lado Oriental as ideologias que dominaram esses países durante a Guerra-Fria foram o socialismo e o comunismo. Essas são ideologias políticas e socioeconômicas que defendem uma sociedade igualitária, sem classes sociais e apátrida, baseada na propriedade comum dos meios de produção. Os principais pensadores sobre o comunismo Karl Marx e Friedrich Engels defendiam que ocorresse uma revolução proletária para se obter os meios de produção que atualmente está sob o domínio dos burgueses. (RUHLE, 1924) Segundo Engels, o comunismo é "*a doutrina das condições de libertação do proletariado*". (ENGELS, 1914).

O comunismo é o modo de produção em que a sociedade se libertaria da alienação do trabalho onde a humanidade se tornaria emancipada, tendo o controle e consciência sob todo o processo social de produção. Com a socialização dos meios de produção, o trabalho deixaria de ser um aspecto negativo e passaria a ser positivo, isto é, o trabalho seria a afirmação do prazer, dados a abundância de produtos e o desenvolvimento da produtividade do trabalho, o que faria com que pudéssemos trabalhar cada vez menos, com processos de mecanização e controle racional, levando em consideração, ainda, a questão da natureza.

Já o socialismo seria uma etapa antecessora ao comunismo. O socialismo se daria antes do comunismo com o fim de se obter uma acumulação de capital, para que assim possa ser instituído o comunismo. Um exemplo desse processo foi o leninismo na União Soviética. (GRUPPI, 1980)

Essa ideia citada anteriormente de sociedade sem classes já havia sido citada na Grécia Antiga, no livro *A República* escrito por Platão. Onde ele descreveu um estado em que as pessoas compartilhavam todos os seus bens comuns. (PIPES,

2003). Após isso, críticas à propriedade privada surgiram dentre elas destacam-se a dos denominados *escavadores* durante o século XVII na Inglaterra e dos *iluministas* durante o século XVIII com Jean-Jacques Rousseau na França. (CALVERT, 1650)

Após a Revolução Francesa, o comunismo se transformou em uma doutrina política. E a sua forma mais moderna se deu com o avanço da Revolução Industrial e com as críticas feitas por Marx e Engels que culpavam o capitalismo pela miséria da classe proletária e as condições perigosas em que trabalhavam nas fábricas. A obra mais expoente desses autores foi o panfleto *O Manifesto Comunista* de 1948. (BALL, 1999)

Segundo Marx (1867), o capitalismo impede a plena utilização de todos os recursos disponíveis e promove desigualdade entre os que têm e os que não têm acesso à propriedade. Com isso, o capitalismo apresenta graves defeitos como regulador da produção e da distribuição. Além disso, no capitalismo existe o fenômeno da extração da mais-valia dos proletários com o intuito de acumulação de capital pelos burgueses.

O socialismo se institucionalizou em alguns países como na União Soviética (que impôs o bloco do leste citado anteriormente), na República Popular da China, em Cuba, na Argélia e em outros países. Todos eles adeptos da doutrina comunista, procuraram transformar a sociedade mediante a conquista revolucionária do poder político.

Outro fato histórico importante foi a Revolução Russa de 1917 que instituiu o comunismo na Rússia e que contou com o governo autoritário, ditatorial e genocida de Stalin. Outros governantes históricos são Mao que instituiu o Maoísmo na China, Kim Il-sung que instituiu a ideologia Juche na Coreia do Norte e Fidel Castro em Cuba.

Contudo, críticas também foram feitas aos governos declarados comunistas e à ideologia comunista. Autores citados anteriormente como Mises, Hayek e Friedman criticavam o funcionamento da economia socialista, a tirania e servidão dos regimes comunistas e eles tinham a ideia de que uma sociedade comunista seria responsável por uma estagnação dos avanços tecnológicos e redução da prosperidade. (HAYEK, 1944)

Já os estudiosos de direitos humanos debatem sobre os episódios de fome, expurgos, execuções e guerras que foram constantemente observados nesses regimes ao longo do século XX. O genocídio ucraniano na União Soviética, o massacre de um quarto da população do Camboja sob o regime de Pol Pot e a Grande Fome Chinesa sob o regime de Mao Tsé-Tung foram episódios de massacres lamentáveis atribuídos aos regimes comunistas. (PRISELAC, 2005)

Essa série de massacres sob os regimes comunistas foram responsáveis por discussões sobre como a ideologia pode impactar negativamente na sociedade Klas-Göran Karlsson (2008, p.5) escreve que:

As ideologias são sistemas de ideias, que não podem cometer crimes de forma independente. No entanto, os indivíduos, grupos e estados que se definiram como comunistas tem cometido crimes em nome da ideologia comunista, ou sem nomear o comunismo como a fonte direta de motivação para os seus crimes.

Essas ideologias citadas neste subcapítulo foram as que pautaram as discussões políticas ao longo dos séculos XX e XXI. A seguir será discutida a relação entre essas ideologias e o tema trabalho, emprego e renda e as políticas públicas sobre esse tema.

3.3. Contexto histórico e relações entre ideologias e políticas públicas de trabalho, emprego e renda

O presente subcapítulo irá abordar o contexto histórico em que as principais ideologias foram se desenvolvendo ao longo das últimas décadas. Serão abordados recortes históricos importantes para se entender o contexto do mercado de trabalho nas disputas econômicas, políticas e ideológicas dessas últimas décadas. Será utilizado como principal base e referencial teórico o livro publicado recentemente no ano de 2020 do autor Ricardo Antunes, *O Privilégio da Servidão*.

3.3.1. Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Novas Formas de Trabalho

Para se entender o processo de degradação do trabalho que existe nos dias atuais é importante saber que o mundo passou por uma crise nas décadas de 1960 e 1970 que abalou todo o sistema econômico mundial. Os levantes em Paris, no

ano de 1968, evidenciaram a instabilidade mundial pós-Welfare State. Manifestações no Brasil, Argentina, França e México foram duramente repreendidas. E a década de 1970 evidenciou uma crise estrutural. O sistema de dominação se abalou em todos os níveis: econômico, social, político, ideológico e valorativo. (ANTUNES, 2020)

Por conta desses abalos, o sistema dominante teve que se ajustar para se manter no poder. E usou alguns meios para isso: como a ideologia neoliberal e a reestruturação produtiva global, ambos controlados pelo mundo das finanças. Com isso, o capital fictício criado pelo setor financeiro se alastrou pelo mundo. Além disso, o capital produtivo e o capital bancário se uniram. (ANTUNES, 2020)

As grandes corporações passaram por um processo de financeirização para se atingir uma mundialização financeira. E isso fez com que se precisasse de uma aceleração na produção por conta da concorrência intercapitalista e da pressão dos investidores e do aumento dos indicadores de produtividade. (ANTUNES, 2020)

Todos esses fatores levaram ao aumento da superexploração do trabalho em âmbito mundial e da desigualdade entre o capital e o trabalho e entre os países mais e menos ricos. Isso também foi dissolvendo a consciência de classe dos trabalhadores e sua solidariedade. (ANTUNES, 2020)

Devido a essa superexploração, um novo “vocabulário” foi criado e difundido para se manter o poder e a dominação, esse vocabulário empresarial foi criado pelos dominadores e aceito pelos dominados. Isso ocorreu, pois as palavras a seguir suavizam as relações de exploração. Algumas dessas palavras mostradas por Antunes (2020) são: “*Sociedade do conhecimento*”, “*capital humano*”, “*trabalho em equipe*”, “*times ou células de produção*”, “*salários flexíveis*”, “*envolvimento participativo*”, “*trabalho polivalente*”, “*colaboradores*”, “*PJ*”, “*empreendedor*”, “*trabalho digital*”, “*trabalho online*” etc. (ANTUNES, 2020) O presente trabalho usa de sua idiosincrasia para fazer uma metáfora e concluir que todas essas palavras são impulsionadas por meio de “metas” e “competências”, esse novo “chicote” da nossa era que chicoteia seus súditos e move os grilhões dos trabalhadores explorados.

Todavia, como mostra Antunes (2020, p.288), “*esse ideário apologético e mistificador marca um período de consequências reais aos trabalhadores.*” As terceirizações em todos os setores aumentaram; a flexibilidade que tira os direitos dos trabalhadores e os deixam ao relento também virou regra. Além de: precarização,

desemprego estrutural, subemprego, assédios, acidentes, mortes e suicídios. (ANTUNES, 2020)

Antes do presente trabalho continuar a discorrer sobre o contexto histórico, vale ressaltar o que significa de acordo com Antunes (2020): 1) flexibilização; 2) precarização e 3) terceirização. Pois estes são termos que acompanham o mercado de trabalho moderno e são intensificados pela ideologia neoliberal. 1) A primeira é a diminuição da fronteira entre trabalho e vida privada, que resulta no desmonte da legislação trabalhista, em diferentes formas de contratação da força de trabalho e no desemprego estrutural. 2) A segunda desperta resistência por parte dos trabalhadores, mas também é uma forma do sistema se manter e valorizar o capital. Ela se forma pelo processo de superexploração do trabalho nas crises estruturais do capital. Nas épocas de crise temos sua intensificação. E nota-se uma tendência à precarização estrutural do trabalho em uma escala global. 3) Já a terceira é um instrumento central das estratégias de gestão empresarial e corporativa. Ela se mostra *“ao se dissimular as relações entre capital e trabalho, convertendo-as em relações interempresas.”* E isso viabiliza maior flexibilidade nas relações de trabalho. Fazendo com que existam contratos por tempo determinado de acordo com o ritmo das empresas. Esse fato ajudou na desestruturação da classe trabalhadora. De acordo com esse autor, no período da escravidão, o senhor comprava o escravo. Com a terceirização, a empresa aluga a classe trabalhadora. Os trabalhadores terceirizados ganham menos, trabalham mais, têm mais instabilidade e menos direitos e são os que mais morrem ou se acidentam. Eles também são mais isolados e não possuem um sentimento de classe. A destruição da CLT e a tentativa de liberar a terceirização total são passos que o sistema dá para destruir os direitos do trabalho. E que são causas e consequências do aumento das flexibilizações, terceirizações, informalidade e desemprego. (ANTUNES, 2020)

Continuando, a corrosão dos direitos dos trabalhadores se tornou regra entre as grandes e pequenas empresas. Ao passo que, ironicamente, essas empresas, principalmente as grandes, pregam ideais como “responsabilidade social”, “sustentabilidade ambiental”, “colaboração”, “parceria” etc. (ANTUNES, 2020)

No setor produtivo, o vilipêndio social aumenta, sob a ótica da dominação financeira. Em todo o mundo, o capital fictício domina e a precarização do trabalho se esparrama pelo setor produtivo. Esse fato é proporcional, quanto mais a

financeirização se alastra, mais a exploração aumenta. A terceirização também aumenta e se torna a regra. O setor de serviços que se caracteriza pela ocultação de um trabalho assalariado terceirizado aumenta absurdamente nessa era moderna. Antunes (2020, p.177) mostra que *“a precarização do trabalho se expressa na disseminação de falsas cooperativas, no apelo ao voluntariado, como também no incentivo ao empreendedorismo (um empregador e assalariado de si próprio).”* Esses fatos acabam com os direitos do trabalho. E serão evidenciados nos Projetos Pedagógicos da Fábrica Social quando será mostrada a análise dos reflexos ideológicos. Além disso, a terceirização pulveriza os sindicatos e a consciência de classe. (ANTUNES, 2020)

Vale ressaltar que as atividades atípicas de trabalho, como o *“empreendedorismo”*, o *“cooperativismo”*, o *“trabalho voluntário”*, etc. são formas de ocultamento do trabalho assalariado que permitem aumentar ainda mais as formas de flexibilização salarial, de horário, organizacional e organizativa. (ANTUNES, 2020)

3.3.2. Avanço do Neoliberalismo, Social-Liberalismo e Relações com o trabalho

Os anos 1960, 1970 e 1980 foram marcados por regimes de ditadura nos países da América Latina, sobretudo no Brasil, Chile e Argentina. No caso do Brasil, de acordo com a visão do autor Antunes (2020, p.185), *“os golpistas da ditadura tinham como objetivo impedir a implantação de uma “república sindicalista” no país.”* E eles atingiram toda estrutura organizacional dos trabalhadores brasileiros. O golpe de 1964 atuou de forma repressiva contra os setores sindicais mais combativos, liderados pelos comunistas e pelos trabalhadores reformistas. E essa repressão foi fundamental para a desorganização da classe operária. E para a reorganização capitalista pós-1964. Isso proporcionou o fim das reformas de base, aumento do conservadorismo nos sindicatos e o rebaixamento dos salários que resultou no processo de acumulação monopolista e oligopolista que os capitais exigiam. (ANTUNES, 2020)

Contudo, o Brasil, mesmo que fortemente adepto à ideologia neoliberal a partir dos anos 1990 e após ter passado pelo período ditatorial influenciado pelos Estados Unidos, teve um papel importante para retardar a implementação dessa ideologia nos anos 1980. Visto que essa ideologia já fazia parte das economias do Chile, Argentina e México na América Latina. O sindicalismo de oposição denominado *“novo sindicalismo”* foi importante ao promover lutas sociais e políticas que

proporcionaram a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. (ANTUNES, 2020)

Contudo, após esse sindicalismo combativo foi criado um sindicalismo de oposição mais negociado e que se adequava às tendências neoliberais e de reestruturação produtiva. Esse sindicato de oposição é chamado de Força Sindical. (ANTUNES, 2020)

Como mostra Antunes (2020, p. 209), a Força Sindical tinha como objetivo “*bloquear as lutas de resistência contra o modelo neoliberal e derrotar as iniciativas progressistas e populares.*” Esse sindicato apoiou as privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho. Corroborando o seu viés neoliberal e ajudando no processo de desertificação neoliberal. Além disso, o sindicato apoiava a reforma do Estado brasileiro, ou seja, a reforma administrativa que passou a implementar um processo mais gerencial e menos burocrático. Com incentivo às privatizações e terceirizações dos serviços públicos. Na chamada “modernização do Estado”. (ANTUNES, 2020). Essa “modernização” possui reflexos na forma de condução dos Projetos Pedagógicos da Fábrica Social.

Todavia, mesmo mostrando o seu viés neoliberal, esse sindicato pregava a “desideologização” da prática sindical. Contudo, como mostra Antunes (2020), isso significava uma clara aceitação da sociabilidade do mundo capitalista: os agentes sociais (pessoas da sociedade) ficam reduzidos à condição de obstinados comerciantes que só almejam vender sua mercadoria pelo melhor preço. Por meio da venda dos seus serviços ou produtos se utilizando do “empreendedorismo” e da terceirização para atingir esses fins. Esse fetichismo mercantil tem o objetivo de deixar o mundo do trabalho à mercê dos interesses burgueses. (ANTUNES, 2020). E também será mostrado durante o livro “*A Nova Razão do Mundo*” escrito por Dardot e Laval e publicado em 2016, como uma maneira de formação de um neossujeito.

No final dos anos 1980 e na década de 1990 as ações regressivas começaram a aparecer no Brasil, principalmente após a vitória do Fernando Collor de Mello, em 1989. Antunes (2020, p.190) mostra que nesse período o Brasil teve como marcas:

a forte pressão interna e externa exigida pelos capitais, visando o deslanche da reestruturação produtiva, a financeirização ainda maior da economia, a livre circulação dos capitais, a privatização do setor produtivo estatal, a flexibilização da legislação trabalhista, em suma, a pressão para uma nova inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho que se desenvolvia sob a hegemonia neoliberal e que começava a afetar mais intensamente o país.

A partir dos anos 1990 com a vitória do neoliberalismo se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital, como já foi evidenciado no parágrafo anterior. E fez com que as empresas, o mercado e até mesmo o serviço público tivessem que adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho e novos métodos denominados “participativos”. Pelos seguintes motivos: 1) adoção das empresas brasileiras ao Toyotismo e às formas flexíveis de acumulação; 2) para as empresas conseguirem competir internacionalmente; 3) para as empresas responderem as recentes lutas sindicais feitas pelo “novo sindicalismo”. Essa reestruturação produtiva teve como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2020)

Conforme mostra Antunes (2020), a greve dos petroleiros que ocorreu em 1995 foi duramente reprimida pelo Estado. Esse foi o primeiro teste contra a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e, por isso, essa greve foi exemplarmente reprimida. A CUT contraiu dívidas que atrapalharam seu processo de estruturação. Além de que essa greve também abalou as estruturas da CUT que passou a ser mais negociadora e menos combativa. Tanto que esta foi criticada por não ter dado o devido apoio aos petroleiros durante esse período. Com a derrota dessa greve e da classe trabalhadora, a reestruturação produtiva passou a crescer ainda mais sob a ótica neoliberal. (ANTUNES, 2020)

Segundo Antunes (2020, p.122 e 123), “a implantação de programas de qualidade total, dos sistemas just-in-time, sistema de metas e kanban, além de introdução de salários relacionados à produtividade possibilitaram a intensificação dessa reestruturação.” Nos anos 1990 com os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso o neoliberalismo se desenvolveu de forma rápida. As privatizações do setor produtivo estatal influenciaram bastante nesse processo. (ANTUNES, 2020). Esses

sistemas de controle e de metas estão inseridos no âmbito da Fábrica Social tanto em suas leis que discorrem sobre o auxílio pecuniário por produtividade quanto nos Projetos Pedagógicos. Estes fatos serão exemplificados posteriormente.

A combinação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva acarretou profundas mudanças na classe trabalhadora e em sua morfologia. Essa classe trabalhadora ficou mais complexa e heterogênea. E essa nova formação da classe teve como consequências a desestruturação da classe deixando-a mais desamparada e menos homogênea. (ANTUNES, 2020).

Os elementos fordismo e taylorismo se uniram ao Toyotismo e ajudaram a intensificar os níveis de exploração do trabalho. A flexibilização e a informalização (aumento do número de empregos informais) aliadas ao avanço tecnológico (avanço esse para o bem do capital e não para o bem da população) foram marcas do capitalismo brasileiro recente. Desregulamentação, flexibilização, privatização e desindustrialização se tornaram dominantes, sendo que a informalidade, a terceirização, o subemprego e o desemprego aberto atingiram altos níveis, gerando um avanço de distintos tipos de trabalho precarizado e informal. (ANTUNES, 2020). Nota-se que nos Projetos Pedagógicos da Fábrica Social essa passagem é exemplificada quando se busca romper com os modos de produção Taylor/Ford. Todavia, como mostra Antunes (2020) esses modos de produção se uniram de modo que possibilitaram o aumento da exploração dos trabalhadores.

Todavia, como mostra Antunes (2020), por conta de medidas impopulares, do aumento da desigualdade e o aumento do desemprego em todo o mundo, além da crise econômica que só aumentava. Governos neoliberais “puros” (que estavam totalmente alinhados com a ideologia neoliberal) começaram a cair ao final dos anos 1990. E para que, após essa passagem de governo, a classe dominante não perdesse o seu poder e o sistema econômico vigente fosse mantido criou-se uma “terceira via”. (ANTUNES, 2020). Essa “terceira via” possui um viés ideológico social-liberal, ou seja, uma ideologia que se alinha às políticas econômicas neoliberais, liberais e capitalistas que não rompe com os padrões de dominação burguês, mas também oferece serviços à população por meio de políticas econômicas keynesianas ao buscar um estado de bem-estar social. Esse padrão ideológico reverbera até os dias atuais.

Um exemplo dessa “terceira via” social-liberal ocorreu na Grã-Bretanha onde o governo Thatcher que era fervorosamente neoliberal foi substituído pelo governo de Tony Blair que era mais de esquerda, mas que teve que continuar com as políticas neoliberais. Para exemplificar ainda mais esse alinhamento, o partido de Tony Blair mudou uma cláusula de sua Constituição Partidária que tratava sobre a propriedade coletiva para uma cláusula onde foi introduzida a defesa do empreendimento do mercado e rigor da competição. (ANTUNES, 2020).

Como mostra Antunes (2020), o partido que se saiu vitorioso no processo eleitoral de 1997 da Grã-Bretanha, que já não possuía mais vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, transformou-se, então, no New Labour pós-Thatcher, um partido “moderno”, e como mostra Antunes (2020, p.223): *“defensor vigoroso da “economia de mercado”, da flexibilização do trabalho, das desregulações, da “economia globalizada e moderna”, enfim, de tudo aquilo que foi fundamentalmente estruturado durante a fase clássica do neoliberalismo.”*

Todos esses fatores evidenciam que a “terceira via” foi no caso da Grã-Bretanha e ainda é em vários países do mundo, fundamentalmente:

uma forma de preservação do essencial do neoliberalismo em sua política econômica, em seu desenho ideopolítico e em sua pragmática, com uma roupagem social-democrática cada vez mais desbotada. Foi o que restou da social-democracia na fase mais destrutiva do capitalismo, que tenta mascarar alguns elementos do neoliberalismo, preservando sua engenharia econômica básica e sua ideologia regressiva. Por isso é que a “terceira via” tem sido uma via alternativa que o capitalismo vem gestando para manter o fundamental do que o neoliberalismo clássico construiu e quer de todo modo preservar. (ANTUNES, p.225)

A formulação do próprio Tony Blair resume esses fatos (nota-se semelhança com o discurso dos apoiadores do Partido Socialista Brasileiro do Governador Rodrigo Rollemberg e dos Projetos Pedagógicos durante o governo Ibaneis Rocha ao se buscar uma parceria entre sociedade, Estado e mercado e se percebe uma semelhança com as políticas do ex-presidente Lula):

A terceira via é a rota para a renovação e o êxito para a moderna social-democracia. Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita. Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro e da centro-esquerda e aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-las livres de ideologias antiquadas. [...] Na economia, nossa abordagem não elege nem o “laissezfaire” nem a interferência estatal. O papel do governo é promover a estabilidade macroeconômica, desenvolver políticas impositivas e de bem-estar, [...] equipar as pessoas para o trabalho melhorando a educação e a infraestrutura e promover a atividade empresarial, particularmente as indústrias do futuro, baseadas no conhecimento. Nos orgulhamos de contar com o apoio tanto dos empresários como dos sindicatos. (ANTUNES, 2020, p.224)

3.3.3. *Brasil e o mundo no século 21*

Já no Brasil, quando o ex-presidente Lula foi eleito em 2002, em sua quarta disputa eleitoral. O país não era o mesmo de quando ele começou na política. Antes as lutas sociais, sindicais e operárias eram intensas. Já em 2002, a desertificação neoliberal havia tomado conta por meio da reestruturação produtiva. (ANTUNES, 2020).

Segundo Oliveira (2015), o mercado de trabalho brasileiro, no início dos anos 2000, se encontrava altamente excludente e com uma estrutura ocupacional mais precária. E isso foi causado pelo movimento de deterioração neoliberal pelo qual havia passado na década anterior e por conta da reestruturação produtiva. Os níveis de pobreza e de desigualdade mostravam uma estabilidade inaceitável para uma economia subdesenvolvida como a brasileira. Por esses motivos, o projeto neoliberal e, conseqüentemente, o modelo econômico e de sociedade por ele representado, enfrentava uma ampla rejeição pela sociedade, ocasionando na eleição do ex-presidente Lula que apresentava em sua campanha uma ideologia mais de esquerda e favorável às classes mais baixas. (OLIVEIRA, 2015)

Todavia, o próprio PT já não era o mesmo de anos atrás. Agora era um partido mais moderado e que buscava alianças com o centro e com a direita. Tanto que Lula teve que se adaptar à nova realidade e buscar uma relação próxima com os setores dominantes para que o apoiassem nas eleições e no poder. Lula se aliou aos poderes financeiros e não rompeu com a ótica econômica neoliberal dos anos 1990.

Um exemplo disso foi a subordinação do PT ao FMI e ao sistema financeiro internacional. O governo do PT, mesmo sendo de centro-esquerda, manteve algumas políticas neoliberais do antigo governo FHC. Com essa manutenção das políticas o PT e o governo Lula não provocavam insegurança nas classes dominantes. (ANTUNES, 2020). Segundo Antunes (2020, p.226), *“ao preservar a estrutura fundiária concentrada, dar incentivo aos fundos privados de pensão e determinar a cobrança de impostos dos trabalhadores aposentados, o governo Lula não alterava nenhum traço essencial da formação social brasileira.”*

Além disso, o primeiro governo Lula era um governo policlassista. E não apoiou substancialmente a classe trabalhadora. Porém, Lula ampliou o Bolsa Família e fez políticas assistencialistas importantes para a classe mais pobre da população. O Bolsa Família chegou a atingir 25% da população brasileira e foi a melhor política feita pelo PT para diminuir a desigualdade. E em comparação ao governo anterior de FHC, tal política assistencialista trouxe efetivos ganhos reais para os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora brasileira. Além disso, o governo aumentou o salário mínimo e o número de empregos formais cresceu nos anos 2000. (ANTUNES, 2020).

Exemplificando os dados anteriores, segundo Oliveira (2015) e outros autores brasileiros, o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma nova dinâmica, que se tornou mais evidente a partir de 2006. O desemprego se reduziu substancialmente: entre 2005 e 2013, a taxa de desocupação brasileira recuou quase 31,0%, passando de 9,4% para 6,5%; A formalização dos vínculos empregatícios expandiu-se vigorosamente: ao analisar a ocupação pela ótica das modalidades de inserção no mercado de trabalho, observa-se uma maior importância relativa do assalariamento. Entre 2001 e 2003, o assalariamento manteve-se praticamente estável, ao redor de 55,0%. A partir de 2004, porém, inicia-se uma trajetória crescente dessa modalidade, que atinge o patamar, em 2013, de 62,9%. Os trabalhos informais reduziram durante o governo Lula: analisa-se a evolução do grau de formalidade do mercado de trabalho brasileiro através do número de trabalhadores contribuintes da Previdência Social. Por essa ótica, observa-se que, entre 2001 e 2013, evoluiu de 46,7% para 62,1% o percentual de ocupados contribuintes da Previdência. É importante ressaltar que o acesso a um conjunto de políticas sociais e trabalhistas, como o Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e o Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço – FGTS, só é permitido aos trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho por intermédio de um vínculo empregatício formalizado e os incentivos à informalização e à flexibilização das leis trabalhistas feitos pelos neoliberais são, na verdade, uma tentativa de se eximir dos riscos e impostos que os empregadores devem pagar.

O rendimento médio real do trabalho cresceu, segundo o autor, um conjunto de fatores explica a expansão do rendimento médio real dos trabalhadores no período do governo Lula. Primeiramente, é importante notar o papel desempenhado pela política de valorização do salário mínimo que propiciou um aumento dos salários de base do setor formal do mercado de trabalho, ao mesmo tempo que serviu de base para o comportamento de elevação das remunerações do setor informal, pois eles tiveram que se adequar. A formalização do mercado de trabalho brasileiro, fato explicado anteriormente, também contribuiu para o crescimento do rendimento médio real do trabalhador, uma vez que os empregos formais, em regra, apresentam remunerações superiores às ocupações abrigadas no setor informal. (OLIVEIRA, 2015)

Além desses fatores, a desigualdade de renda durante os governos Lula e Dilma diminuiu: nesse aspecto, dos anos 2003 até 2013, o coeficiente de Gini, o mais usual indicador sintético de desigualdade, apresentou uma diminuição do seu valor, passando de 0,561, em 2002, para 0,494, em 2013. É importante notar que a diminuição da desigualdade de renda no Brasil, medida pelo índice Gini, se deu em um ritmo bastante acelerado durante o governo petista, e se tomou como parâmetro processos similares de desconcentração da renda vivenciado pelos países desenvolvidos em seus “anos dourados”, no período pós-guerra. Todavia, de acordo com Oliveira (2015), era necessária a continuidade desse processo por um período de tempo mais extenso, caso se almeje alcançar patamares mais aceitáveis de desigualdade. O autor também mostra que os avanços experimentados pela política social estiveram amparados no reconhecimento da sua importância como dinamizadora da demanda agregada e, portanto, do crescimento econômico, e não somente como um instrumento de combate à pobreza. Jorge Abrahão de Castro (2013, apud OLIVEIRA, 2015) apresenta algumas evidências empíricas que auxiliam na elucidação das conexões existentes entre política social e crescimento econômico no Brasil contemporâneo. Segundo estudos, para cada R\$ 1,00 gasto com política

social, cerca de R\$ 1,37 é incrementado ao PIB. De acordo com o IPEA, o compromisso do governo petista com a manutenção e sustentação das políticas sociais esteve no centro da atuação neoliberal “anticíclica” do gasto social, o que evitou adicionar mais um vetor contracionista em uma economia que já se encaminhava para uma recessão e impediu descontinuidades e descompassos na implementação dessas políticas (IPEA, 2011, apud OLIVEIRA, 2015). Estas medidas, em seu conjunto, fortaleceram o mercado interno de consumo, tornando-o forte o bastante para tornar-se o pilar de sustentação da recuperação econômica presenciada em 2010, após a crise mundial imobiliária de 2008. (OLIVEIRA,2015)

Desta forma, consta-se que o sentido do processo de reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro foi o de uma estruturação inclusiva, em um movimento divergente do que se observou nas duas décadas anteriores e das tendências então predominantes nos países desenvolvidos. (OLIVEIRA, 2015) Vale notar que o governo Agnelo reconhece em seu plano de governo de 2015-2018 essa reconfiguração econômica brasileira e a tendência assistencialista e de inclusão do governo petista em âmbito federal e procura, ao fazer esse reconhecimento, se alinhar a elas tentando fazer uma estruturação inclusiva no Distrito Federal. (TSE, 2014) Esse pode ter sido um dos motivos da criação de projetos como a Fábrica Social e o Plano DF-Sem Miséria que possuem como público-alvo as populações mais vulneráveis.

Todavia, como aponta Antunes (2020), todas essas medidas não confrontaram nenhum dos pilares estruturantes da desigual sociedade brasileira, na qual a riqueza também continuou se ampliando significativamente.

Por isso, nota-se que o governo Lula tanto minimizou os níveis de indigência social como favoreceu o grande capital, abrindo o país ao capital estrangeiro. E fez ainda mais: transnacionalizou (ou seja, viabilizou a atuação em outros países) setores importantes da burguesia brasileira, principalmente o setor da construção civil, um setor altamente corrupto e que foi prejudicial ao governo nos casos famosos de corrupção no Brasil, como o da Odebrecht. (ANTUNES, 2020).

Vale notar que o governo Lula desenvolveu políticas parecidas com as do social-liberalismo ocorridas na Grã-Bretanha pelo partido New Labour de Tony Blair. (ANTUNES, 2020).

Durante a crise de 2008 Lula incentivou o mercado interno reduzindo os

impostos em ramos com forte potencial absorvedor de força de trabalho. Porém, mesmo com o aumento do emprego, a precariedade e a degradação do trabalho continuaram. O número de acidentes e mortes no trabalho aumentaram juntos com a taxa de rotatividade. Há de saber que a indústria de construção, a agroindústria e o setor de serviços, que aumentaram durante esse período, são os setores responsáveis pela forma de acumulação pós-fordista, neoliberal e financeirizada. Por isso, esses dados de exploração do trabalho não poderiam ser diferentes. Como visto anteriormente, a desregulamentação do trabalho aumentou e a terceirização passou a ser a regra e não a exceção. (ANTUNES, 2020).

O governo Lula também agiu diretamente contra classe trabalhadora. Ele avançou na reforma da previdência, tentou aprofundar o processo de flexibilização do trabalho, por meio da criação Fórum Nacional do Trabalho (FNT) entre os anos de 2004 e 2005 que formulou a proposta de reforma sindical, e instituiu duas leis que atingiram fortemente os direitos trabalhistas. A primeira delas, Lei 11.101, de 9/2/2005 (ANTUNES, 2020, p. 279 e 280):

institui, de acordo com Souto Maior, o “calote trabalhista”, já que destitui, em situações de recuperação judicial, extrajudicial e de falência de empresas, a prioridade do crédito trabalhista (até 150 salários mínimos) face aos demais, estabelecendo a lógica de distribuição, entre o empregador e o empregado, dos riscos do negócio.

Já a segunda, a Lei 10.820, de 17/12/2003 (ANTUNES, 2020, p.280):

dá início ao processo de regulação do crédito consignado em folha de pagamento. Tal legislação, além de proteger as instituições financeiras, dando-lhes a segurança do recebimento de empréstimos e financiamentos com débito direto na folha de pagamento, forneceu sustentação a um programa de governo que, ao longo de muitos anos, viabilizou-se ancorado no incentivo ao consumo associado ao endividamento dos trabalhadores.

Os Governos Lula e Dilma, como já mostrado anteriormente, conseguiram aumentar o número de trabalhadores formais e diminuir o desemprego. Porém, não conseguiram eliminar as condições de vulnerabilidade presentes nos níveis de informalidade, terceirização, precarização e a desregulamentação. Esses fatores mantiveram, mesmo que reduzidos em comparação aos anos 1990.

No caso europeu, o desemprego cresceu vertiginosamente nas últimas quatro décadas. E os trabalhos mais precários, que antes eram destinados aos imigrantes e aos mais vulneráveis, passaram a serem disputados de forma intensa pelos próprios trabalhadores europeus. Isso causou também uma consequência paralela que está sendo perversa para a história da humanidade que é a constante notícia da xenofobia. Essas políticas de fechamento das fronteiras estão acontecendo também pelo fato de que os indivíduos europeus estão temendo perder seus empregos para esses imigrantes que chegam em grande número. (ANTUNES, 2020).

Os Estados Unidos também vêm, ainda mais intensamente desde 2008, no mesmo caminho de crise econômica e no trabalho. Segundo Antunes (2020, p. 256), *“A cidade de Detroit, [...], pediu recentemente falência, segundo informaram os jornais. Trata-se de toda uma cidade (e não só uma ou algumas empresas) que não tem mais condições de pagar sequer o salário de bombeiros e policiais.”* Há poucas décadas atrás essa cidade era um dos símbolos de sucesso do capitalismo norte-americano. (ANTUNES, 2020).

O início de 2016 preservou o mesmo cenário de indefinições, com a passividade do governo Dilma frente às imposições do capital. Essa passividade teve como uma de suas consequências, sob indicação da ex-presidenta, a posse ao cargo de ministro da Fazenda ao Nelson Barbosa que apresentava ideologias “neodesenvolvimentistas” que são em certa parte comparadas a um pós-neoliberalismo. Por conta desse viés ideológico, a primeira proposta apresentada pelo então recém-empossado ministro foi a de implementar com “urgência” as “reformas” da previdência e da legislação trabalhista. Esse ministro e o governo não levaram em consideração e não implantaram medidas como a tributação das fortunas e dos grandes capitais e a ampliação da legislação social protetora do trabalho. Como também não foram contrários à proposta de terceirização total (presente no PL 4.330,

posteriormente denominado PLC 30). Consequentemente, como mostra Antunes (2020, p.243): *“esgarça-se ainda mais o apoio militante dos movimentos sociais, sindicais e políticos que atuam sob a órbita do PT. Por outro lado, é perceptível que está sendo urdido um golpe parlamentar de direita, o que os faz agir com relativa cautela.”*

Em junho de 2016, o impeachment de Dilma parecia irreversível, o desemprego atingiu 11,5 milhões de trabalhadores. A taxa de desemprego aumentou, conforme evidencia o IBGE, dos 6,5% no quarto trimestre de 2014 para 9,5% no primeiro trimestre de 2015, chegando, em junho de 2016, a 11,3%. Concomitante a alta do desemprego, a classe trabalhadora passou por uma elevada deterioração de seus rendimentos, em queda de 4,2%, se comparados ao analisado entre abril e junho de 2015, com valores médios se aproximando, apesar da inflação, dos praticados na metade de 2011. (ANTUNES, 2020).

As classes médias alta e baixa e a classe trabalhadora estavam contra o governo Dilma. A crise do governo era social, pois todas as classes estavam descontentes; política, pois o PT havia perdido o apoio dos partidos que antes o apoiava; institucional, pois Executivo, Legislativo e Judiciário estavam em conflito de opiniões e de ações; e também era uma crise econômica visto que a crise de 2008 ainda não havia se superado. (ANTUNES, 2020).

Com isso, chegou-se ao impeachment de forma constitucional, como também de forma arbitrária e Dilma saiu do poder. Fato que foi apoiado pelo parlamento. A crise era política, social, institucional e econômica, como dito no parágrafo anterior, mas se nota que a real intenção dela era manter a burguesia no poder. Nota-se que como mostra Antunes (2020, p.265), *“a dominação burguesa no Brasil sempre se revezou entre a conciliação pelo alto e o golpe, seja ele militar, civil ou parlamentar.”* Para esse autor, o Brasil possui um judiciário de exceção. E esse judiciário de exceção, junto com a legislação de exceção propiciam o golpe. Nota-se no Brasil, de acordo com Antunes (2020, p.267), um *“estado de direito de exceção”*.

Após isso e por conta disso, iniciou-se uma fase da contrarrevolução preventiva mais agressiva e com uma ideologia neoliberal. Essa fase teve como objetivo: privatizar todas as empresas estatais; preservar os grandes interesses dominantes e impor a demolição integral dos direitos do trabalho no Brasil.

Exemplificando esse último objetivo, Temer tentou implementar uma medida que tentava enfraquecer e diminuir as restrições que proibiam o trabalho escravo no Brasil, essa medida pelo motivo óbvio de sua impopularidade não chegou a ser implantada. Mas o fato de ter sido cogitada mostra a quem o ex-presidente servia e a quem ele não servia. (ANTUNES, 2020).

Na esfera do trabalho, o governo Temer buscou implantar uma trípole destrutiva: privatizar tudo que for possível; impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho e implementar a flexibilização total das relações de trabalho com a aprovação da terceirização total com a PLC 30/2015 (PL 4330/2004) e com a Reforma Trabalhista (PLC 38/2017). (ANTUNES, 2020).

Essa PLC 30/2015 (PL 4330/2004) visa implantar a terceirização total. Essa terceirização que burla e fraudas os direitos dos trabalhadores, que não aumenta o número de empregos, que tem como objetivo a redução de custos e a eliminação do trabalho regulamentado, que tem um maior número de acidentes, assédios, lesões e mortes no trabalho, que possui mais desigualdade de gênero e que fragmenta a classe trabalhadora impossibilitando a sua coesão para lutar pelos seus direitos por meio dos sindicatos. A implantação da terceirização das atividades-fim. Foi uma vitória de uma concepção ideológica neoliberal de Estado. O objetivo também é acabar com os concursos públicos e acabar com o serviço público por meio das privatizações. (RICARDO ANTUNES, 2020).

É importante ao presente trabalho contextualizar sobre a CLT que já foi mostrada anteriormente de maneira breve. A CLT surgiu na Era Vargas período de intensa industrialização. Vargas sabia que o seu projeto precisava do envolvimento e do apoio da classe trabalhadora. Vale saber que os trabalhadores ao final do século XIX e início do século XX já lutavam por seus direitos trabalhistas básicos e exigiam maiores salários, melhores condições de trabalho, maior regulamentação, direito de férias e de descanso etc. (ANTUNES, 2020).

Devido a isso, Vargas usou essas demandas a seu favor e agiu como se estivesse “presenteando” a classe trabalhadora. Quando, na verdade, a luta estava sendo travada pelos próprios trabalhadores que cedo ou tarde receberiam os seus direitos básicos. Além disso, o projeto de industrialização taylorista/fordista necessitava de uma regulamentação e controle do trabalho. Por esse motivo é

necessária a criação da CLT e da instituição de um salário-mínimo para que a população tenha renda para comprar bens produzidos pela indústria e para fomentar a economia capitalista. (ANTUNES, 2020).

Todavia, como mostrado anteriormente, os empresários querem o desmonte dos direitos da classe trabalhadora para que todas as relações de trabalho sejam flexibilizadas. (ANTUNES, 2020).

A Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) busca instituir o negociado sobre o legislado e acabar com a CLT e seus direitos básicos. Além disso, ela busca difundir o trabalho intermitente (trabalho “zero hora”: aquele em que o empregado trabalha de acordo com a demanda e fica ao relento quando não é chamado) é desse tipo de trabalho que surge o conceito de “uberização” do trabalho e busca também restringir a abrangência da Justiça do Trabalho. Essa Justiça do Trabalho que nasceu com a missão de “conciliar o capital com o trabalho” e se vê como alvo do empresariado que não visa a conciliação entre esses dois. (ANTUNES, 2020).

Portanto, a contrarrevolução de Temer avançou na demolição dos direitos trabalhistas quando se buscou instituir o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, em outras palavras, instituir a priorização entre as relações contratuais formalizadas e elaboradas entre empregadores e empregados de acordo com os interesses “mútuos” acordados, porém se nota que a “lei do mais forte” é priorizada nessas relações e o mais forte no caso são os empregadores, sobre a legislação trabalhista brasileira que possui regras pré-definidas de relações no trabalho e que são teoricamente baseadas na defesa dos direitos dos trabalhadores e da harmonia social. Além disso, o governo Temer difundiu o trabalho intermitente e aumentou a flexibilização nas relações de trabalho, por meio da terceirização total. (ANTUNES, 2020).

Nos últimos anos, a extrema direita se alastrou no mundo, seu maior exemplo foi o governo Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil é um dos representantes dessa extrema direita. No caso do Brasil a extrema direita propagou o ódio aos comunistas, o horror aos pobres e aos negros e fez apologia à misoginia e ao feminicídio, defendendo o fim dos LGBT e a destruição das comunidades indígenas. Vale ressaltar que a extrema direita possui um viés ideológico neoliberal. (ANTUNES, 2020).

A extrema direita no Brasil construiu sua campanha levantando as pautas de que eram fora do “sistema”, contra a corrupção, contra as ideologias (essa desideologização está contida nos Projetos Pedagógicos da Fábrica Social e ela é, em verdade, uma aceitação das ideologias dominantes) e contra a política. O fim da corrupção era sua pauta principal e tinha como maior objetivo tirar o PT do poder os acusando de serem os responsáveis pela corrupção no país. Vale ressaltar que a corrupção sempre esteve presente no Brasil e se alastrou ainda mais quando o capitalismo se consolidou. A corrupção no Brasil sempre foi a regra e nunca a exceção. (ANTUNES, 2020).

Bolsonaro e seu governo que tem Paulo Guedes como ministro da economia, um economista neoliberal e adepto da Escola de Chicago. Procuram continuar a implementar as reformas trabalhistas, da previdência e a reforma administrativa. Nos últimos anos, políticas privatistas estão aumentando e o Brasil está se tornando cada vez mais um país com tendências ideológicas liberais e neoliberais. Vale ressaltar que durante o governo Bolsonaro o país passa por um momento pandêmico e necessita de políticas sociais, desenvolvimentistas e keynesianas para apaziguar os problemas do desenvolvimento econômico. Durante esse governo, a miséria atinge patamares nunca antes vistos e o desemprego chega na casa de 15 milhões de pessoas sem contar as outras formas de trabalho como os subocupados, desalentados, precarizados, informais, etc. A desestruturação do mercado de trabalho está trazendo consequências perversas à população brasileira que já sofre por conta da COVID-19 e ações governamentais precisam ser feitas para que o Brasil saia dessa crise.

3.4. A formação do indivíduo e de uma sociedade empresarial/neoliberal

Conforme explicitado no subcapítulo anterior, em âmbito mundial, a tendência neoliberal é dominante desde os anos 1970 e 1980. Pois a reestruturação produtiva utilizada para se combater a crise do capital é melhor implantada e digerida quando se alia à essa ideologia neoliberal. Por isso, o presente subcapítulo é importante para se identificar os processos pelos quais o sistema neoliberal utiliza para a formação de indivíduos que se adequem a esse sistema. E como a formação de uma sociedade empresarial é importante para a fragmentação da classe trabalhadora e para a continuidade de dominação das grandes instituições. Além disso, já que o presente trabalho trata sobre a Fábrica Social, que é um centro de

capacitação e qualificação profissional e que precisa de métodos pedagógicos para o seu funcionamento, entender esse processo é fundamental para se observar como a ideologia se reflete e é possível de se observar nas práticas introduzidas na Fábrica Social e nos programas de qualificação e capacitação.

Esse subcapítulo utilizará como principal base e referencial teórico o livro “A Nova Razão do Mundo” dos autores Pierre Dardot e Christian Laval. De acordo com Pierre Dardot e Christian Laval (2016), é imprescindível se estudar as relações entre as instituições e a ação individual. Sem esse estudo não se pode captar a originalidade do neoliberalismo. A partir disso, o capítulo 4 do livro “A Nova Razão do Mundo” mostra o que é o “homem empresarial”.

Von Mises, um importante autor para o neoliberalismo, já citado anteriormente, é um ferrenho defensor do “*laissez-faire*”, para o autor: “*Dentro da economia de mercado, um tipo de organização social centrado no laissez-faire, existe um domínio no qual o indivíduo é livre para escolher entre diversos modos de agir, sem ser tolhido pela ameaça de ser punido*”. (MISES, n.p, apud. DARDOT; LAVAL, 2016, p.135) Esse pensamento se alinha aos liberais clássicos. Devido a isso, o ponto comum do neoliberalismo com o liberalismo clássico é a exigência da limitação do Estado em nome do mercado, identificando o papel da liberdade econômica na eficácia da máquina econômica e na formação do processo de mercado.

Esse pensamento se adequa à oposição de dois tipos de processos: um de destruição e outro de construção. O primeiro, que Von Mises chamou de “destrucionismo”, tem como agente principal o Estado. Segundo ele, ações do Estado levam ao totalitarismo e à regressão econômica. Para ele não existe uma terceira via possível entre o livre mercado e o controle do Estado. A intervenção é, antes de tudo, um entrave à economia de mercado. O segundo, que corresponde ao capitalismo, tem como agente o empreendedor, isto é, potencialmente qualquer sujeito econômico e que sem intervenção o processo de mercado cria empreendedores criativos. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Devido a isso, os autores neoliberais recomendam a não intervenção do Estado por meio de moralismos ou intervenções políticas e sociais. Para Von Mises e Hayek, “*a particularidade e a superioridade da economia de mercado é que o indivíduo deve ser o único a decidir a finalidade de suas ações, porque somente ele sabe o que*

é bom para ele.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.140) Apenas dessa maneira pode se produzir uma máquina econômica que tende ao equilíbrio. Após isso, esses autores visam identificar como se constrói na concorrência geral do mercado certa dimensão do homem, o *homem-empresendedor*, que é o princípio de conduta potencialmente universal intrínseca à ordem capitalista. É essa dimensão antropológica do homem-empresa a principal contribuição dessa corrente neoliberal, de um modo diferente daquele da sociologia ordoliberal alemã que defende que a economia deve existir sob uma estrutura subjacente de regras criadas pelo Estado.

Para esses autores neoliberais, o significado de mercado é o mesmo do pensamento liberal tradicional, mas o conceito que ela designa mudou. Não é mais o de Adam Smith ou o dos neoclássicos. É um processo de descoberta e aprendizado que modifica os sujeitos, ajustando-os uns aos outros por meio da prática e das trocas comerciais. A coordenação não é estática e parada, não junta seres que são sempre iguais a si mesmos, mas produz uma realidade que se modifica, um movimento que afeta os meios nos quais os sujeitos evoluem e os transforma também. É um processo mais autocriador, capaz de se autogerar no tempo do que autorregulador. E porque tem sua própria dinâmica deve ser alheio de poderes reguladores externos como o Estado. Uma vez instaurado, esse livre mercado poderia prosseguir em perfeito movimento perpétuo, contínuo, autoconstrutivo, se não fosse desacelerado ou modificado por bloqueios éticos e estatais que constituem atritos não benéficos. Esse entendimento de mercado é importante para se notar as recomendações dos Projetos Pedagógicos e das Leis que serão analisadas posteriormente quando se busca uma adequação ao mercado nas práticas metodológicas. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Os neoliberais austríacos Von Mises e Hayek veem a concorrência no mercado como um processo de descoberta da melhor informação, partindo da conduta do sujeito que tenta superar e ultrapassar os outros na descoberta de novas oportunidades de lucro. A doutrina austríaca privilegia a competição e rivalidade. E é a partir da luta dos agentes inseridos no mercado que se poderá chegar a um equilíbrio econômico, *“cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo único freio é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição.”* (DARDOT; LAVAL, 2016, p.137)

Entretanto, há um encaminhamento feito por essa ideologia, talvez mais disfarçado ou menos perceptível, que tem o objetivo de introduzir, restabelecer ou

sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, “*moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência.*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.138). E é esse encaminhamento, implícito e às vezes explícito, que faz parte dos Projetos Pedagógicos e das recomendações contidas na Fábrica Social. Para os pensadores liberais, o empreendedor tem um papel importante. Está contido nele o motivo do sucesso da empresa e a prosperidade de um país. Segundo esses pensadores, “*por mais que a França tivesse os melhores especialistas, a Inglaterra a superou na indústria pelo talento de seus empreendedores e pela habilidade de seus operários.*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.152). Daí que surgem a maioria das práticas de incentivo ao empreendedorismo e a visão de que uma sociedade de empreendedores é benéfica para o desenvolvimento econômico de um país. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Devido a isso, o processo de mercado tem a responsabilidade de construir o sujeito empresarial. Com isso, a governamentalidade, ou seja, a forma de governar do governo neoliberal consiste na criação de situações de mercado que permitam esse aprendizado constante e progressivo. “*Essa ciência da escolha em situação de concorrência é, na realidade, a teoria do modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado.*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.142) E é essa forma de governar que baseia os Projeto Pedagógicos da Fábrica Social e é normalizada pela mesma como sendo algo natural da sociedade. Quando na verdade, é uma formação pensada e estudada para se instituir um livre mercado.

Segundo Dardot e Laval (2016), Von Mises vê o indivíduo como um ser ativo que age com um impulso para agir a fim de melhorar a própria situação. Para Von Mises, a ação humana tem uma finalidade. Esse é o ponto de partida, e é essencial. “*O ser referencial desse neoliberalismo não é primeiro e essencialmente o homem da troca que faz cálculos a partir dos dados disponíveis, mas o homem da empresa que escolhe um objetivo e pretende realizá-lo.*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.141) Von Mises deu a fórmula desse homem: “*Em toda economia real e viva, todo ator é sempre empreendedor*”. (MISES, n.p, apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.141) É dessa concepção que surgem o incentivo à práticas empreendedoras, pois se considera que o indivíduo quer essa forma de produção, pois ele possui uma vontade de melhorar a sua própria situação.

Para os neoliberais, uma economia de informação define a economia de mercado e permite a abstenção de um controle centralizado presente no socialismo. Portanto, segundo Dardot e Laval (2016, p.145) para os neoliberais, *“apenas as motivações individuais impelem os indivíduos a fazer o que devem fazer, sem que ninguém tenha de lhes dizer para fazê-lo, utilizando conhecimentos que eles são os únicos a deter ou buscar.”* Para esses pensadores, o mercado é um mecanismo social dinâmico que possibilita a mobilização das informações e a comunicação dessas informações por meio da definição de preços. O problema da economia não é o equilíbrio geral, mas sim é a definição de como os indivíduos vão utilizar da melhor maneira as informações que se apresentam de forma fragmentada. (DARDOT; LAVAL, 2016). Esse tipo de pensamento é importante para se notar a escolha da interdisciplinaridade no Projeto Pedagógico da Fábrica Social e a busca por um sujeito “flexível” que se adequa a realidade em que está inserido e busca diferentes tipos de informação e capacitação. No Projeto Pedagógico se discorre que o indivíduo deve escolher qual caminho seguir a partir de diferentes cursos ofertados pela Fábrica Social. E isso mostra traços de um construtivismo voltado à individualidade e à subjetividade, mas não voltado para uma coletividade

Todo indivíduo possui resquícios de uma personalidade empreendedora, e é característica e objetivo da economia de mercado liberar, fomentar e estimular esse “empreendedorismo” humano. Para esses pensadores, cada um de nós é um empreendedor em potencial. *“O empreendedor é um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não.”* (DARDOT; LAVAL, 2016, p.146). Portanto, isso mostra a desigualdade que os liberais defendem, pois uns possuem mais direitos que outros, pois os melhores sabem usar melhor as informações que se apresentam de forma fragmentada. O empreendedor se define unicamente por sua intervenção específica na circulação dos bens. Como dito anteriormente, para Von Mises, *“o empreendedor é o homem que age para melhorar sua sorte, utilizando as diferenças de preço entre os fatores de produção e os produtos. O espírito que ele desenvolve é o da especulação, que mistura risco e previsão.”* (MISES, n.p, apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.147). O empreendedor, portanto, é necessariamente um especulador. Ele age ao se analisar situações futuras e incertas. O sucesso ou fracasso do empreendedor dependem da exatidão e eficiência com que prevê esses

acontecimentos incertos. Por esses motivos, a procura e descobrimento de informações torna-se uma competência vital a qual os empreendedores devem dispor para sobreviverem no mundo competitivo. “*Se não se pode conhecer o futuro, pode-se, graças ao processo concorrencial e empresarial, adquirir a informação que favorece a ação.*” Além disso, o indivíduo deve ser dotado de certas virtudes que farão dele um verdadeiro chefe, capaz de manter o rumo: audácia criteriosa e perseverança tenaz. (DARDOT; LAVAL, 2016). É nesse contexto também que entram as recomendações do Projeto Pedagógico de se aprender na prática, a interdisciplinaridade como forma de se obter informação, a formação de gestores pró-ativos e eficazes e o incentivo ao empreendedorismo. Vale ressaltar que para esses pensadores neoliberais os indivíduos aprendem a ser empreendedores, mesmo que já nasçam com características empreendedoras. Portanto, medidas que ensinem essa prática devem ser realizadas para que o mercado seja mais eficiente e próspero.

Como mostram Dardot e Laval (2016) o que importa nesse processo concorrencial é que cada participante tem que superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer. “*Essa luta tem a virtude do contágio: todos imitam os melhores, tornam-se cada vez mais vigilantes e, progressivamente, adquirem um termo chamado: entrepreneurship.*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.148). Essas características de luta e de concorrência nos moldes do que podem ser observados na natureza, mostram que um poder regulador como o Estado deve existir para apaziguar as disparidades e as possíveis violações dos direitos humanos. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ao se reforçar a importância das ideologias para o presente trabalho. Dardot e Laval (2016) mostram que esses autores neoliberais sabem da importância do uso das ideologias para se atingir fins desejados. Para os neoliberais, permitir que todos se tornem verdadeiros sujeitos de mercado pressupõe combater os que criticam o capitalismo, ou seja, combater ideologias como o comunismo e o socialismo. Essa batalha de ideologias transferida aos intelectuais é fundamental pelo motivo de que as ideologias possuem uma enorme influência sobre as orientações da ação individual. Em sua grande obra crítica, *Le socialisme*, Von Mises defende que não há nada mais importante do que a “batalha de ideias” entre capitalismo e socialismo. Segundo Von Mises (MISES, 1938, p.510, apud DARDOT; LAVAL, 2016, p.150), “*Acreditando que o socialismo lhes garantirá um nível mais alto de bem-estar, as*

massas, que não pensam, aderem a ele". Von Mises também afirmou que se não fosse pelo liberalismo o mundo não teria inovado e saído da obscura era pré-capitalista. A Revolução Industrial foi uma era que tem a ideologia capitalista como progenitora.

Já George Stigler e Milton Friedman, além de economistas de renome, foram também "empreendedores ideológicos" ferrenhos, eles foram claramente a favor do capitalismo de livre mercado e contra todos que foram a favor de uma intervenção reformadora do Estado. Como mostram Dardot e Laval (2016, p.151) esses autores até mesmo teorizaram a luta ideológica:

se as massas não pensam, como Von Mises gosta de dizer, cabe aos círculos estritos dos intelectuais travar frontalmente o combate contra todas as formas de progressismo e reforma social, germe do totalitarismo. Donde a extrema atenção que os neoliberais norte-americanos davam à difusão de suas ideias na mídia e ao ensino da economia nas escolas e faculdades dos Estados Unidos.

Para os liberais e neoliberais, o fato de o mercado ser um processo de aprendizado, e se o fato de aprender é um fator fundamental do processo desse mercado, o trabalho de educação e orientação ideológica realizado por economistas e intelectuais pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoestruturação do sujeito. Dardot e Laval (2016, p.151) mostram que para esses pensadores, "*A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica.*" O combate ideológico é, portanto, parte integrante do bom funcionamento da máquina capitalista. A ideologização neoliberal é uma prática recorrente dos Aparelhos Ideológicos de Estado como a mídia, as escolas e as faculdades. Com o intuito de se perpetuar o capitalismo e as ideologias liberais e neoliberais como se estas fossem as melhores e únicas maneiras pelas quais a sociedade pode ser desenvolvida.

É importante para esse trabalho a análise de Schumpeter, pois esse

autor contribuiu para a compreensão de uma “sociedade empresarial”. Por definição, o empreendedor schumpeteriano é “*um inovador que se opõe ao personagem rotineiro que se contenta em explorar os métodos tradicionais. Sua função é central na explicação da evolução econômica, a qual funciona por rompimentos sucessivos dos “estados econômicos”.*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.153) Para Schumpeter, nem todos na sociedade são empreendedores. Apenas indivíduos específicos chamados de “condutores” são capazes de empreender. Todavia, a tarefa desse empreendedor não é dominar, mas sim, realizar possibilidades que existem em estado latente na situação em que estão inseridos. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Schumpeter, todavia, não é um militante neoliberal. Em sua obra, “*Capitalismo, socialismo e democracia*”, o autor demonstrará seu pessimismo às suas ideias predizendo o “*crepúsculo da função de empreendedor*”, o que se implantado conduzirá a sociedade a um estado estacionário. Segundo esse autor, a inovação irá se tornar rotina, não provocará mais rompimentos. Tudo será burocratizado e automatizado. Generalizando, o capitalismo, não tendo mais o benefício das condições sociais e políticas feitas pelo Estado e por políticas intervencionistas que o protegiam, está ameaçado. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Mesmo assim, à parte desse pessimismo, um neoschumpeterismo difundiu-se nos anos 1970 e 1980, em consequência das crises do petróleo e do capital e das novas regras de funcionamento do capitalismo e da reestruturação produtiva, fatos já mostrados anteriormente. A referência à figura do empreendedor-inovador descrita por Schumpeter ganhou um alcance claramente apologético, tornando-se até mesmo um dos elementos mais difundidos e aceitos pela reforma gerencial. Peter Drucker, difusor do *management*, reabilitou a concepção schumpeteriana de empreendedor-inovador e anunciou o advento da sociedade de empreendedores, além de incentivar a difusão do espírito de empreendimento em toda a sociedade. Para Drucker (1985, p.41, apud DARDOT; LAVAL, 2016), a grande inovação “schumpeteriana” foi, mais do que a informática, a gestão empresarial: “*A gestão empresarial é a nova tecnologia que, melhor do que qualquer ciência ou invenção, fez a economia norte-americana passar para o estágio da economia de empreendedores, e está transformando o país numa sociedade de empreendedores*”. E essa sociedade tem como característica a “flexibilidade” em relação às mudanças perpétuas que são fundamentais para o seu funcionamento. Drucker pretendeu

espalhar e sistematizar o espírito de empreendimento em todas as esferas da ação coletiva, em especial no serviço público, sendo um ferrenho defensor da inovação como princípio de organização e de desenvolvimento. Para Drucker, “*todos os trabalhadores devem olhar para sua função e seu compromisso com a empresa com os olhos do gestor.*” (DARDOT; LAVAL, 2016). É a partir desse tipo de pensamento que se proliferam as relações inter-empresas por meio de terceirizações citadas por Antunes (2020) que basearam a flexibilização trabalhista e a busca por uma reforma administrativa da administração pública.

Várias correntes de pensamento conceberam a noção de um indivíduo empreendedor inovador que a partir da prática consegue explorar as oportunidades. A “*praxeologia*” de Von Mises é uma dessas correntes. Além da difusão de um modelo de gestão empresarial que aspira uma validade prática universal fruto das crises do capital e da reestruturação produtiva. Essas correntes de pensamento que concebem a prática como formadora de um indivíduo cada vez mais qualificado e capaz baseiam algumas das metodologias presentes na Fábrica Social.

Dardot e Laval (2016) reconhecem os papéis da educação, da imprensa e das grandes organizações internacionais e intergovernamentais de propagadores ideológicos desse novo modo de sociedade neoliberal. Ambas a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia tornaram a formação do “espírito empreendedor” uma prioridade dos sistemas educacionais nos países ocidentais. E esse fato é importante para o presente trabalho, pois a Fábrica Social por ser um centro de qualificação e capacitação reflete as tendências mundiais de educação e de qualificação profissional.

De acordo com Dardot e Laval (2016), o sujeito neoliberal em formação, do qual o livro procura identificar, faz correlação com um dispositivo de desempenho e gozo que será melhor explicado posteriormente. Segundo Dardot e Laval (2016), não faltam descrições do homem “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido”, “sem gravidade”. Vale ressaltar que Antunes (2020) também apresenta essas descrições do “homem moderno”. Esses trabalhos convergentes no cruzamento da psicanálise com a sociologia, revelam uma condição nova do homem. O homem neoliberal, como mostrado anteriormente, é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial. E é essa formação do neossujeito que baseia a metodologia disposta nos Projetos Pedagógicos da Fábrica Social. Visto que os

Projetos buscam a formação de um indivíduo apto às mudanças econômicas mundiais.

O pensamento neoliberal, todavia, caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do indivíduo em torno da figura da empresa. E esse discurso ocorre à parte e, ironicamente, através da pluralidade da democracia liberal e diversa. O sistema neoliberal utiliza diversas técnicas que contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que Dardot e Laval (2016) se referem indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, simplesmente, neossujeito. O liberalismo e o neoliberalismo buscam a coesão do capital e das formas flexíveis de trabalho, mas de maneira contrária busca deteriorar e dismantelar as classes trabalhadoras ao se pluralizar as classes e os indivíduos.

O alvo da nova forma de poder é a usurpação desse sujeito único que possui a vontade de realização pessoal e que tem uma motivação que move o “colaborador”. Devido a isso, busca-se que o indivíduo trabalhe para a empresa que o emprega como se trabalhasse para si próprio e com isso eliminando os sentimentos de alienação do trabalho e qualquer distância entre o empregador e o empregado. Portanto, ele deve trabalhar para seu próprio bem e para intensificar o seu esforço. Como se ele desejasse fazer certos tipos de trabalhos que o trariam benefícios futuros. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Segundo Dardot e Laval (2016), as novas técnicas de “empresa de si mesmo”, ironicamente, chegam ao ápice da alienação quando pretendem tirar qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao outro que se apresenta de forma implícita é a mesma coisa. Assim, a gestão moderna é um governo inconsciente. As técnicas refinadas de motivação, estímulo e incentivo são utilizadas para se obter de forma inconsciente, dos indivíduos o que o mercado, as empresas e o dinheiro desejam. De acordo com Dardot e Laval (2016, p.329), existe um discurso que se assemelha a esse e que se infiltra na formação dos sujeitos, do Estado e das empresas. E esse é um discurso que:

permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”,

“estimulado”, “formado”, “empoderado” (empowered) para cumprir seus “objetivos”. Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. “Empresa” é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal.

Esse discurso se reflete no âmbito da Fábrica Social quando a mesma busca estimular os alunos para que estes busquem conquistar sua dignidade e cidadania. Porém, a passividade desse tipo de discurso não leva em consideração a realidade dos indivíduos os quais esse discurso se direciona, visto que os indivíduos em situação de vulnerabilidade social se apresentam em clara desvantagem frente aos indivíduos com melhores condições de vida. Por isso, responsabilizar esses indivíduos pelos seus sucessos ou fracassos é um tanto quanto cruel e irresponsável.

Dardot e Laval (2016) indicam algo que se alinha ao pensamento de Antunes (2020). Ao se formar um “homem-empresa” ou um “indivíduo-empresa” o capitalismo expõe as marcas mais clássicas das violências sociais feita pelas classes dominantes. Com isso, busca se transformar o trabalhador em uma simples mercadoria que tem os seus direitos corroídos e retiram as suas seguranças de trabalho. As novas formas de emprego precárias e temporárias, as facilidades para se demitir e a diminuição do poder de compra dos trabalhadores mais pobres produzem o aumento do grau de dependência dos trabalhadores aos empregadores. E é por meio dessa implantação de medo social que se facilitou a reestruturação produtiva e a exigência de um maior desempenho por parte dos trabalhadores e uma maior extração de mais-valia. Como consequência disso, transfere-se os riscos das flutuações do mercado e das crises do capital para os assalariados e busca-se a diminuição das proteções e das solidariedades coletivas.

Como mostram Dardot e Laval (2016, p.330), a nova forma de gestão procura modelar os indivíduos para que eles se tornem aptos a suportar as crises do capital e ela busca uma “reação em cadeia”, ao se formar *“sujeitos empreendedores” que replicarão e aumentarão as relações de competição na sociedade.* O que ocasionará a adaptação às condições mais difíceis que os próprios indivíduos produziram. Em a “A Pedagogia do Oprimido” de 1968 Paulo Freire explica que

“quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”. Por esse motivo em uma política de qualificação e capacitação profissional como a Fábrica Social, que tem como foco pessoas em situação de vulnerabilidade social, replicar as formas de dominação seria reproduzir a tendência neoliberal de degradação das relações sociais.

A empresa agora é apresentada como um lugar de inovações, de mudança, da busca pela excelência e da “falha zero”. O indivíduo deve ser eficiente, envolvido no trabalho, aprender continuamente e aceitar a flexibilidade exigida pelo mercado. O sujeito deve agir sobre si mesmo para ficar mais competente e sobreviver nessa competição programada. (DARDOT; LAVAL, 2016). Essa tendência se reflete no Projeto Pedagógico quando se fala em adequação ao mercado e às mudanças do mesmo. Busca-se no Projeto Pedagógico a formação de um sujeito adaptado, flexível e eficiente. A interdisciplinaridade e o aumento de cursos propostos pelo Projeto Pedagógico são exemplos disso.

Para se atingir esses fins, Dardot e Laval (2016, p.332) mostram que:

as técnicas de gestão (avaliação, projeto, normatização dos procedimentos, descentralização) supostamente permitem objetivar a adesão do indivíduo à norma de conduta que se espera dele, avaliar por tabelas e outras ferramentas de registro do “painel de gestão” seu comprometimento subjetivo, sob pena de sofrer sanções no emprego, no salário e no desenvolvimento de sua carreira.

Essas medidas são utilizadas na Fábrica Social ao se instituir o auxílio pecuniário por produtividade e as formas de avaliação dos trabalhos que definem se os alunos estão aptos ou não para realizarem determinados trabalhos. Porém, busca-se intrinsecamente com essas técnicas de gestão e de desempenho que o indivíduo se entregue completamente, “transcenda” pela empresa e “motive-se” cada vez mais com o intuito de satisfazer o cliente e os objetivos da empresa. Tudo isso conduzido pelo tipo de contrato que o vincula à empresa e pelo modo de avaliação que lhe é aplicado a provar seu comprometimento pessoal com o trabalho. (DARDOT; LAVAL,

2016). São a partir desses fatores que se intensificam as superexplorações no trabalho.

Como evidenciam Dardot e Laval (2016), para os pensadores neoliberais a empresa deve ser valorizada nas crianças e nas escolas, deve ser incentivada nos assalariados, a empresa deve se tornar uma maneira de viver e essa maneira irá produzir retornos positivos à sociedade. Dardot e Laval (2016) mostram que o primeiro mandamento da ética do empreendedor é a autoajuda. E é desse mandamento que surgem as flexibilizações, as superexplorações e as responsabilização das crises nos trabalhadores.

Segundo Dardot e Laval (2016), a ideia de “colaboradores”, que é reforçada também por Antunes (2020) e que é incentivada pelas classes dominantes, surge quando se unem as vontades e aspirações individuais e os objetivos de lucro das empresas, quando existe a união do indivíduo com a empresa. E isso só é possível quando cada indivíduo toma para si o papel de responsável por suas ações e as ações do todo. E essa fragmentação de pequenos “homens-empresas” que ocorre nas empresas por meio das terceirizações, “pejotização”, etc. serve com o intuito de se extrair a mais-valia dos assalariados e fragmentar a classe trabalhadora.

O sujeito neoliberal deve se responsabilizar por todos os erros, prejuízos e riscos que acontecem sobre eles mesmos. Esse indivíduo não deve esperar de fora uma resposta que ele mesmo deve entregar. Não existem mais fatores externos que o atrapalham, mas sim suas próprias ações mal feitas que o levaram para determinada situação. O chefe desse indivíduo não impõe mais nada, ele apenas motiva, fortalece e vigia o “colaborador” para que ele se torne eficiente e evoluído. Os sujeitos de todas as classes devem buscar um “desenvolvimento pessoal”. (DARDOT; LAVAL, 2016).

E para se ter uma gestão eficaz as empresas usam métodos que visam atingir e unir: um desenvolvimento constante do indivíduo, uma melhor forma de se expressar no trabalho para se conquistar e satisfazer os clientes e um melhor desempenho e eficiência da empresa para se obter os lucros. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Segundo Dardot e Laval (2016), na nova sociedade neoliberal todo trabalhador deve se enxergar como uma mercadoria e como uma empresa que possui suas obrigações como: procurar clientes, se posicionar no mercado, desenvolver suas

competências, arcar com os custos e riscos, etc. O indivíduo deve ser “ativo” e “autônomo” e deve aprender a se valorizar e conseqüentemente se posicionar para evoluir seu próprio capital humano.

A CLT e as leis trabalhistas se tornam um empecilho para se atingir os objetivos de uma sociedade neoliberal e devem ser rompidas para que se tenham relações inter-empresas. Isso ocorre por meio das terceirizações e do incentivo ao fim das leis trabalhistas. Fatos que os governos neoliberais e que se alinham ao neoliberalismo reforçam e tentam implantar em seus governos.

No contexto da Fábrica Social, quando o Projeto Pedagógico mostra que o cidadão deve possuir competências básicas de comunicação, de posicionamento, de ética e de cidadania a real intenção é a que Dardot e Laval (2016, p. 343) mostram das qualidades que o indivíduo deve possuir para se atingir os fins desejados pela empresa. Isso é evidenciado quando o livro explica que para as empresas o indivíduo deve ser “aberto”, “síncrono”, “positivo”, “empático”, “cooperativo”, e que isso não é para a felicidade e satisfação desse indivíduo, “*mas sobretudo e em primeiro lugar para obter do “colaborador” o desempenho que se espera dele.*”

Ao escrever especificamente sobre os riscos, Dardot e Laval (2016) mostram que para os neoliberais o risco no trabalho é algo inerente a quem quer obedecer aos próprios desejos e esse risco acontece em todas as esferas da vida desde o nascimento e não poderia ser diferente na esfera do trabalho. Esse risco inclui uma renda incerta, risco de acidentes, risco de ficar desempregado, risco de se tornar um precário, etc. E para se gerir e conter esses riscos é incentivado pelos neoliberais a criação de “gestores do risco”, uma assistência privada que funciona como as seguradoras de vida e de automóvel nos dias atuais. Aubrey (s.d., p.100, apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 349) formulou bem essa normalização dos riscos: “*O risco tornou-se um microrrisco personalizado: a partir do momento que tenho um trabalho, esse trabalho tem riscos; a partir do momento que tenho saúde, essa saúde tem riscos; [...] que tenho relações conjugais, esse casamento tem riscos*”.

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 349), “*Essa ética “individualista” é tratada como uma oportunidade de jogar todos os custos nas costas do sujeito, por mecanismos de transferência do risco que não têm nada de “natural*”.” Além disso, o assalariado, sozinho diante de tarefas impossíveis, vê o enfraquecimento dos

coletivos de trabalho, a exemplo dos sindicatos, como uma perda de direitos e de forças para se atingir uma autonomia no trabalho. Visto que os empregadores sempre são mais fortes que os empregados e quando estes últimos passam por um controle constante de desempenho ficam presos às exigências e às leis dos superiores.

Ainda discorrendo sobre o novo homem-empresarial, Dardot e Laval (2016) mostram que o sistema neoliberal quer que o indivíduo atual aja com o intuito de atingir dois objetivos. O primeiro objetivo é em busca de um desempenho máximo que deve ser intensificado de todas as maneiras a partir da competição/concorrência, o indivíduo deve ser feito para “ganhar” e ser “bem-sucedido” e na lógica capitalista quem tem mais lucro e capital é mais bem-sucedido e tem um desempenho melhor. Esse “culto” ao desempenho também é a motivo do aumento da superexploração no trabalho e os abusos contra os trabalhadores. E após se extrair um desempenho máximo, o indivíduo deve utilizar os seus lucros e ganhos para gastar em “futilidades” em busca do segundo objetivo que é o “gozo”, ou seja o indivíduo deve “aproveitar a vida” e “exibir o gozo”. Vale ressaltar que o marketing e as mídias fazem um estímulo ao gozo ao incentivarem a compra e a posse de “futilidades”. Além da ideia de que todos devem ser “bem-sucedidos”, um exemplo disso é a produção de filmes de super-heróis que fazem sucesso no mundo todo e que mostram a imagem de um ser “bem-sucedido” melhor do que os outros.

Segundo Dardot e Laval (2016), esses fatores que formam um indivíduo flexível, egoísta e aberto ao gozo e ao desempenho corroem as relações humanas e a formação de um “caráter” que serviria para unir os seres-humanos. Já que os seres são flexíveis, eles também não criam vínculos com objetos, com uma religião, com parceiros de vida, os relacionamentos são líquidos e descartáveis, etc. Com isso as relações humanas e a coesão social ficam enfraquecidas. Os indivíduos na ótica neoliberal “não devem nada a ninguém” e por vezes desprezam os mais pobres e enfraquecidos da sociedade. Esses fatores fazem com que os sujeitos fiquem depressivos e a única saída é se doparem com produtos que o próprio sistema entrega.

Resumindo, o neossujeito deve entregar-se ao trabalho e aceitar as exigências mundanas da vida. Gozar e denegar o limite aparecem como lei da ultrassubjetivação. Além disso, ele deve buscar um desempenho e uma acumulação sem limites. Por esses motivos, o neossujeito está exposto constantemente à

depressão e à dependência, pois ele nunca atinge um objetivo final e também sempre deve usufruir das coisas mundanas. Um ser “patológico” para a ótica neoliberal é um ser “normal”, pois ele se adequa ao sistema. Vale ressaltar que esse indivíduo é constantemente vigiado por meio de instrumentos de controle para atingir os fins que esse sistema necessita. (DARDOT; LAVAL, 2016).

De acordo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 369), o neossujeito possui dois rostos:

o rosto triunfante do sucesso sem pudor e o rosto deprimido do fracasso diante dos processos incontroláveis e das técnicas de normalização. Oscilando entre depressão e perversão, o neossujeito é condenado a ser duplo: mestre em desempenhos admiráveis e objeto de gozo descartável.

Por fim, Dardot e Laval (2016) propõem se estudar e entender de qual maneira as instituições (família, escola, sindicatos, partidos políticos, etc) são transformadas e incorporadas à nova ordem do desempenho/gozo que buscam “modernizar” as instituições “atrasadas” para uma ótica moderna. Com isso, Dardot e Laval (2016, p.371) lançam uma questão acerca do futuro da sociedade sob essa ótica neoliberal de busca desmedida por um desempenho ao mostrar que:

A questão central que se coloca ao governo dos indivíduos é saber como programar os indivíduos o quanto antes para que essa injunção à superação ilimitada de si mesmo não descaem em comportamentos excessivamente violentos e explicitamente delituosos; é saber como manter uma “ordem pública” quando é preciso incitar os indivíduos ao gozo, evitando ao mesmo tempo a explosão da desmedida. A “gestão social do desempenho” corresponde precisamente a esse imperativo governamental.

E é a partir desse último parágrafo e da recomendação feita por Dardot e Laval (2016) que o presente trabalho buscará trazer à luz dos fatos analisados sobre

quais os reflexos ideológicos contidos no âmbito do programa da Fábrica Social.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

O subcapítulo tratará acerca da metodologia do trabalho. Quanto à abordagem o trabalho é uma pesquisa qualitativa. Pelo fato de que a pesquisa qualitativa como apontam Gerhardt e Silveira (2009, p.33, apud GOLDENBERG, 1997, p. 34) “*não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.*”

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58). A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.34)

Outros fatos que corroboram que essa é uma pesquisa qualitativa são as próprias observações de quais são as características de uma pesquisa qualitativa de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p.34):

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Após se identificar a abordagem, nota-se que quanto à natureza essa é uma pesquisa básica, pois esse tipo de pesquisa segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.36), “*Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.*”

Já o objetivo da pesquisa é uma pesquisa descritiva, pois “*a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.*” (TRIVIÑOS, 1987, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.34).

O método utilizado para a pesquisa foi a análise documental visto que foram utilizados dados primários para análise a partir de Leis, Decretos, Portarias, sítios eletrônicos, jornais digitais, planos de governo dos candidatos ao governo do Distrito Federal e os Projetos Pedagógicos de 2019 e 2021 disponibilizados pela Fábrica Social. Vale ressaltar que “*a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.*” (FONSECA, 2002, p. 32, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.39).

Os marcos regulatórios, os planos de governo, os jornais digitais e o Projeto Pedagógico de 2021 foram encontrados nos mecanismos de busca da *internet*, já o Projeto Pedagógico de 2019 foi disponibilizado por e-mail por um servidor da Fábrica Social.

Além disso, conversas informais foram realizadas com burocratas e servidores da Fábrica Social que ajudaram no encaminhamento desse trabalho visto que esses servidores proporcionaram os suportes necessários à realização dessa pesquisa mesmo com os empecilhos causados pela pandemia da COVID-19 que impossibilitou entrevistas com os alunos e uma pesquisa mais in loco do programa. Um dos objetivos da pesquisa era descobrir as opiniões dos alunos e dos servidores sobre as mudanças políticas e ideológicas e a não execução desses métodos me levou a fazer essa análise documental.

5. HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO DA FÁBRICA SOCIAL

Esse subcapítulo tratará sobre o marco regulatório da Fábrica Social. A partir do estudo do marco regulatório poderá se entender o contexto da Fábrica Social,

como seu surgimento, público-alvo, inserção regional, formas de trabalho, etc. Portanto, será apresentada de forma detalhada o programa Fábrica Social. E vale ressaltar que já durante esse subcapítulo serão identificados elementos ideológicos e como a Fábrica Social reflete orientações ideológicas sobre o trabalho

A legislação que serviu de base para a criação do Programa Fábrica Social foi a LEI Nº 4.601, DE 14 DE JULHO DE 2011 criada durante o governo Agnelo do Partido dos Trabalhadores que institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “DF sem Miséria” e deu outras providências.

Segundo essa Lei, o Plano tem como objetivos: I – redução das desigualdades sociais e superação da extrema pobreza; II – elevação da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre; III – oferta de serviços públicos voltados às famílias pobres e extremamente pobres, compreendendo: a) segurança alimentar e nutricional; b) assistência social; c) habitação e saneamento; d) educação; e) saúde; IV – geração de trabalho, emprego e renda, visando à promoção social das famílias pobres e extremamente pobres.

Todos esses objetivos possuem um aspecto social voltado para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Portanto, é uma política social que visa suprir as demandas sociais criadas pela crise do capital e da desigualdade. Além das crises citadas ao longo do trabalho que causaram uma reestruturação produtiva e que criou um elevado número de pessoas desempregadas e precarizadas. A política foi criada para pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza. Para fins desta Lei, considera-se em situação de pobreza a família cuja renda familiar mensal per capita seja de até R\$140,00 (cento e quarenta reais), e de extrema pobreza a família cuja renda mensal per capita seja de até R\$70,00 (setenta reais). Esses números evidenciam a vulnerabilidade econômica que essas pessoas apresentam.

Tanto o Plano DF Sem Miséria e a Fábrica Social são voltadas para pessoas inscritas no CADÚNICO: o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é o instrumento de identificação e caracterização das famílias pobres e extremamente pobres do Distrito Federal. O Plano mostra que o Poder Executivo procura promover a busca ativa de famílias extremamente pobres, incluindo segmentos como catadores de materiais recicláveis e população em situação de rua. Esse foi um dos motivos da

escolha da Estrutural como localidade da Fábrica Social, pois foi nessa cidade que houve a desativação do “Lixão da Estrutural”.

Iniciativas como o DF Sem Miséria, Prato Cheio, Cartão Material Escolar, Bolsa Alimentação Creche são importantes e necessárias, mas ainda insuficientes para dar conta de um problema estrutural que foi intensificado pela reestruturação produtiva do capital e a desertificação neoliberal pelo mundo. O governo tem que enfrentar a desigualdade social, capilarizar a atenção social, mudar as prioridades orçamentárias e investir massivamente na classe mais vulnerável e na classe trabalhadora para se diminuir esses problemas estruturais.

Já o Programa Fábrica Social foi criado pela Lei nº 5.091, de 03 de abril de 2013, que acrescenta o artigo 8º-A à Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011 e expressa que, entre outras iniciativas, a geração de trabalho, emprego e renda, no âmbito do Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “DF sem Miséria”, seria implementada por intermédio de atividades práticas em oficinas específicas, denominadas Fábricas Sociais, visando à qualificação e à capacitação profissional dos seus participantes.

A Lei nº 5.091/2013 criou também a Coordenadoria de Integração das Ações Sociais, vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014 do Distrito Federal, para planejar, programar e controlar as atividades de qualificação, bem como operacionalizar as unidades de formação profissional.

O artigo 2º da Lei dispõe que o resultado das ações das Fábricas Sociais destina-se ao atendimento das atividades e programas executados pela administração direta e indireta do Distrito Federal. Portanto, os produtos produzidos na Fábrica são destinados por meio de doações aos órgãos das referidas administrações. Mostrando um caráter de solidariedade e social da Fábrica.

Em seu artigo 3º, a referida Lei determinou também que as atividades de formação e capacitação profissional deveriam ser implementadas em territórios de maior vulnerabilidade social, justificando assim a alocação estratégica do Programa no SCIA, Região Administrativa XXV, limítrofe à Cidade Estrutural, destacada à época por ser uma das regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano do Distrito Federal. Pode-se relacionar esse fato à crise do neoliberalismo que Antunes (2020) mostra e o fato de que essa ideologia trouxe mais desigualdade para o Brasil e para

o mundo, conforme dados mostrados anteriormente. Sendo que essas desigualdades também são refletidas nas cidades e estados. Fato que faz com que surjam periferias e cidades-satélites, no caso de Brasília, com menos renda per capita e maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Conforme mostrado no público-alvo do Plano de Superação, a seleção de interessados para a participação nas atividades de capacitação profissional se dá entre famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza e prioritariamente entre aquelas atendidas pelo Programa Bolsa Família – PBF (programa de transferência de renda mostrado anteriormente no trabalho).

Segundo mostra o artigo 7º as atividades de formação e capacitação profissional de cada participante se desenvolverão pelo prazo de até dois anos. Portanto, não se busca a efetivação das pessoas nas Fábricas. O objetivo da Fábrica é capacitar as pessoas para que elas se insiram no mercado de trabalho.

Já o artigo 9º discorre que o participante do programa de que trata este artigo receberá auxílio pecuniário, cujo valor será calculado, mensalmente, segundo a quantidade de itens confeccionados na atividade de formação e capacitação profissional, na forma do regulamento. Isso mostra que se deve ter um bom desempenho para que se receba um melhor auxílio.

O artigo 11º mostra que o programa não tinha como objetivo a capacitação empreendedora durante a qualificação. Esse artigo discorre que *“Concluída a formação e a capacitação previstas neste artigo, o participante será encaminhado para os programas governamentais destinados às possibilidades de microempreendedorismo, associativismo, cooperativismo e iniciativas correlatas.”* Portanto, durante o governo do Agnelo do PT apenas após a formação e a capacitação os alunos seriam transferidos para essas atividades transversais. A inclusão dessas atividades como parte do currículo pedagógico ocorreu em governos subsequentes que possuíam outras propostas para a Fábrica.

Na sequência, pelo Decreto nº 34.264 de 05 de abril de 2013, foi regulamentado o artigo 8º-A da Lei nº 4.601/2011, acrescido pela Lei nº 5.091, de 03 de abril de 2013, que dispunha sobre atividades práticas a serem desenvolvidas nas oficinas específicas, denominadas Fábricas Sociais.

Esse decreto mostra que cada Fábrica Social consiste num Centro de Capacitação Profissional. E que de acordo com o artigo 2º as atividades práticas a serem desenvolvidas nas Fábricas Sociais destinam-se à: I - qualificação e à capacitação profissional dos seus participantes; II - promoção da inserção social das famílias extremamente pobres e pobres no Distrito Federal; III - realização de atividades de formação de mão de obra apta a desenvolver atividades relacionadas à confecção de uniformes em geral, de materiais esportivos, de jogos intelectivos, de material didático para realização de atividades lúdicas e outras iniciativas afins. IV- Realização de atividades de formação de mão de obra apta a desenvolver atividades relacionadas à construção civil para a realização de melhorias em unidades habitacionais e outras iniciativas afins. Portanto, esse artigo mostra que a Fábrica possui um viés social de redução de desigualdade devido à falta de qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade por conta das mazelas sociais. As atividades são específicas conforme escrito no Decreto e não promovem a interdisciplinaridade e busca de novos conhecimentos. A análise mostra que isso pode ter um viés taylorista/fordista de padronização da produção que é criticado pelos projetos pedagógicos dos governos seguintes que optaram pela interdisciplinaridade e a inclusão de novos cursos.

É interessante notar que o artigo 6º dispõe sobre a destinação de 15% (quinze por cento) das vagas, da seguinte forma: a) 5% (cinco por cento) para pessoas idosas; b) 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência; c) 5% (cinco por cento) para adolescentes em conflito com a lei. Com isso, existe uma política afirmativa de inclusão de pessoas em situação mais vulneráveis do que aquelas que já são vulneráveis ou extremamente vulneráveis e isso mostra que é uma política voltada realmente para a classe mais vulnerável da sociedade.

Já o artigo 8º discorre que a seleção dos participantes será efetuada por sorteio dentre os interessados inscritos. Portanto, não se escolhe a meritocracia para o acesso dos cursos de qualificação profissional e sim um sorteio sem considerar as qualificações de cada indivíduo.

Segundo mostra o artigo 9º as atividades de formação e capacitação profissional de cada participante se desenvolverão pelo prazo de até dois anos. Portanto, não se busca a efetivação das pessoas nas Fábricas. O objetivo da Fábrica é capacitar as pessoas para que elas se insiram no mercado de trabalho e a Fábrica

busca a rotatividade dos indivíduos.

O artigo 10º dispõe que a jornada diária não deve ultrapassar 6 horas. Respeitando assim as recomendações da justiça do trabalho e respeitando o limite de horas de trabalho.

O 11º artigo dispõe sobre os auxílios pecuniários. O participante regularmente matriculado no Centro de Capacitação e Qualificação – Fábricas Sociais receberá um auxílio pecuniário constituído pelo somatório dos seguintes componentes: I - Auxílio por Aproveitamento Individual - AAI; II – Adicional de Incentivo por Assiduidade - IA; III – Auxílio Alimentação - AA; IV – Auxílio Transporte - AT. Esses auxílios são calculados de diferentes formas e mostram que a Fábrica Social também é uma política de transferência de renda. E isso ocorre com o objetivo de diminuir a desigualdade do DF e aumentar o consumo da população e o conseqüente aumento da produção.

Logo após a publicação do Decreto nº 34.264/2013, foi publicada a Portaria nº 105, de 21 de agosto de 2013, regulamentando o Centro de Capacitação Profissional – Fábrica Social, estabelecendo os objetivos da Fábrica Social. De acordo com a Portaria, o objetivo geral da Fábrica Social é promover a inserção de famílias pobres e extremamente pobres, localizadas nas áreas de maior vulnerabilidade social no Distrito Federal. Já o objetivo específico da Fábrica Social de acordo com essa Portaria é realizar ações de capacitação e qualificação formadoras de mão de obra relacionadas à “confecção de uniformes em geral, de materiais esportivos, de jogos intelectivos, de material didático para realização de atividades lúdicas e outras iniciativas afins.” Esse objetivo específico mostra que se busca a produção de itens específicos que podem ser usados para atender as demandas da COPA DO MUNDO DE 2014, as demandas dos órgãos públicos e para a capacitação e a qualificação profissional. O projeto pedagógico de 2019 mostra esse fato e faz uma crítica com o intuito de implantar a interdisciplinaridade na formação profissional.

Essa Portaria também dispõe sobre o público alvo da política que são famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO classificadas como pobres e extremamente pobres. Isso já foi mostrado anteriormente e mostra o viés social da política em busca de uma igualdade social.

Essa Portaria estabelece ainda os requisitos de acesso ao Programa: a

destinação de vagas; o processo seletivo (sorteio); a atualização dos dados cadastrais dos participantes, a permanência no programa (de no máximo dois anos); a frequência; a jornada de atividade não ultrapassando as 6 horas diárias e respeitando as disposições das leis trabalhistas; a avaliação de aprendizagem; o pagamento do auxílio pecuniário; o certificado; as áreas de capacitação e o material confeccionado (uniformes em geral, materiais esportivos e jogos intelectivos); a distribuição do material confeccionado onde se dispõe que “*os materiais confeccionados pela Fábrica Social serão destinados ao aproveitamento em ações e programas executados pela Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, tais quais: atendimento à rede pública de ensino básico, fundamental e médio; Rede Pública de Saúde; Centros Esportivos; órgãos de assistência social (CAJE, ALBERGUE, CASA ABRIGO e outros), comunidades carentes, Restaurantes Comunitários e outros*”.

Após isso é publicada a Portaria nº 106, de 21/08/2013 que trata sobre o termo de avaliação de aprendizagem. Essa Portaria apresenta um termo simples de avaliação de aprendizagem dividido em: insatisfatório e satisfatório. Essa simplicidade no termo não permite avaliar quais os motivos de um possível desempenho insatisfatório ficando assim uma difícil compreensão sobre qual seria a melhor maneira de se tratar o aluno com baixo desempenho. Essa falta de clareza em se constatar as singularidades de cada aluno foram criticadas pelos governos seguintes e pelos Projetos Pedagógicos e proporcionaram a revisão da forma com a qual os alunos eram avaliados.

Um mês depois é publicada a Portaria nº 119, de 16/09/2013 – que altera o item 8.1.2.2 da Portaria nº 105, de 21/08/2013, no que se refere à incidência de ausências no pagamento do auxílio pecuniário. Essa portaria dispõe que todas e quaisquer ausências incidirão no abatimento do auxílio previsto na legislação. Aquelas não justificadas implicarão, inclusive, no abatimento proporcional do auxílio previsto na legislação, entendendo-se por faltas justificadas aquelas de ordem legal devidamente comprovadas, tais como mandados policiais, judiciais, reuniões escolares e atestados médicos emitidos por profissionais habilitados, ao capacitando ou quando a ele estiver figurado acompanhamento de dependente legal, e por 02 (dois) dias consecutivos em casos de falecimento do cônjuge, companheiro, pai, mãe, padrasto, madrasta, filho, irmão, enteado ou menor sob guarda ou tutela, a contar da data do óbito. Tais justificativas para as faltas desconsideram que o trabalhador pode

passar por empecilhos e imprevistos que o impossibilitam de exercer a profissão por um determinado tempo e que a falta de suporte financeiro pode ter impacto negativo no desempenho do programa, especialmente por se tratarem de grupos socioeconomicamente vulneráveis. Os trabalhos informais desprovidos de direitos trabalhistas, também são incentivados pela Fábrica Social. E vale ressaltar que esse último tipo de trabalho cresce bastante no Brasil e no mundo incentivado pela ideologia neoliberal. A Portaria nº 138, de 18/12/2013 trata sobre o mesmo assunto.

Os seguintes atos normativos são Portarias que dispõem sobre as oficinas que irão receber auxílio por aproveitamento individual: PORTARIA Nº 130, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013; PORTARIA Nº 136, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013; PORTARIA Nº 10, DE 17 DE JANEIRO DE 2014; PORTARIA Nº 21, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014; PORTARIA Nº 31, DE 17 DE ABRIL DE 2014; PORTARIA Nº 39, DE 16 DE JUNHO DE 2014; PORTARIA Nº 244, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018 e a PORTARIA Nº 112, DE 12 DE MAIO DE 2020 que está em vigor atualmente. Estas portarias instituem padrões de desempenho que refletem a reestruturação produtiva que unem os paradigmas fordista, taylorista e toyotista e a ideologia neoliberal de desempenho para se ter o gozo mostrada por Dardot e Laval (2016). O Antunes (2020) discorre sobre a vinculação entre produtividade e salário que passaram a se tornar comuns após a reestruturação produtiva. A produtividade passa a ser fator fundamental para o recebimento de um salário adequado. Esse entrelaçamento causa uma maior superexploração do trabalho.

Essas portarias mostram que o número de oficinas, em que os alunos recebem auxílio por aproveitamento individual, aumentou durante os últimos anos de vigência da Fábrica Social. Essa tendência evidencia também a interdisciplinaridade e a necessidade da aprendizagem de diferentes tipos de competências. Esse fato também faz com que aos poucos se rompa com o modelo Taylor/Ford de especialização e padronização e se insira um modelo toyotista mais flexível e alinhado à reestruturação produtiva do capital que é condizente a ideologia neoliberal e suas formas de produção e exploração.

Já a Portaria Nº 18, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015. (revogado pelo(a) Portaria 10 de 31/07/2019) mostra que o nome da Secretaria referente ao tema trabalho, emprego e renda durante o governo do Rodrigo Sobral Rollemberg do Partido Socialista Brasileiro tinha o nome de Secretaria de Estado de Trabalho e do

Empreendedorismo. Essa foi uma mudança feita durante o próprio governo Rollemberg do Partido Socialista Brasileiro e isso evidencia que “trabalho” e “empreendedorismo” eram duas temáticas que se apresentavam juntas durante o governo Rollemberg que preza pela liberdade econômica, o capitalismo e a formação do indivíduo-empREENDEDOR como mostram Dardot e Laval (2016).

Durante a pandemia da COVID-19 foi promulgada a Lei Nº 6.605, DE 28 DE MAIO DE 2020 que dispõe sobre a priorização das atividades práticas em oficinas específicas, denominadas Fábricas Sociais, e dá outras providências.

O primeiro artigo da Lei mostra que as atividades práticas desenvolvidas nas Fábricas Sociais incluem a realização de atividades de formação de mão de obra apta a desenvolver atividades relacionadas à saúde pública para confecção de: I – máscaras cirúrgicas; II – óculos de proteção; III – protetores faciais (face shield); IV – vestimentas hospitalares descartáveis, aventais ou capotes impermeáveis e não impermeáveis; V – gorros; VI – sapatilhas descartáveis (“propé”). O artigo 2º mostra que as atividades relacionadas no art. 1º devem ser priorizadas quando decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública, no âmbito da saúde pública do Distrito Federal. Esse Decreto foi autorizado durante a pandemia da COVID-19 com o intuito de se produzir para suprir as demandas da saúde pública do DF e para não deixar com que os alunos, mesmo que com número reduzido, fiquem sem a capacitação e a renda a qual eles precisam. Com isso, o trabalho identificou tanto um viés ideológico social pelo fato de que o governo agiu para o benefício da população ao buscar garantir o auxílio de pessoas que ficariam inabilitadas durante a crise e ao garantir que essas pessoas possam trabalhar e receber auxílios por seus trabalhos, como também um reflexo do capitalismo que durante as crises precisa da classe trabalhadora para aumentar a produção e por consequência causando uma superexploração no trabalho visto que essas pessoas deveriam estar se resguardando em suas casas quando, ao contrário, estão se expondo em ambientes com aglomerações e produzindo para atender as demandas de produção.

Por fim, a PORTARIA Nº 19, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019 institui e implementa o Projeto Pedagógico do Programa Fábrica Social, no âmbito da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais - SIAS.

Esta Portaria considera a importância de estabelecer Projeto

Pedagógico no âmbito da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais, como norteador das atividades formativas que envolvem os cursos do Programa Fábrica Social; considera a necessidade de implementar políticas norteadoras que proporcionem atividades pedagógicas, a fim de fortalecer a qualidade, a coerência e a eficácia das ações de qualificação socioprodutivas no âmbito da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais; considera que a práxis pedagógica do Programa Fábrica Social deve primar pela excelência no padrão de qualidade tanto das atividades teóricas, quanto das práticas e considera que as atividades práticas também irão contemplar ambientes além das instalações da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais, para que os alunos exercitem os conhecimentos adquiridos, resultando em legado à sociedade do Distrito Federal.

O artigo 1º mostra a importância do Projeto Pedagógico para a Fábrica Social da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais, da Secretaria Adjunta de Trabalho, da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal quando este dispõe os seguintes trechos: I - O Projeto Pedagógico será o norteador de todo o processo formativo do Programa Fábrica Social. II - Todos os cursos ofertados pelo Programa Fábrica Social deverão, obrigatoriamente, estar previstos no Projeto Pedagógico.

Já o artigo 3º desse Decreto mostra a necessidade de se revisar o Projeto Pedagógico, quando necessário, em virtude da dinamicidade e necessidade de adequação às mudanças, além dos movimentos que determinam as práticas do mundo do trabalho e as pedagógicas. I - O Projeto Pedagógico deve ser atualizado periodicamente e sua revisão deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) meses, sem que ultrapasse esse período. II - O Projeto Pedagógico e todas as suas atualizações deverão estar assinados por Pedagogo competente. A análise dos reflexos ideológicos indica que as práticas de qualificação e capacitação profissional da Fábrica Social devem estar de acordo com a lógica do mercado mundial e nacional. Esse fato indica que a reestruturação produtiva intensificada, moldada e definida pela ideologia neoliberal é refletida na Fábrica Social e em seu Projeto Pedagógico. Isso pode explicar o fomento ao empreendedorismo quando se busca a formação do indivíduo neoliberal como explicita Dardot e Laval (2016) e a interdisciplinaridade que a autora Ivani Fazenda defende em sua tese e que é uma das balizadoras do Projeto Pedagógico.

Após o entendimento e elucidação do marco regulatório da Fábrica

Social e após se evidenciar a Portaria Nº 19, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019 que regula a formulação dos Projetos Pedagógicos e que mostra a importância norteadora dos mesmos para o programa da Fábrica Social. O presente trabalho fará a análise documental dos dois Projetos Pedagógicos de 2019 e de 2021 e mostrará a análise dos reflexos ideológicos no âmbito desses Projetos.

6. PROJETO PEDAGÓGICO 2019

6.1. Apresentação

A análise dos reflexos ideológicos estudará o Projeto Pedagógico de 2019 publicado durante o governo do Ibaneis Rocha Barros Júnior do partido MDB e que teve como competência a Secretaria de Estado de Trabalho e a Subsecretaria de Integração de Ações Sociais, as quais eram dirigidas pelos senhores João Pedro Ferraz do Passos e Gerson Vicente de Paula Júnior, respectivamente.

Durante o prefácio do Projeto Pedagógico de 2019 o Subsecretário de Integração de Ações Sociais, Gerson Vicente de Paula Júnior mostra a importância do Projeto Pedagógico e ao escrever a seguinte passagem: *“fortalecendo a confiança necessária entre os alunos e os educadores para contribuírem com o melhor de si no decorrer deste inovador processo de aprendizagem.”* (TRABALHO, 2019, p.3). Mostra que o Projeto está alinhado com novas formas de aprendizagem que se adequam ao novo mercado de trabalho após a reestruturação produtiva. Além disso, ele pede para que os alunos deem o melhor de si, ou seja, essa parte reflete as indicações de Dardot e Laval (2016) quando estes mostram o culto ao “desempenho” da ótica neoliberal.

Já na apresentação o Projeto discorre o seguinte: *“Criado em 2013, o Programa Fábrica Social vem passando atualmente por um processo de modernização e aperfeiçoamento, tanto no que se refere à gestão da Subsecretaria de Integração de Ações Sociais, da qual faz parte o Programa Fábrica Social, quanto no que diz respeito aos cursos ofertados.”* (TRABALHO, 2019, p.4). Essa passagem corrobora o gerencialismo na administração pública influenciado pela ótica neoliberal e pela reestruturação produtiva dos setores públicos e privados.

Ainda durante a apresentação o texto mostra que:

Os indicadores econômicos e financeiros do país apontam que a economia brasileira vem sofrendo queda desde o ano de 2014, o que colaborou para a implantação de uma crise em diversos setores produtivos e de prestação de serviços. Ademais, segundo dados apresentados pelo IBGE, nos anos de 2015 e 2016, houve retração do PIB, de 3,5% e 3,3%, respectivamente. Como consequência, diversas empresas foram fechadas, houve queda da atividade econômica, diminuição do consumo e aumento do número de desemprego (TRABALHO, 2019, p.4).

Assim, o Projeto Pedagógico aponta para a importância da Fábrica Social para combater os resultados da crise do capital, como a diminuição do consumo e o aumento do desemprego.

O Projeto ainda mostra a alta taxa de desemprego no DF em 2019:

No Distrito Federal, conforme divulgado pela CODEPLAN, a taxa de desemprego estabilizou em 18,3% em janeiro de 2019. A falta de qualificação colabora para a não ocupação dos postos de trabalho, o que pressupõe que é preciso investir na capacitação e qualificação da população, especialmente no que se refere a pessoas em situação de vulnerabilidade social que, pelas condições sociais em que se encontram, acabam sendo excluídas do acesso ao emprego por não terem oportunidades de se capacitar. (TRABALHO, 2019, p.4)

Esse trecho mostra que existe uma falta de priorização e de investimento em educação no Brasil.

Na página 5, há as seguintes citações:

Este Projeto Pedagógico é a concretização de um esforço conjunto no sentido de estruturar, de fundamentar, de planejar e de implementar os cursos ofertados, modernizando-os, inserindo novos módulos e inovando com a oferta da Vivência Profissional, a qual possibilitará ao aprendiz a prática dentro do ambiente profissional em empresas, colaborando para uma melhor inserção no mercado de trabalho. E todo o esforço na

modernização da gestão e dos cursos e na mudança de paradigmas em relação ao Programa Fábrica Social. (TRABALHO, 2019, p.5)

Com isso, é importante se atentar ao fato de que o indivíduo neoliberal é moldado na prática, no mundo concorrencial, como mostram Dardot e Laval (2016). A modernização pode ser um reflexo da neoliberalização do mercado de trabalho, do gerencialismo na administração pública e da reestruturação produtiva. Também deve se atentar à modernização do trabalho e da precarização que ela causa, pois essa modernização é importante para os lucros e os tem como objetivo, mas não possui um caráter social de redistribuição de renda.

Ainda na página 5, o seguinte trecho também mostra que os autores do Projeto reconhecem que os programas de educação devem se atentar às mudanças no mercado de trabalho e para isso devem se autoquestionar e se modernizar:

Como em toda proposta pedagógica, a sensação de incompletude se faz presente e se justifica pela sua dinamicidade e constante necessidade de se refazer e de se adequar às mudanças. Além disso, em um movimento dialético, em que a relação entre teoria e prática determina que as práticas pedagógicas sejam orientadas pelos princípios filosóficos do processo educativo, ao se planejar e orientar esse processo, o próprio Programa se autoquestiona sobre seu papel na transformação social dos sujeitos envolvidos. (TRABALHO, 2019, p.5)

O último parágrafo da apresentação mostra que o Projeto Pedagógico visa mudar o contexto social do DF mostrando o seu viés social voltado para as classes mais pobres. Além disso, o seguinte trecho mostra que uma capacitação técnica para se inserir no mercado pode fazer com que as pessoas saiam das situações de vulnerabilidade social e mostra os princípios fundamentais da Fábrica Social. Dentre esses princípios estão tanto a inserção social produtiva quanto as habilidades de gestão e empreendedorismo.

A qualificação profissional apresenta-se, então, como possibilidade de transformação social e econômica de pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da inserção social produtiva, da geração de renda e de postos de trabalho e do desenvolvimento de habilidades de gestão, empreendedorismo e economia solidária, princípios fundamentais do Programa Fábrica Social. (TRABALHO, 2019, p.6).

6.2. Inserção regional

Após a apresentação, o Projeto Pedagógico mostra que a Fábrica Social está inserida na Cidade Estrutural e discorre o seguinte:

A Cidade Estrutural tem a sua socio gênese em um contexto marcado pelas mazelas sociais, tendo sido erguida em torno do aterro sanitário do Distrito Federal, para onde os catadores eram atraídos em busca de meios para a sobrevivência. [...] lugar que receberia o título de "maior depósito de lixo da América Latina". (TRABALHO, 2019, p.9)

Com isso, esse trecho mostra alguns fatos importantes para se entender o reflexo da ideologia neoliberal. Essas mazelas sociais se relacionam com o capitalismo e em sua vertente neoliberal que segrega os espaços urbanos afastando periferias e centro, visto que a Estrutural é uma cidade-satélite com baixo índice de desenvolvimento humano e o DF que é a região mais desigual do país.

Outro fato que esse trecho mostra é que as ditas produções "sujas" e as fábricas mais poluentes são inseridas nas periferias e as cidades mais vulneráveis absorvem esse tipo de produção. Essa é uma problemática que também acontece em âmbito mundial, visto que as fábricas mais poluentes e que apresentam maior exploração do trabalho são inseridas nos países mais pobres e com mão de obra mais barata e desqualificada. Esse fato segregador também é mostrado por Oliveira (2015), quando este evidencia que a empresa verticalizada da era fordista dá lugar a formas organizacionais em rede inspirados no Toyotismo, ao mesmo tempo em que suas cadeias de valor e de produção são reposicionadas em escala global, mediante

estratégias complexas de integração de processos produtivos sediados em diversos países. De acordo com o autor, essa tendência manifesta-se de forma bastante desigual: as atividades de menor valor agregado, como as tarefas de montagem de produtos eletrônicos e de fabricação de têxteis, são transferidas para os países periféricos, que apresentam custos mais baixos de mão de obra, ao passo que as atividades de maior valor agregado, normalmente as de concepção e design de produtos e a definição de estratégias de comercialização, permanecem nos centros capitalistas. (OLIVEIRA, 2015). Portanto, uma mão de obra barata causada por conta das mazelas sociais, do aumento do desemprego e da falta de qualificação profissional são motivos que proporcionam a realocação de setores produtivos com baixo valor agregado para as periferias e proporcionam a absorção dessa mão de obra precarizada.

Durante o tópico “inserção regional” o Projeto cita o seguinte:

Na década de 1990, ampliou-se significativamente a área de ocupação nos arredores do “lixão”, originando a chamada “Invasão da Estrutural”, depois “Vila Estrutural”, [...] quando o olhar da administração pública se volta para sua população, a qual girava em torno de 39.015 habitantes até o ano de 2015, a maior parcela composta por mulheres. (TRABALHO, 2019, p.9).

Esse trecho exemplifica o período dos anos 1990 marcado pela intensificação neoliberal no Brasil e no mundo e mostra as suas consequências no contexto da Estrutural. Além disso, o trecho indica que a Estrutural é composta em sua maioria por mulheres que sofrem no mercado de trabalho por conta dos preconceitos e das desigualdades vindos de uma sociedade patriarcal.

Ainda durante a inserção regional, o Projeto mostra resultados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2015. Essa pesquisa mostra dados interessantes para o presente trabalho. Ela mostra que a população da Estrutural é majoritariamente composta por habitantes em condições de produtividade mostrando que é uma região com potencial produtivo. Essa pesquisa também mostra que é uma região com baixa escolaridade e consequente baixa

capacitação profissional e que as pessoas que possuem nível fundamental incompleto compreendem 45,21% da população.

A página 10 possui o seguinte trecho:

Ainda de acordo com a PDAD, no que se refere à atividade remunerada, a empregabilidade formal, com carteira assinada, contempla 52,74% dos ocupados, enquanto os empregados sem carteira assinada totalizam 8,91% e os autônomos 32,18%. Os setores que mais se destacaram na cidade foram os de Serviços Gerais, 33,64%, Comércio, 26,35% e Serviços Pessoais, 12,87%. (TRABALHO, 2019, p.10)

Esses números mostram que a Fábrica Social tende a se adequar à realidade em que está inserida e que a capacitação e qualificação profissional é importante para os alunos aliada a práticas empreendedoras visto que 26,35% das atividades são de comércio, 32,18% são de autônomos e 33,64% são de Serviços Gerais.

6.3. Conceituação

Após o marco regulatório, o Projeto de 2019 apresenta a conceituação da Fábrica Social e do Projeto Pedagógico. Essa parte é importante, pois apresenta reflexos das ideologias em diferentes recortes.

No seguinte trecho: *“Coerente com os princípios de inclusão social para combater a miséria e reduzir a pobreza por meio da inclusão produtiva, o Programa Fábrica Social compõe e fortalece, de maneira relevante, as políticas públicas sociais com vistas a inclusão de alunos no mundo do trabalho.”* (TRABALHO, 2019, p.12). Mostra que o princípio da Fábrica é combater a miséria e reduzir a pobreza por meio da inclusão produtiva e isso mostra um discurso mais próximo da “esquerda” que, como afirma Bobbio (1997, apud MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017), está preocupada com a igualdade. E esse princípio, mesmo que implantado em 2013, ainda acompanha o Programa Fábrica Social durante a vigência dos outros governos. Vale ressaltar que o governador Agnelo do PT, que foi o criador do Programa, se identifica como de centro-esquerda, defendendo a igualdade social e o incentivo de

programas sociais e de transferência de renda.

Ainda na página 12 e no início da página 13 o Projeto Pedagógico mostra dois projetos que a Fábrica Social tomou como base: “*A ideia da Fábrica Social é a evolução adaptada do projeto Pintando a Liberdade que vigorou a partir de 2003 em todo país, buscando promover a inclusão produtiva de presidiários em módulos de produção de material esportivo*” (TRABALHO, 2019, p.12) e:

Refere-se também ao Programa Pintando a Cidadania que, em ação semelhante, levava para pessoas em situação de risco social a oportunidade de se inserirem em fábricas de material esportivo, com o objetivo de promover a inclusão social de pessoas residentes em comunidades carentes, mediante o pagamento de benefício social por produtividade. (TRABALHO, 2019, p.13)

A partir desses recortes é importante notar que conforme mostrado anteriormente o Brasil passou por um momento de crescimento dos empregos formais e por um crescimento econômico durante o governo Lula. E políticas de inclusão produtiva voltada para pessoas em situação de vulnerabilidade social como os projetos citados foram fundamentais para tais feitos. O alinhamento entre esses projetos e a Fábrica Social mostram a consonância entre os governos petistas formuladores dessas políticas sociais e de inclusão produtiva. Vale notar que a escolha pela produção de materiais esportivos e o pagamento mediante produtividade constatados na Fábrica Social podem ter suas origens nesses projetos.

A conceituação do Programa mostra novamente o contexto social da Cidade Estrutural e com o seguinte trecho mostra que uma inclusão social e produtiva deve ser feita com a inserção das pessoas no mercado de trabalho. Evidenciando assim uma política com reflexos da ideologia social. Práticas como o empreendedorismo se tornam alternativas para essa inclusão produtiva, esse tema será melhor explicado posteriormente:

A alternativa para a inclusão social foi buscar a inclusão produtiva das pessoas em situação de vulnerabilidade, mediante a articulação de ações e programas que visassem a inserção no mercado de trabalho, seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária, sobremaneira na oferta de cursos de qualificação social e profissional desses cidadãos. (TRABALHO, 2019, p.13).

Durante a conceituação, o Projeto se refere ao Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – “DF sem Miséria”, que já foi mostrado anteriormente e no seguinte trecho discorre que esse plano possui um caráter social e de redução da desigualdade. Além de mostrar que os governos do Agnelo, Rollemberg e Ibaneis, mesmo possuindo divergências ideológicas, mantiveram o Plano criado pelo governo Agnelo alinhado à superação da pobreza no DF: “*o Governo do Distrito Federal assumiu o compromisso de melhorar a qualidade de vida da população, garantir direitos de cidadania e combater a extrema pobreza no Distrito Federal*”. (TRABALHO, 2019, p.13)

A página 14 do Projeto Pedagógico de 2019 discorre sobre a mudança de paradigma que a Fábrica Social passou a partir de 2015 e que reflete as mudanças ideológicas nesse Programa.

Em que pese o esforço para adaptação do modelo testado em outros estados e municípios, no Distrito Federal privilegiou-se, equivocadamente, à época da implantação do Programa, a orientação organizacional de uma fábrica tradicional, baseada na gestão do processo de produção e dos resultados (produtos), negligenciando a formação profissional dos participantes do processo, permitindo e incentivando assim o desvirtuamento do Programa, beneficiando até mesmo profissionais já formados, aptos para o mercado de trabalho, dos quais poderia ser dispensada aquela formação. (TRABALHO, 2019, p.14).

Nesse parágrafo, pode-se concluir que os governos posteriores, especialmente o de Rollemberg, fizeram uma crítica à maneira pela qual o Programa estava sendo conduzido e operacionalizado ao se negligenciar a formação profissional e se focar na produção aos moldes de uma fábrica tradicional. Segundo esse Projeto

de 2019, isso poderia ter levado ao desvirtuamento do Programa, todavia na conclusão desse trabalho será analisado que o próprio governo Rollemberg buscou um desvirtuamento do Programa ao incentivar práticas neoliberais no combate ao desemprego.

Seguindo a análise, a página 14 mostra que:

A concepção gerencial e operacional da Fábrica Social reproduziu, nos dois primeiros anos de atividades, os moldes de uma “fábrica chinesa”, seguindo o modelo “taylorista/fordista” de meados do século XX, e instalou, às luzes de um eufemismo baseado na capacitação profissional, uma lógica de exploração de mão de obra e de precarização das relações trabalhistas, relegando os direitos de trabalhadores em troca da promessa de ganho fácil e jornada de “capacitação” (trabalho) reduzida (4 horas) no chão da Fábrica. Não foi observada, como é recomendada, a orientação por uma proposta didático-pedagógica, de avaliação da aprendizagem e de certificação profissional, aspectos estes essenciais ao desenvolvimento do Programa.

Diante das distorções e dos equívocos cometidos, desde o ano de 2015, deu-se início a reconceitualização do Programa, assumindo uma concepção mais ampliada de formação profissional, favorecendo o desenvolvimento de uma “nova cultura” na operacionalização da Fábrica Social. (TRABALHO, 2019, p.14).

Esses parágrafos anteriores mostram uma tendência de se romper com os moldes taylorista/fordista que balizaram a produção no século 20, aproximando-se de um modelo mais flexível, moderno e que se alinha à reestruturação produtiva. Para isso, o Projeto Pedagógico mostra que é necessária uma capacitação flexível, ampla e que, portanto, está adaptada aos moldes da ideologia neoliberal. No Projeto Pedagógico de 2021 aparecem termos como “*novos conceitos técnicos*” e “*novos desenhos de organização produtiva*” que indicam uma adaptabilidade ao modelo de produção toyotista. Esse parágrafo também fez uma crítica ao indicar que o antigo governo não tinha a intenção de qualificar, mas de utilizar os trabalhadores vulneráveis para a produção. É interessante notar também que se criticou a precarização de relações trabalhistas, ao mesmo tempo que propaga ideias como flexibilização das relações de trabalho por meio das terceirizações, do aumento da informalidade e do incentivo ao empreendedorismo como forma de macular e

dissimular as relações entre os trabalhadores assalariados e os empregadores. Vale notar que essa nova conceitualização passou a vigorar no governo Rollemberg que anos depois mostrou em seu plano de governo a sua intenção de tornar a Fábrica Social em um centro de fomento ao empreendedorismo. Portanto, esses dois parágrafos se mostram contraditórios e se assemelham à uma disputa ideológica e de governo sobre qual a maneira correta em que a Fábrica Social deve ser conduzida e reproduzida.

Continuando, como está escrito na página 15 “*o processo de produção passou a ser entendido como meio*”. Com isso, a produção de acordo com o Projeto deixou de ser um objetivo da Fábrica Social. E os produtos produzidos na Fábrica seriam destinados para doações conforme o trecho a seguir: “*itens que retornam à sociedade com valor agregado que beneficia a todos, especialmente os segmentos mais vulneráveis da população*”. (TRABALHO, 2019, p.15). Esse trecho também mostra vieses ideológicos sociais, de solidariedade e de fraternidade da Fábrica que não visa o lucro e sim a doação dos produtos para órgãos da administração direta e indireta, a exemplo de hospitais. E existe uma diretoria responsável pela doação dos produtos. “*A Diretoria de Produção mantém o controle sobre os produtos que são confeccionados nos módulos de habilidades específicas e distribuídos por meio de doação aos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Distrito Federal.*” (TRABALHO, 2019, p.21).

O parágrafo citado a seguir:

Na linha da reconceitualização proposta, deu-se a ampliação dos cursos ofertados, com a compreensão de que entre o público-alvo, muitos não estariam vocacionados à aprendizagem da confecção de vestuário, acessórios e materiais esportivos. Foram abertas assim, com atenção à necessidade formativa e ao atendimento da demanda do mercado à época, vagas para outros cursos, possibilitando a diversificação da oferta no âmbito do Programa. (TRABALHO, 2019, p.15).

Mostra que uma das novas medidas dos governos posteriores foi a criação de novos cursos. É interessante notar que, embora considere que alguns não

estariam vocacionados para certas produções, a base de argumentação da reconceitualização do programa é a demanda do mercado. Isso pode indicar, portanto, um reflexo da orientação ideológica, visto que não possui embasamento em dados do mercado de trabalho. Vale ressaltar que um aumento da oferta de cursos é importante para esse público-alvo, porém deve-se estudar até que ponto essa ampliação de cursos atende a relação capital-trabalho ou é sustentada por outras configurações de interesses.

Após isso, o Projeto mostra que se busca um gerencialismo e um *management* nessa política pública e que ela deve ser aberta às mudanças no mercado de trabalho. Conforme frase a seguir: “*corroborando a tese de desenvolvimento de uma política pública autossustentável*”. (TRABALHO, 2019, p.15).

Já na página 16 o Projeto discorre sobre o auxílio pecuniário mensal. Vale ressaltar que a Fábrica Social também se apresenta como uma política de transferência de renda.

Com isso, considera-se que a tendência de valorização a esse tipo de política de superação da extrema pobreza nos governos federais Lula-Dilma também está presente no governo Agnelo e no Distrito Federal. Para exemplificar essa consonância entre os governos petistas, o trabalho analisou o Programa de Governo do Distrito Federal para 2015-2018 do governador Agnelo e em sua “introdução” o programa mostra o seguinte:

A sociedade brasileira vive um momento ímpar, marcado por um processo de inclusão econômica e social de vastas dimensões que emergiu em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e consolidou-se nos últimos onze anos, no segundo mandato de Lula e no primeiro da presidenta Dilma Rousseff. Experimentando um período de estabilidade institucional duradouro, a ação do Governo Federal tem sido capaz de alcançar positivamente segmentos sociais inteiros, que se contam na casa dos milhões de famílias, incorporando as regiões mais pobres do país ao novo ciclo de desenvolvimento, com a descentralização dos investimentos públicos em infraestrutura e serviços, com a implementação dos programas sociais e com a promoção e manutenção de um ciclo de geração de emprego e renda sem paralelo na nossa história, com elevação real do salário-mínimo, mesmo em meio à severa e prolongada crise do conjunto da economia mundial. O Distrito Federal se incorporou a esse ciclo virtuoso tardiamente, a partir da posse de Agnelo Queiroz como Governador do Distrito Federal, em 1º de janeiro de 2011. (TSE, 2014, p.4).

Esse trecho mostra que o Partido dos Trabalhadores defende possuir esse caráter social que busca a redução da desigualdade e de atendimento à classe mais vulnerável. Portanto, as políticas sociais eram o foco desses governos e a busca por uma igualdade também era um objetivo em comum. Vale ressaltar que esses tipos de políticas possuem reflexos de ideologias de esquerda e socialista que buscam a igualdade. Outro fato que pode ser analisado a partir desse trecho do Projeto Pedagógico é que a vulnerabilidade criada pelo neoliberalismo e a crise mundial demanda esses tipos de ações públicas, como também demanda o empreendedorismo como forma de escape da crise por meio da autossuficiência e do trabalho autônomo. Portanto, esse trecho possui reflexos ideológicos tanto social-liberais, como neoliberais.

Ainda na página 16 o trecho a seguir: “*A maioria dos alunos inscritos nos cursos da Fábrica Social é composta por mulheres, das quais inúmeras são mães, chefes e, muitas vezes, arrimo de família. [...] o Auxílio Pecuniário, possibilitando-lhes o sustento dos núcleos familiares durante o processo de ensino-aprendizagem.*” (TRABALHO, 2019, p.16). Mostra que as mulheres são a maioria do público-alvo e isso reflete a desigualdade de gênero que ocorre no mercado de trabalho. Pautas como o feminismo e a igualdade de gênero poderiam ser consideradas nas transversalidades que serão melhor tratadas a seguir. Essas são ideologias modernas que se adequariam à realidade da Fábrica e que não são bem exploradas no âmbito desse Programa.

Já o trecho a seguir mostra a importância do segmento social de baixa renda e que o aumento da autoestima e bem-estar são importantes para a cidadania e isso também mostra um viés ideológico social da Fábrica Social:

existe um conjunto de vantagens advindas das políticas públicas, verificado pela melhoria do bem-estar e pelo aumento da autoestima desse importante segmento social, extremamente vulnerável, oferecendo-lhes a oportunidade de se reconhecerem e serem reconhecidos e respeitados como cidadãos e cidadãos. (TRABALHO, 2019, p.16).

Já na página 17, o seguinte trecho mostra que a parceria entre Estado e os parceiros envolvidos na capacitação é importante para a redução de custos do Estado: “*entende-se que a rede de parceiros envolvidos na capacitação profissional, e os órgãos e entidades afins que atuam na qualificação e formação profissional são importantes no apoio a expansão do Programa, reduzindo o ônus que provocaria ao Estado.*” (TRABALHO, 2019, p.17). Isso mostra que se busca uma gestão eficiente da política pública pautada no gerencialismo e no *management* e isso possui influência do neoliberalismo como já mostrado anteriormente por Dardot e Laval (2016).

Ao final da conceituação, a página 17 mostra que em termos qualitativos o Programa da Fábrica Social vem sendo realizado de forma efetiva e que os indivíduos estão sendo inseridos no mercado de trabalho. Porém, por conta da falta de dados que o Programa disponibiliza essa afirmação não pode ser tomada integralmente como verdade devido à essa insuficiência de dados e que também foram prejudiciais ao andamento desse trabalho. Essa falta de dados pode acontecer por conta do caráter descentralizado das políticas de trabalho, emprego e renda que já foi mostrado anteriormente por Cacciamali (2005). Essa autora também mostra que em um caráter descentralizado a falta de monitoramento e avaliação podem fazer com que interesses políticos locais e a escassez de recursos humanos se sobressaiam e impeçam uma boa efetividade dessas políticas e isso pode ser evidenciado quando se percebe que os governos usaram de suas idiossincrasias para a implantação de práticas divergentes às do PDQ, isso é melhor evidenciado no Projeto Pedagógico de 2021 e também quando o governador Rollemberg procura transformar a Fábrica Social em um grande centro de fomento ao empreendedorismo.

Já o seguinte trecho que corresponde ao último parágrafo da conceituação:

Outra possibilidade que se estabelece no horizonte do Programa Fábrica Social é a de oferecer o apoio para acesso ao crédito produtivo para aqueles que buscarem, pelo estímulo e motivação proveniente

da aprendizagem, o empreendedorismo individual e/ou coletivo. Para tal, encontra-se em fase de implementação nesta Subsecretaria o Centro de Empreendimento Econômico e Solidário, junto com um programa de aceleração para trabalhar com startups, a fim de que os alunos formados nos cursos ofertados e empreendedores locais tenham oportunidades de desenvolver na prática e na área os conhecimentos adquiridos no mercado com reais condições de êxito, por meio de coworking, atividades de capacitação e assessoria. (TRABALHO, 2019, p.17).

Mostra que o empreendedorismo é um foco dessa política pública e este é normalizado como um meio de inserção no mercado de trabalho. Com isso, existe o objetivo de se criar um indivíduo-empresarial neoliberal que possua um espírito empreendedor e que saiba usar as ferramentas disponíveis para sair da crise e que sirva de exemplo para as pessoas em sua volta. Esse trecho exemplifica as citações de Dardot e Laval (2016) e a formação desse neossujeito. O empreendedorismo será melhor explicado ao se mostrar os eixos transversais.

6.4. Objetivo do programa: geral e específico

Após a conceituação do Programa o Projeto Pedagógico mostra os objetivos do Programa. Tanto o geral, quanto os específicos. O texto discorre que o objetivo geral é:

Qualificar e capacitar profissionalmente cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo a inserção social das famílias pobres e/ou em situação de extrema pobreza do Distrito Federal por meio de atividades de formação de mão de obra, possibilitando-lhes adquirir habilidades que garantam autonomia socioeconômica e oportunidades concretas de inserção no mercado de trabalho (formal e/ou informal), contribuindo para a obtenção de emprego e renda, de acesso ao crédito, fomentando o empreendedorismo às organizações empresariais, às associações e ao cooperativismo produtivo. (TRABALHO, 2019, p.17-18).

Pode-se notar nesse objetivo o viés essencialmente social da Fábrica Social. Todavia, esse objetivo apresenta algumas divergências ideológicas, pois ele mostra que a intenção é de servir ao capital e não somente a classe trabalhadora. Isso

devido ao fato de que ele mostra que a emancipação se dá pelos seguintes meios: por meio da formação de mão de obra para os empregadores a partir de cursos técnicos adequados ao mercado de trabalho; por meio do emprego formal e informal e por meio do fomento ao empreendedorismo.

Já os objetivos específicos reforçam o objetivo geral e se destacam: tanto o fomento ao empreendedorismo para pessoas em situação de vulnerabilidade com isso se deve atentar ao Antunes (2020) discorre sobre esse tipo de prática como forma de ocultação ao trabalho assalariado, como também a promoção de uma inserção social produtiva que é um tipo de política com um viés ideológico mais social.

6.5. Acesso ao programa

No que tange ao acesso ao programa o Projeto discorre que “*o Programa Fábrica Social se destina à população do Distrito Federal em situação de vulnerabilidade social, inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.*” (TRABALHO, 2019, p.18). E isso mostra mais uma vez que é uma política social voltada para as pessoas em situação de vulnerabilidade e tem como objetivo a redução da desigualdade, sendo assim uma política com características ideológicas de esquerda. A ideologia neoliberal se reflete nesse trecho quando se percebe que essas pessoas se tornaram vulneráveis, dentre outros fatores, devido à desertificação neoliberal mostrada no referencial teórico desse trabalho e que causou o aumento do desemprego, da precarização do trabalho e da miséria.

Quanto ao processo seletivo o Projeto mostra que “*os candidatos inscritos serão classificados em cerimônia de sorteio.*” (TRABALHO, 2019, p.19). E isso mostra que não se escolheu a meritocracia e capacidades técnicas anteriores e sim o sorteio sendo assim uma forma mais democrática de escolha das pessoas em situação de vulnerabilidade. Com isso, o processo seletivo não as coloca em uma situação de concorrência.

Já quanto ao número de vagas o texto discorre que:

São previstas 1.200 (mil e duzentas) vagas anualmente, conforme o edital de 2019, das quais 1.000 são destinadas para o curso de Confecção de Vestuário, Acessórios e Materiais Esportivos, 50 (cinquenta) vagas para o

curso de Implementação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos, 50 (cinquenta) vagas para o curso de Marcenaria, 50 (cinquenta) vagas para o curso de Jardinagem e Cultivo de Alimentos e 50 (cinquenta) vagas para o curso de Construção Civil, dentre as quais a) 85% destinam-se à concorrência geral; b) 5% destinam-se a pessoas idosas; c) 5% para pessoas com deficiência e d) 5% para adolescentes em conflito com a lei. (TRABALHO, 2019, p.19).

Essa passagem mostra algumas coisas importantes para esse trabalho, como o fato de que das 1.200 vagas apenas 200 são para cursos diferentes dos cursos apresentados em 2013. Ou seja, a interdisciplinaridade e a ampliação da oferta dos cursos que foi incentivada pelos governos posteriores não teve uma abrangência tão significativa em relação ao número de alunos. Isso pode ter ocorrido pelo fato da estrutura física da Fábrica Social comportar apenas determinados tipos de cursos em detrimento de outros, os quais os governos posteriores julgaram necessários, mas não puderam implantar integralmente devido à essa limitação na estrutura física. Outro fato importante é que existe uma política afirmativa dentro da Fábrica Social de inclusão de pessoas em situação de maior vulnerabilidade como pessoas idosas, com deficiência e adolescentes em conflito com a lei.

Ao final desse tópico, o Projeto discorre sobre o tempo de permanência no programa que não pode ultrapassar 2 (dois) anos mostrando que este tem como objetivo a rotatividade dos alunos e não a efetivação dos mesmos em um caráter de produção. E sobre a jornada de atividades que não pode ultrapassar 6 horas diárias, ou seja, é uma jornada de trabalho de meio período. É importante notar que os trabalhos atualmente estão extrapolando as horas de trabalho recomendadas pela legislação e existe a prática do trabalho intermitente.

6.6. Metodologia do programa. Diretrizes curriculares e procedimentos pedagógicos

A seção a seguir trata sobre a metodologia do programa de acordo com o Projeto Pedagógico. No tópico diretrizes curriculares e procedimentos pedagógicos o texto discorre que *“A prática pedagógica dos cursos leva em consideração a formação integral do indivíduo, de modo que o sujeito tenha um desenvolvimento pleno da personalidade e lhe possibilite construir um projeto de vida. [...], levando-o a refletir sobre suas ações no processo de produção e o porquê das atividades*

desenvolvidas.” (TRABALHO, 2019, p.20). Deve-se notar o objetivo amplo e abstrato contido na afirmação, o que indica o processo de formação do indivíduo-neoliberal, como apontado por Dardot e Laval (2016). Essa subjetividade é algo que o neoliberalismo reforça bastante em sua ideologia e busca implantar em suas práticas.

Já quando trata do “*porquê das atividades desenvolvidas*” existe uma referência ao processo de desalienar o trabalhador. Karl Marx mostra que a alienação existe no mercado capitalista e indica a necessidade de que a classe trabalhadora saia dessa condição, compreendendo os processos em que estão inseridos. Todavia, não existe detalhamento posterior sobre o conteúdo e orientações desse processo de auto-reflexão e percebe-se que o Projeto Pedagógico possui um viés liberal, visto que se remete ao Toyotismo quando se busca o entendimento do trabalho com maior desempenho, eficiência, redução de custos e conseqüente aumento dos lucros.

Essa visão toyotista de produção busca implicitamente o incentivo a indivíduos “colaboradores” e “empresa de si mesmo” que buscam o aumento do desempenho desses indivíduos e da sociedade. Pode-se notar, novamente, a alienação que é feita ao tratar o indivíduo como partícipe influente da sociedade ainda que submetido aos objetivos do mercado. Com isso, busca-se que o indivíduo trabalhe para a empresa que o emprega como se trabalhasse para si próprio e com isso eliminando os sentimentos de alienação do trabalho e qualquer distância entre o empregador e o empregado. Portanto, ele deve trabalhar para seu próprio bem e para intensificar o seu esforço. Como se ele desejasse fazer certos tipos de trabalhos que o trariam benefícios futuros. Segundo Dardot e Laval (2016), as novas técnicas de “empresa de si mesmo”, ironicamente, chegam ao ápice da alienação quando pretendem tirar qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao outro que se apresenta de forma implícita é a mesma coisa. Assim, a gestão moderna é um governo inconsciente.

Além disso, como mostra Paulo Freire: “*Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica*” (FREIRE, 1984, p. 89).

A passagem a seguir reforça que existe um maior reflexo liberal/neoliberal, visto que se busca uma construção do conhecimento com o intuito de se

inserir no mercado de trabalho e se tornar um profissional mais qualificado e com maior desempenho. Além disso, a subjetividade e a responsabilidade perante terceiros são evidenciadas. “*Tendo em vista o entendimento da aprendizagem como um processo de construção do conhecimento, [...] de modo que os alunos possam desenvolver suas percepções a respeito das relações sociais e de trabalho, constituindo-se como cidadãos e profissionais éticos e responsáveis.*” (TRABALHO, 2019, p.20).

Ao final desse tópico o texto mostra a seguinte passagem:

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico, [...] precisa ser periódica e sistematicamente revisto, avaliado e modificado, de modo a se adequar às demandas educacionais, sociais e produtivas que se apresentem, a fim de cumprir o seu papel social, ou seja, de contribuir para a qualificação profissional e inclusão sócio produtiva de pessoas inscritas no [...] (CadÚnico). (TRABALHO, 2019, p.23).

Isso mostra que esse Projeto busca a adequação dos ensinamentos ao mercado e ao mundo do trabalho com o intuito de que os alunos não fiquem excluídos das mudanças no mundo do trabalho. Existe um reflexo ideológico nessa passagem, pois ela mostra que se busca a formação de um indivíduo “flexível”, aberto às mudanças, polivalente, etc. Estes que são traços da ideologia neoliberal, os quais o referencial teórico mostrou anteriormente. Essa passagem também mostra que o Projeto Pedagógico do Programa Fábrica Social se materializa a partir do cotidiano evidenciando que esse é um Projeto flexível que se adequa de acordo com a realidade presente na sociedade. Além disso, o recorte mostra o viés social da política. Novamente, nota-se uma contradição ideológica entre o capital e o trabalho, o capitalismo e a classe trabalhadora.

6.7. Interdisciplinaridade e Transversalidade como práticas metodológicas

O tópico “*Interdisciplinaridade e Transversalidade como práticas metodológicas*” apresenta variáveis importantes para se entender como as ideologias refletem na Fábrica Social. Sobretudo a ideologia neoliberal que passou a ser dominante após a reestruturação produtiva que se intensificou após os anos 1980 e

1990. A importância desse tópico para o programa da Fábrica Social é evidenciada no trecho a seguir: “a *interdisciplinaridade e a transversalidade* devem ser os *parâmetros norteadores de todos os cursos, levando em consideração o eixo integrador – mundo do trabalho – e os eixos transversais que possibilitam o desenvolvimento individual e relacionamento interpessoal.*” (TRABALHO, 2019, p.24).

De acordo com o Projeto Pedagógico:

A Interdisciplinaridade e a Transversalidade devem ser entendidas como as práticas pedagógicas que desenvolvem a troca de conhecimento entre as diversas áreas do conhecimento e o entrecruzamento de temas que integram as áreas convencionais de modo que orientem o desenvolvimento do conteúdo formal. (TRABALHO, 2019, p.24).

Esse Projeto faz referência à autora Ivani Fazenda que é uma das principais responsáveis pelos estudos sobre a interdisciplinaridade no Brasil. Para a autora a metodologia interdisciplinar requer:

[...] uma atitude especial ante o conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, incompetências, possibilidades e limites da própria disciplina e de seus agentes, no conhecimento e na valorização suficientes das demais disciplinas e dos que a sustentam. Nesse sentido, torna-se fundamental haver indivíduos capacitados para a escolha da melhor forma e sentido da participação e sobretudo no reconhecimento da provisoriedade das posições assumidas, no procedimento de questionar. Tal atitude conduzirá, evidentemente, a criação das expectativas de prosseguimento e abertura a novos enfoques ou aportes. E, para finalizar, a metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e suscita-se na arte de pesquisar, não objetivando apenas a valorização técnico-produtiva ou material, mas sobretudo, possibilitando um acesso humano, no qual desenvolve a capacidade criativa de transformar a concreta realidade mundana e histórica numa aquisição maior de educação em seu sentido lato, humanizante e libertador do próprio sentido de ser no mundo. (TRABALHO, 2019, p. 24, apud FAZENDA, 1994, pp. 69-70).

A partir dessa afirmação conclui-se que o Projeto Pedagógico espera que os alunos se adequem às mudanças do mercado e estejam aptos a fazer parte da reestruturação produtiva por meio de uma interdisciplinaridade nos cursos. Dardot e Laval (2016) tratam sobre esse tema ao mostrar que palavras como “*criar, ir além e inovar*” que aparecem nesse trecho mostram essa tendência neoliberal de formação de um sujeito empresarial e empresa de si mesmo que busca o desempenho e a adaptação constantemente. Segundo Dardot e Laval (2016), existe a necessidade em se criar um indivíduo empreendedor schumpeteriano que mesmo trabalhando para alguém irá se sentir como um “colaborador” ao procurar inovar e trabalhar para melhorar o desempenho da empresa em que trabalha e da empresa de si mesmo. Mostrando assim, reflexos da ideologia neoliberal. A partir disso busca se formar um indivíduo “flexível”, participativo, polivalente, pró-ativo, etc.

A partir do apontamento da autora Ivani Fazenda o Projeto discorre que:

um trabalho interdisciplinar aponta para a construção de um ambiente adequado a uma formação participativa, originado na formação do sujeito social, conduzindo-o à articulação entre saber, conhecimento e vivência. [...] Assim, adotando uma postura interdisciplinar, o professor envolve e instiga o aluno para as mudanças na busca do saber. (TRABALHO, 2019, p.24).

A partir do momento que é mostrada a importância da interdisciplinaridade é importante ressaltar que de acordo com estudos de Mangini e Miotto (2009) o debate e a defesa da interdisciplinaridade não foram impulsionados somente pelo mundo acadêmico, mas também pelo mundo do trabalho (MANGINI; MIOTTO, 2009). Esses autores mostram o que este trabalho vem explicando sobre a reestruturação produtiva que impactou a ordem econômica mundial. O capitalismo em crise na década de 1970 trouxe a ideia da interdisciplinaridade como um meio para resolver os problemas da formação excessivamente especializada dos trabalhadores sob o modelo taylorista/fordista. Nesse modelo os trabalhadores são separados em funções específicas e se concentram em poucas tarefas simplificadas, isoladas e rotineiras. Em contraposição, foi defendido o modelo toyotista, em que é produzido somente o necessário, trocando a padronização pela diversificação, prescindindo

assim de trabalhadores mais qualificados, participativos e polivalentes, ou seja, aptos a trabalhar em mais de uma função. Essa mudança de paradigma também já foi evidenciada nesse Projeto Pedagógico ao se criticar a forma com a qual os trabalhos eram conduzidos no governo Agnelo. A ampliação de cursos também exemplifica essa busca pela interdisciplinaridade. O Toyotismo que já foi mostrado nesse trabalho age como uma forma de impulsionar o capitalismo por isso possui uma base ideológica liberal/neoliberal. E de acordo com esses autores ainda é muito valorizado nas escolas de administração. Por conta desses movimentos, a interdisciplinaridade tornou-se palavra de ordem nas últimas décadas, também no mundo do trabalho (MANGINI; MIOTO, 2009). Essas afirmações reforçam o fato de que a ideologia neoliberal se reflete e influencia nas práticas e nas decisões que ocorrem no âmbito da Fábrica Social.

Já a transversalidade de acordo com o Projeto “*se faz presente no currículo por meio da reflexão e debate de temas relevantes e atuais na sociedade*”. (TRABALHO, 2019, p.24).

6.8. Eixo integrador: o mundo do trabalho

De acordo com o Projeto de 2019, o eixo integrador é o mundo do trabalho. Como pode ser observado no seguinte trecho:

O mundo do trabalho é chamado de eixo integrador por estar relacionado às áreas de atuação dos cursos e diz respeito aos conhecimentos necessários ao desempenho profissional dos cursos eleitos dando ênfase ao saber-fazer e saber-ser exigidos por postos profissionais ou de trabalho em uma ou mais áreas correlatas. Espera-se que, nas atividades de formação, seja promovida a educação sócio profissional, relacionando-se teoria e prática, de modo a promover uma qualificação pautada na experiência concreta do aluno com a área de atuação do curso escolhido. (TRABALHO, 2019, p.25).

Segundo Dardot e Laval (2016), para o neoliberalismo o indivíduo deve aprender com a prática quando está inserido em um sistema concorrencial de busca pela melhor informação e esse sistema deve moldá-lo para que ele se torne cada vez mais capacitado e com um melhor desempenho. Os conceitos “*saber-fazer e saber-*

ser” evidenciam esses reflexos neoliberais implantados pelo Toyotismo. Há, ainda, uma perversidade implícita na palavra “*saber-ser*”, pois qual seria a definição desse “*ser*”? Esse “*ser*” é um indivíduo que age de acordo com o sistema capitalista e neoliberal e é funcional em relação ao mercado de trabalho? Ou crítico e reflexivo sobre o seu contexto e capaz de operacionalizar as condições de desenvolvimento pessoal. E a análise questiona se é a partir disso que os temas transversais presentes nesse Projeto, que discorrem sobre a “*Cidadania*”, seriam, em verdade, usados para moldar os indivíduos em um “*ser*” no neossujeito. Com isso, o conceito de “*Cidadania*” estaria sendo utilizado para moldar indivíduos, primeiramente qualificando-os como os que “*não são*” e, posteriormente, caracterizando o ser por sua funcionalidade no sistema. Todavia, não está explícito quem são essas pessoas que “*não são*”.

6.9. Eixos Transversais

Após o eixo integrador, o Projeto Pedagógico apresenta os eixos transversais que também são de suma importância para o entendimento do programa e os reflexos ideológicos no mesmo. Segundo o Projeto: “*Os eixos transversais englobam as competências, as habilidades e os conhecimentos gerais essenciais para o mundo do trabalho e para a construção da cidadania.*” (TRABALHO, 2019, p.25). Fica entendido que se busca o que o mercado e o mundo do trabalho estão precisando e serão feitas poucas abordagens que se distanciam da ideologia dominante que é a liberal/ neoliberal.

6.9.1. Cidadania, ética e direitos humanos

O primeiro eixo transversal é o eixo da “*Cidadania, ética e direitos humanos*”. Segundo o Projeto:

esse grupo de temas relaciona-se ao desenvolvimento integral do sujeito, contemplando as competências e habilidades práticas de relacionamento interpessoal, ao reconhecimento de si mesmo e do outro como sujeitos com direitos e obrigações, tanto no ambiente de trabalho quanto em outros espaços de configuração social. Busca oportunizar ao aluno o entendimento dos princípios de conduta universalmente compartilhados capazes de sustentar o peso da diversidade de culturas, costumes, visões de mundo, convenções e comportamentos próprios das diversas sociedades. (TRABALHO, 2019, p.26).

A partir disso a análise dos reflexos ideológicos mostra que existem novamente duas abordagens.

A primeira é uma abordagem neoliberal que é evidenciada por Dardot e Laval (2016). Segundo Dardot e Laval (2016), as qualidades que devem ser desenvolvidas pelo sujeito remetem a um universo social em que a “apresentação de si mesmo” é um desafio estratégico para a empresa em que o indivíduo trabalha e para a empresa de si mesmo. Se o indivíduo deve ser “aberto”, “síncrono”, “positivo”, “empático”, “cooperativo”, não é para a felicidade dele, mas sobretudo e em primeiro lugar para obter do “colaborador” o desempenho que se espera dele. Portanto, existe uma alienação ao se obter do trabalhador o que se espera dele e não o que ele precisa. O “*saber-ser*” mostrado anteriormente mostra que esses conceitos são utilizados para moldar os indivíduos em replicadores da ideologia neoliberal.

A análise desse trabalho mostra que a intenção é se criar indivíduos “colaboradores” que irão trabalhar para o sistema capitalista, seja de forma terceirizada, informal ou autônoma. A cidadania é mostrada como algo necessário ao trabalhador. Porém, a questão que fica é: esses trabalhadores já não são cidadãos de acordo com a lei?

De acordo com Gruppi (1980), John Locke em seus trabalhos mostra que o cidadão surge após a criação do *habeas corpus* que transformam o “súdito” de uma sociedade feudal em um cidadão com direitos e à prova de medidas coercitivas e repreensivas arbitrárias do rei. Já segundo Emmanuel Kant, existe a distinção entre dois tipos de cidadãos, os independentes e os não-independentes. Os proprietários são os independentes e eles podem exprimir as suas opiniões políticas e decidir os rumos da política. Já os não-independentes são os servos dos proprietários e estes não podem ter direito de voto e serem eleitos. Esse critério político e social norteia toda a concepção liberal e é o alicerce do liberalismo. Para Kant apenas é livre quem é proprietário. E a soberania que deveria ser do povo é negada a esse e é exercida apenas por uma parte do povo. A relação inseparável entre propriedade e liberdade é a essência do liberalismo.

Segundo Gruppi (1980), para os democratas os indivíduos são seres iguais que devem ser iguais de fato para exercerem suas vontades e para os liberais

os indivíduos eram iguais como homens, mas não eram iguais como cidadãos. Para exemplificar, de acordo com o liberal Benedetto Croce, a liberdade de movimento e de competição não tem a ver apenas com as forças econômicas, mas também tem a ver com as capacidades de cada indivíduo. Portanto, segundo mostra Gruppi (1980), em uma democracia burguesa todos são declarados iguais perante a lei, pelo fato de que os cidadãos possuem direitos jurídicos que os deixam iguais perante qualquer outro cidadão não importando a classe social, etnia ou gênero.

Porém, para Marx essa igualdade jurídica possui o objetivo de separar a vida jurídica da vida econômica do indivíduo. Para Marx essa igualdade jurídica de que todos são iguais perante a lei é abstrata, pois na realidade um indivíduo que é operário de uma fábrica não é possuidor dos mesmos direitos que o patrão dessa mesma fábrica, no âmbito fabril o operário deixa de ser cidadão. Portanto, a formação de um cidadão é uma hipótese jurídica e não uma evidência de fato. Para Marx, o indivíduo só se torna livre quando vive em sociedade. Portanto, o individualismo que prega o liberalismo não é a maneira mais adequada para se conquistar a verdadeira liberdade do indivíduo. Para Marx, a liberdade vem da cooperação, da solidariedade e do trabalho coletivo. É preciso passar da figura do cidadão à do companheiro. Como mostra Gruppi (1980), segundo Marx, *“Para reconquistar a unidade do homem é preciso superar esse dualismo, essa separação entre homem e cidadão.”*

Após essa conceituação sobre o que é a cidadania para os liberais e para os socialistas a outra questão que fica é: Qual o motivo de se invocar por diversas vezes essa cidadania nos Projetos Pedagógicos? De acordo com esse trabalho, o motivo é implícito e já foi mostrado como necessário ao mercado. Essa cidadania é a necessidade de se formar indivíduos preparados para o mercado que não carreguem com si as mazelas criadas pelo próprio sistema. Ou seja, as mazelas como a baixa educação, má comunicação, português defasado, etc. criados pela falta de incentivo ao ensino básico no Brasil e a exclusão criada pelo capitalismo desigual. Portanto, a cidadania neste Projeto também aparece como algo segregador se for analisado o reflexo ideológico do liberalismo, alguns a possuem enquanto outros não, e esse Projeto pode estar indicando que pessoas em situação de vulnerabilidade social não são cidadãs e precisam conquistar uma cidadania mostrando assim, reflexos das ideologias liberais. Ironicamente, a ideia apresentada é de que o trabalhador conheça todos os processos da produção com o intuito de que ele não seja alienado, porém,

como mostrado anteriormente, ele ainda continuará alienado, pois não entenderá o seu real papel na sociedade. Ou seja, um papel de base fundamental para o funcionamento do sistema capitalista e que sem esse trabalho o sistema não funciona.

A segunda é uma abordagem mais social que respeita a diversidade e se vincula mais à ideias de esquerda, que consideram as minorias que compõe as camadas mais precarizadas da população e busca apoiar suas causas para que se tenha uma homogeneidade socioeconômica.

6.9.2. *Educação para sustentabilidade*

Já o segundo eixo é o da “*Educação para sustentabilidade*”. Segundo o Projeto, o eixo é um:

percurso para exercer ações e atitudes de consciência crítica sobre as questões ambientais, construindo possibilidades para se alcançar um modo do ser humano preservar o meio ambiente com a utilização de conceitos e fundamentos sociológicos básicos. [...] propósito comum de produtividade e qualidade de vida das pessoas, em que mudanças e transformações devem ocorrer em uma convivência sustentável com os sistemas ecológicos locais, desenvolvendo novas técnicas produtivas, com positivas implicações ética, econômica e social. [...] através de ações de reduzir, reutilizar e reciclar. (TRABALHO, 2019, p.26).

Ainda que, na América Latina, a pauta socioambiental seja vinculada com a esquerda, também é uma bandeira defendida pelas grandes empresas por meio do discurso da “sustentabilidade ambiental”. O trecho citado remete ao conceito de “economia verde” que tem como imperativos “reduzir, reutilizar e reciclar” e pauta um sistema de certificações que indicam os padrões ambientais de produção para que as empresas inovem em seus processos produtivos. A certificação das práticas de inovação ambiental não é, portanto, uma limitação ao neoliberalismo pois dirige a competitividade das empresas. O trecho do eixo “Educação para a sustentabilidade” voltado para uma visão de mundo pautada pelos cuidados com o meio ambiente, não se insere claramente no contexto socioeconômico dos beneficiários do programa.

6.9.3. *Empreendedorismo e negócios*

Já o terceiro tópico trata sobre o tema de “*Empreendedorismo e negócios*”. Segundo o Projeto, nesse tópico:

relacionam-se às competências de autogestão, de empreendimento, de trabalho em equipe, dentre outras. [...] estimular e incentivar a formação de gestores, com vistas ao mercado de trabalho e à gestão do próprio negócio. [...] visando à capacitação/qualificação profissional, ao oferecimento de microcrédito e à gestão do próprio negócio, através do desenvolvimento de conhecimentos, competências e de capacidades nas áreas do Cooperativismo, do Associativismo Produtivo, do Empreendedorismo, da Economia Solidária, do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios. (TRABALHO, 2019, p. 26-27).

Esse é um tópico importante para se entender os reflexos da ideologia neoliberal por vários motivos que serão mostrados a seguir. No início da Fábrica Social, durante o governo Agnelo, o objetivo da Fábrica era capacitar pessoas em situação de vulnerabilidade que depois de qualificadas poderiam ser encaminhadas para outros programas do governo relacionados ao micro empreendedorismo. Esse fato pode ser observado nas primeiras leis da Fábrica Social que foram apresentadas anteriormente.

Após a mudança de governo e de paradigmas se buscou a utilização do empreendedorismo como forma alternativa de geração de renda e esse tópico passou a ser um eixo transversal e passou a se observar um objetivo de maior incentivo à essa prática e que de acordo com esse Projeto se apresenta no horizonte desse programa. O próprio governador Rollemberg no seu plano de governo “*Casa Arrumada, Hora da Virada*” de 2019-2022 evidencia que o objetivo dele para esse período de governo era que a Fábrica Social se transformasse em um “*grande centro de formação e fomento ao empreendedorismo*” (TSE, 2018, p.36). Além de que em suas entrevistas durante visitas à Fábrica esse objetivo de fomento ao empreendedorismo foi ressaltado em várias oportunidades tanto pelo governador, como pelos responsáveis pelo Programa. Para exemplificar isso, o presente trabalho analisou publicações em sítios eletrônicos de jornalismo que serão mostradas a seguir:

Na data de 12/07/2017, o *Jornal Correio Braziliense* publicou uma reportagem com o título, “*Governador visita Fábrica Social e promete avaliar mudança no programa*”, e subtítulo, “*Na ocasião, o governador se comprometeu a avaliar a mudança do estatuto da Fábrica Social, para que a instituição abrace projetos de incentivo à criação de pequenos negócios.*”. Nessa publicação o texto mostrou que: “*Durante a visita, o governador se comprometeu a avaliar a mudança no estatuto da Fábrica Social, a fim de favorecer a formação de cooperativas de alunos. Pretende-se que os estudantes tenham aulas de administração empresarial, para desenvolverem autonomia na formação de novos negócios.*” (BRAZILIENSE, 2017). Portanto, essa publicação mostra que o governador tinha como objetivo usar de sua competência para mudar o viés e o estatuto da Fábrica Social. Com isso, nota-se que mudanças políticas e ideológicas possibilitam o desvirtuamento e o direcionamento de políticas sociais a fim de que se atinja algum viés ideológico próprio ao Partido e/ou à conjuntura econômica mundial.

Já no dia 31/08/2017 o sítio eletrônico da *Agência Brasília* fez uma publicação com o título “*DF ganha Centro de Economia Popular e Solidária*”, esse Centro foi criado durante o governo Rollemberg e esse governador se baseou na crise econômica para criar esse Centro de fomento ao empreendedorismo. Como mostra a seguinte passagem: “*Em um momento de crise econômica como este, milhares de pessoas sobrevivem da economia solidária. Ter um centro de formação e de comercialização desses produtos vai contribuir para produzir renda e criar empregos*”. (PÁDUA, 2017). Portanto, fica claro que a crise econômica mundial é um dos principais motivos para que se tenham essas práticas de fomento ao empreendedorismo. A questão que fica é: ou os formuladores das políticas estão utilizando desses contextos de crise como uma prerrogativa para implantar seus vieses ideológicos, ou realmente essa foi identificada como uma das melhores saídas para as pessoas em situação de vulnerabilidade e a partir de dados bem embasados se está utilizando do empreendedorismo como forma alternativa de geração de renda.

Já no dia 27/11/17, a publicação feita pelo sítio eletrônico da Secretaria do Trabalho mostra que o governador Rollemberg fez nova visita à Fábrica Social e discursou o seguinte: “*O nosso objetivo agora é aliar isso (ensino profissional aliado às práticas empreendedoras) com programas de financiamento, como o Prospera, para que essas pessoas tenham o recurso para comprar os equipamentos e exercer*

a profissão que aprenderam aqui". Mostrando, mais uma vez, o objetivo de fomento ao empreendedorismo do Rollemberg. (PERA, 2017).

Em outra publicação feita no sítio eletrônico da Secretaria de Desenvolvimento Social, no dia 28/03/18, o recorte feito para análise do presente trabalho foi o seguinte:

Para a secretária de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Ilda Peliz, a qualidade dos cursos é fundamental para o desenvolvimento de profissionais em Brasília. *"O mercado escolhe os melhores, e investimos na Fábrica Social para que os alunos sejam os melhores."* Também no evento, a secretária de Projetos Estratégicos, Maria de Lourdes Abadia, reforçou que a Fábrica Social tem outro papel: *"desenvolver uma visão empreendedora da população"*. (OLIVEIRA, 2018).

Desse recorte, conclui-se que tanto o governador quanto as secretárias dos órgãos apresentados possuem o objetivo em comum de fomento ao empreendedorismo. A primeira fala evidencia o fato de que a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal por meio do mercado necessitam de indivíduos com alto desempenho que busquem a aprimoração pessoal para se tornarem profissionais de excelência. E é a partir disso que o Projeto Pedagógico é desenhado e formulado, ou seja, com o intuito de servir ao mercado e ao sistema capitalista.

Por último, o mesmo sítio eletrônico da Secretaria de Desenvolvimento Social publicou no dia 05/04/2018 uma reportagem sobre o Programa Fábrica Social. Nessa publicação, o presente trabalho fez o seguinte recorte:

Ilda Peliz adiantou a ideia de algumas parcerias sustentadas com os microcréditos, como o Prospera. *"Temos de buscar entre estas pessoas, que hoje se formam, as que têm o espírito empreendedor de ir à luta e vamos oferecer a elas cursos como o do IESB, na área de Designer de Modas. Podemos dar o caminho e já faz a diferença se pudermos ajudar uma pessoa"*, destacou Ilda. *"Quantas pessoas temos aqui que podem prosperar e não só buscar empregos mas, com nossos incentivos, oferecer empregos e contar com a ajuda, por exemplo, do grupo Mulheres do Brasil, que tem ministrado*

cursos de empreendedorismo aos alunos. Vamos visitar empresas, indústrias, e apresentar a Fábrica, para que possam dar cursos de especialização conforme suas exigências e aproveitar esses empresários de amanhã”, concluiu a Secretária.” (MIANI, 2018).

Essas são falas feitas pela ex-Secretária Ilda Peliz da antiga Sedestmidh que o presente trabalho considera como segregadora e com reflexos da ideologia neoliberal, pois essa fala prioriza apenas pessoas que possuem uma visão empreendedora e que “vão à luta”. O “culto” ao indivíduo que busca o desempenho e que não fica inerte frente as necessidades é evidenciado nessa passagem. O objetivo de replicação de um sistema concorrencial também é explicitado ao se buscar pessoas que não buscam apenas “empregos”, mas que também empreguem e se tornem empregadoras. Ao final, a frase “*empresários de amanhã*” mostra que a formação do neossujeito que é empresa de si mesmo é o objetivo desse Programa durante o período em questão. Porém, os questionamentos que surgem nesse trabalho envolvem o contexto específico e a extrema fragilidade socioeconômica dos beneficiários que, tratados como empreendedores, abdicam de direitos e garantias do estado de bem-estar. A falta de clareza deixa lacunas que podem ser entendidas como uma tentativa de ideologização neoliberal no âmbito da Fábrica Social e como uma priorização de práticas empreendedoras tanto de produtos, como de serviços.

Esses fatos refletem a formação do sujeito empresarial e neoliberal apresentados por Dardot e Laval (2016) e refletem o contexto histórico e mundial de crise e de incentivo à flexibilização do trabalhador em sua necessidade de superar essa crise e de se inserirem em um contexto concorrencial. Além de que refletem, segundo os mesmos Dardot e Laval (2016), na formação de uma sociedade empresarial aos moldes ideológicos neoliberais, para esses autores o mundo sob o aspecto ideológico neoliberal caminha para a formação dessa sociedade de empreendedores, onde todas as relações, inclusive as relações entre o Estado e a sociedade, se dão a partir de um valor mercantil e contratual. Quando se fala em “*formação de gestores*” esses gestores podem ser, em verdade, replicadores desse sistema neoliberal, desigual, excludente e que visa o lucro. Por isso, constata-se uma contradição entre o fomento ao empreendedorismo e o viés social do programa Fábrica Social.

Ainda sobre esse tema, segundo Antunes (2020), existe um estímulo a um “falso empreendedorismo” como forma de ocultamento do trabalho assalariado com o real objetivo de que esse trabalho passe a ser desprovido de direitos do trabalho por meio da terceirização e da informalidade.

A origem desse mito é a divisão mercantil do trabalho que opõe os indivíduos como proprietários privados isolados, e que estabelece o mercado como arena oficial do intercâmbio comunitário, como uma praça de circulação dos frutos do trabalho. Dessa divisão do trabalho, a ideologia abstrai uma relação distorcida entre trabalho e propriedade, entre produção e apropriação. John Locke afirma que o indivíduo, ao despendar labor sobre um objeto da natureza, adquire imediatamente o direito de tomá-lo como propriedade privada, excluindo-o do acesso pelos demais. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, diz Locke (LOCKE, 2001, p.98 apud BIONDI, 2017, p.101), nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade.

Nesse sentido, o trabalho converteu-se ideologicamente em fonte da propriedade e da própria dignidade do indivíduo. “*O trabalho enobrece*”, segundo mostra o ditado popular. Existe uma ideologização no sentido de que o trabalho se desprenda do assalariamento e ganhe uma noção de “ocupação”. O Projeto Pedagógico de 2021 também mostra explicitamente que existe uma mudança de conceito de “emprego” para “trabalho”. Existe um desvirtuamento do sentido do trabalho e do incentivo a criação de “empresas de si mesmo” que devem buscar constantemente se adequar ao mercado ao se capacitarem e buscarem ocupações temporárias. O presente trabalho constatou no âmbito da Fábrica Social um incentivo à noção de um empreendedorismo de serviços, de ocupações temporárias. E isso evidencia reflexos do aumento da informalidade e da rotatividade no mercado de trabalho que foram intensificadas após a desertificação neoliberal. A mudança de paradigma no âmbito da Fábrica Social surge a partir da intensificação do setor de serviços no Brasil e no mundo e da reestruturação produtiva. Esse setor foi intensificado baseado na ideologia neoliberal que tem a intenção de transformar o mercado do trabalho em uma arena de competição onde não se existe nenhuma regulamentação e as relações trabalhistas são feitas entre empresas. É por isso que existem os incentivos à terceirização, à flexibilização das leis trabalhistas, à

interdisciplinaridade na educação profissional, o incentivo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, etc. Todos com reflexos da ideologia neoliberal. O empreendedorismo nessa nova ótica passa a não ser fundamentalmente a troca e venda de produtos físicos visando o lucro, mas também o empreendedorismo dos serviços e das formas de trabalho que antes se davam de forma assalariada.

Nessa construção ideológica é graças ao trabalho que o indivíduo se torna capaz de, contra quaisquer adversidades, superar os obstáculos e ascender socialmente. Isso remete ao fato de que, Frederick Douglass, um dos primeiros entusiastas da imagem do “*self-made man*”, destacou o trabalho em um discurso no ano de 1893. Este autor afirmou o seguinte: “*Minha teoria dos self-made men é, pois, simplesmente isso; que eles são homens de trabalho. Se tais homens adquiriram ou não excelência material, moral ou intelectual, o trabalho honesto buscado fiel, firme e persistentemente é a melhor, se não a única, explicação de seu sucesso*” (DOUGLASS, 2016, p. 344, apud BIONDI, 2017, p.102).

Contra a propagação dessa ideologia, todavia, Karl Marx constatou que o trabalho não promove o êxito pessoal, nem gera propriedade para quem se dedica a ele. Sob a ótica do capitalismo, trabalho e propriedade estão em polos opostos, já que a propriedade se configura como meio de extorsão de excedente oriundo do trabalho alheio. Para exemplificar isso, Marx afirmou o seguinte:

Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa suposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e estas só podem ser produzidas com trabalho. Agora, do lado capitalista, a propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou do seu produto e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto do seu trabalho. A dissociação entre a propriedade e o trabalho se torna consequência necessária de uma lei que, claramente, derivava da identidade existente entre ambos. (MARX, 2009, p. 681-682, apud BIONDI, 2017, p.102).

Disso podemos reafirmar o fato de que o incentivo ao

empreendedorismo, em verdade, é uma tentativa de se replicar e normalizar as formas de exploração desse sistema concorrencial atual que tem a ideologia neoliberal como sua principal balizadora.

Pode-se afirmar então que existe um “fetichismo do trabalho” que completa a mistificação mercantil liberal, e que está associada à forma misteriosa da mais-valia, cuja extração é encoberta pela igualdade jurídica do contrato de trabalho por meio das terceirizações a partir da propagação da ideologia ao incentivo de empresas de si mesmo.

Por conta disso, ideologicamente, o trabalho adquire não apenas uma característica mistificadora, como também se torna um valor moral, contemplando um senso de responsabilidade individual que situa o trabalhador como responsável direto por seu destino no mercado de trabalho, como alguém que terá sucesso ou fracasso a depender do empenho que empregar na atividade profissional. E que deve correr riscos como em qualquer outra área de sua vida. Esse senso moral também condena o ócio e a preguiça de quem não se lança à procura de emprego ou de serviço, todavia exclui-se de sua reprovação, ironicamente, o ócio do capitalista burguês da classe dominante que vive do parasitismo a partir da usurpação do trabalho alheio. Na ideologia do trabalho, assim, está enraizado o chamado ao esforço pessoal. (BIONDI, 2017). Todos esses fatos também são mostrados por Dardot e Laval (2016) quando é mostrado o culto ao desempenho em um sistema concorrencial.

José Aparecido dos Santos (2014) segue a mesma linha ao afirmar que o empreendedorismo é uma ideologia pautada na ideia de que cada indivíduo pode se sustentar por si próprio e que basta um pouco de dedicação, desempenho, um pequeno capital e alguma qualificação técnica para que qualquer indivíduo se transforme em um empresário, um capitalista emergente. Para esse autor, essa ideologia assumiu roupagens de política pública a partir dos anos 1980. E um exemplo disso foi a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Microempresas (Sebrae), pelo artigo 8º da Lei 8029, de 12.04.1990 (BRASIL, 1990c, apud SANTOS, 2014), combinado com o Decreto 99570, de 09.10.1990 (BRASIL, 1990ª, apud SANTOS, 2014). Para esse autor, este é um órgão autônomo cuja principal atividade tem sido a de ensinar os indivíduos a se tornarem empreendedores. (SANTOS, 2014)

É a partir desse contexto empreendedor, que principalmente a partir do

início do século XXI, é apresentado um maior incentivo à economia solidária. Essa terminologia, economia solidária, pode servir para designar práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal, tais como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura, etc., abrangendo ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas onde o sentido de coletividade deve ser focado, provocando assim a solidariedade na produção da atividade econômica, propriamente (BARBOSA, 2008, apud SANTOS, 2014). Essas práticas também são incentivadas no Projeto Pedagógico da Fábrica Social. Todavia, como mostra Santos (2014), embora seja verdade que uma parte do movimento da economia solidária aponte “*para a formulação de uma nova cultura do trabalho tendo o trabalho como mediação educativa de novas práticas e subjetividades centradas no homem e em sua emancipação*” (BARBOSA, 2008, p. 109, apud SANTOS, 2014, p.158), é certo que essa educação empreendedora que acaba levando para a situação de precarização muito raramente consegue contentar seus participantes, ou dar a eles alguma estabilidade emocional e econômica. Por isso, segundo Barbosa (2008), é comum os respectivos educadores, geralmente remunerados direta ou indiretamente pelos cofres públicos, surpreenderem-se com a manifestação do desejo desses autônomos de retornarem à “prisão” da carteira assinada. É quase impossível criar práticas econômicas coletivas se o fundamento ideológico desse processo está fincado no individualismo empreendedor, na precarização de todo trabalho e na mercantilização continuada de todo espaço vital.

Seguindo o mesmo raciocínio, Prandi (1978, apud SOUSA, 2017) analisa a categoria do “trabalhador por conta própria”, identificados por ele como de pouca qualificação e com condições de vida instáveis e precárias. Para Prandi, esses trabalhadores, excetuados certos tipos de trabalho autônomo que exigem especialização (médicos, advogados, psicólogos, entre outros), encontram-se em situação de vulnerabilidade em face da exclusão que sofreram do mercado de trabalho formal e assalariado, além da constante ameaça de ter suas atividades absorvidas pela dinâmica capitalista em um mundo concorrencial e desigual. Esses trabalhadores sem carteira assinada dedicam-se principalmente à produção de bens e serviços, são em sua maior parte pouco qualificados e compõem uma força de trabalho esporádica e temporária (KON, 2004, apud SOUSA, 2017). Antunes (2020) também aborda o tema das “falsas cooperativas” criadas com o intuito de se extrair a mais-valia.

Todas essas variáveis levantadas anteriormente sobre o tema do empreendedorismo mostram que maiores estudos devem ser realizados no âmbito da Fábrica Social para se concluir quais as melhores alternativas de geração de emprego e renda para essas pessoas em situação de vulnerabilidade social. De acordo com esse trabalho, a escolha de práticas apenas por conta de mero uso ideológico dos governantes e dos formuladores das políticas públicas pode levar a consequências desastrosas nas vidas das pessoas que passam pela Fábrica Social.

6.10. Indicadores teórico-metodológicos do programa

O tópico seguinte discorre sobre os “*Indicadores teórico-metodológicos do programa*”. O primeiro recorte para análise desse tópico mostra que segundo o Projeto “*a metodologia da Fábrica Social se baseia nas experiências individuais considerando que essas pessoas advêm de espaços de relações sociais, econômicos e culturais que lhes possibilitam agregar conhecimentos de vida e de trabalho*”. (TRABALHO, 2019, p.27-28). A partir disso, a análise desse trabalho mostra que esse recorte possui um viés neoliberal ao mostrar novamente a escolha pela abordagem da subjetividade e ao se evidenciar o fato de que o indivíduo é moldado na prática, como mostram Dardot e Laval (2016). Vale lembrar que essa prática para o público-alvo desse Programa advém de uma realidade de vulnerabilidade social e mazelas sociais.

Outro recorte interessante para análise é que se reconhece que “*Embora muitos desafios se apresentem, entende-se que a educação profissional apresenta a possibilidade de transformação social do sujeito e do ambiente ao qual pertence*.” (TRABALHO, 2019, p.28). Essa afirmação mostra que existe uma preocupação em relação à educação profissional. Isso pode ser levado em consideração, pois as agendas governamentais federais atuais que estão sob o comando de ideologias de direita estão priorizando os cortes de gastos nas áreas de educação e ciência. E com isso, negligenciando a formação profissional e o consequente desenvolvimento econômico brasileiro.

Após isso, o recorte realizado para análise é o seguinte:

Nesse sentido, a identidade do Programa Fábrica Social é construída ao longo de sua existência, formulando soluções aos desafios encontrados e amparando-se nas relações que são construídas com todos os atores envolvidos, tendo como base os princípios e métodos que devem embasar as ações cotidianas. Desse modo, os princípios e valores da Fábrica Social expressam: Gestão participativa, transparente, descentralizada e planejada; Qualidade, coerência e eficácia nos processos e nas ações; Racionalidade na utilização dos recursos; Valorização e capacitação dos profissionais; Justiça, equidade, harmonia e disciplina nas relações de trabalho; Compromisso socioambiental; Respeito à biodiversidade, à diversidade étnico-ideológico-cultural e aos valores humanos.

As atividades de formação e de capacitação profissional devem primar por: Excelência na formação integral do cidadão; Respeito às individualidades dos sujeitos; Equilíbrio nas dimensões conceituais; Excelência no padrão de qualidade no que se refere à teoria e à prática. (TRABALHO, 2019, p.28).

Desse recorte a análise dos reflexos ideológicos mostram que a Fábrica Social é construída a partir das mudanças na sociedade e para superar os desafios criados pela sociedade com a preocupação com diversos grupos sociais que a compõem.

O segundo parágrafo desse recorte anterior, entretanto, mostra reflexos da ideologia neoliberal ao novamente se invocar a individualidade do sujeito, a excelência no padrão de qualidade se remetendo ao culto ao desempenho neoliberal e a formação integral do cidadão para que ele se torne um “colaborador” polivalente e completo que sirva para o sistema capitalista.

Após isso o Projeto mostra que:

a práxis pedagógica da Fábrica Social se baseia: 1) Na relação entre teoria/prática, desenvolvida por meio da interdisciplinaridade e da transversalidade, oportunizando aos alunos conhecimentos teóricos e habilidades práticas, éticas e de relação interpessoal, de modo que sejam capacitados a atender as exigências da sociedade e do mercado de trabalho; [...]; 3) No incentivo a atitudes relacionadas com a busca criadora da solução de problemas, acentuando a importância da flexibilidade de estruturas mentais que assegurem a receptividade às mudanças e à modificação da conduta técnico-pessoal-social do profissional das diversas áreas contempladas pelos cursos oferecidos pelo Programa. (TRABALHO, 2019, p.29).

Desses recortes a análise mostra novamente a necessidade de aprendizagem a partir da prática dentro do sistema concorrencial para que os alunos se moldem e evoluam cada vez mais sempre lembrando o fato de que eles são empresas de si mesmo e essa empresa-pessoa deve evoluir a cada dia para se adequar ao mercado e à realidade em que se está inserida a fim de que aumente o seu valor mercantil. Novamente, o Projeto se remete à interdisciplinaridade e transversalidade. A práxis “3)” também se refere à ideologia neoliberal quando se busca um indivíduo polivalente, “flexível”, criativo, inovador e que busca mudar a sua realidade. Essa é uma visão schumpeteriana de um empreendedor inovador que já foi abordada no referencial teórico.

6.11. Critério de avaliação de aprendizagem

O tópico seguinte trata sobre os “*Critérios de avaliação de aprendizagem*”. O Projeto discorre que:

A avaliação deve primar pelo desenvolvimento integral do aluno e, para isso, deve ser entendida como um instrumento colaborador e formativo no processo de aprendizagem, partindo de uma prática diagnóstica e processual, dando ênfase aos aspectos qualitativos ao invés dos aspectos meramente quantitativos. Pretende atender a noção de continuidade, de processo, de vida em movimento, para isso, deve conter nas formas de execução ou ensinamentos os meios de desenvolver competências e habilidades do aluno em uma visão construtivista. Avaliação é de competência do instrutor/ professor, conferida pela construção da aprendizagem como processo interativo. Segundo Manéia & Krohling (2012, p. 1.543) o papel da educação se forma “em meio a conflitos, dogmas, ideologias e dúvidas, geradores de angústia. O indivíduo se forma na prática, através de atividades que promovem a transformação social”. (TRABALHO, 2019, p.30).

A partir desse trecho, a análise mostra que esse construtivismo proposto pelo Projeto é uma tese epistemológica que defende o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento. O final desse trecho mostra mais uma vez que o indivíduo se forma na prática em um mundo

concorrencial repleto de conflitos. Mostrando assim a “praxeologia” de Von Mises.

Vale observar que existe um problema ao se mostrar a ideologia como geradora de angústia, essa desideologização é uma pauta que o próprio neoliberalismo prega para dissimular as ideologias conflitantes que buscam a luta de classes e a mudança do status quo. Segundo Sabrina Fernandes (2019, p.188),

a pós-política é um tipo de despolitização que age no campo do senso comum como uma forma de pós-ideologia, na qual assuntos relacionados a status político e econômico são efetivamente gerenciados. Este gerenciamento dá a impressão de que não há luta ou disputa de projeto a ser feita. Isso quer dizer que a disputa influenciada diretamente por posições ideológicas é rejeitada; ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos. A pós-ideologia, é claro, é uma farsa altamente ideológica criada para legitimar tanto posições conservadoras do senso comum. (exemplo: Escola Sem Partido) quanto visões neoliberais de eficiência e governança de mercado sob a presunção de neutralidade (exemplos: propostas do Banco Mundial para serviços públicos).

7. PROJETO PEDAGÓGICO 2021

O trabalho também fez a análise documental do Projeto Pedagógico de 2021. Porém, pelo fato de que uma análise minuciosa como a realizada no Projeto de 2019 demanda um maior número de páginas buscou-se criar um pequeno capítulo para tratar de algumas questões importantes sobre esse Projeto para que o trabalho não fique mais longo do que já está.

Ao longo do estudo desse Projeto de 2021 foi constatado que este possui semelhanças com o de 2019 principalmente no que se refere à formação de um neossujeito polivalente, flexível, aberto, pró-ativo e que se adequa às mudanças no mercado de trabalho e às novas formas de produção após a reestruturação produtiva. Termos como “novos desenhos de organização produtiva” e “novos conceitos técnicos” foram mostrados explicitamente fazendo com que se entenda que o Projeto está alinhado com as necessidades do mercado.

No Projeto de 2021, o empreendedorismo continua tendo um papel de destaque como forma alternativa de inclusão produtiva e existe a necessidade em se

criar um indivíduo empreendedor schumpeteriano que mesmo trabalhando para alguém irá se sentir como um “colaborador” ao procurar inovar e trabalhar para melhorar o desempenho da empresa em que trabalha e da empresa de si mesmo. Soma-se a isso o fato de que a promoção da “Cidadania” também foi identificada como sendo uma formação de um indivíduo “colaborador” como aconteceu durante o Projeto de 2019. O empreendedorismo também aparece como forma de superar a crise do capital. Mais uma vez se reconhece essa crise e a necessidade de uma reestruturação produtiva. Portanto, como se observou no Projeto de 2019 existe um construtivismo feito focado no individual, em detrimento de uma forma coletiva.

Além disso, Projeto se mostrou mais alinhado às novas formas de trabalho que passaram a carregar conceitos como “ocupação” ao invés de “emprego”. Ou seja, busca-se criar indivíduos com diversas competências que procurarão ocupações temporárias. Também foi evidenciado os desafios que a Quarta Revolução Industrial traz pelo fato de que cada vez mais as máquinas estão tomando os postos de trabalho dos trabalhadores.

O Projeto de 2021 também apresentou uma subjetividade própria ao governo em questão visto que foram constatados rompimentos com práticas antigas que não estavam de acordo com o novo tipo de mercado de trabalho atual e foi observado de forma explícita que o Projeto buscou uma idiosincrasia em suas recomendações. Esses fatos evidenciaram a descentralização que ocorre nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Para exemplificar, foi citado o termo “novo modelo de qualificação profissional”; criou-se um eixo formativo comum que irá basear as formas de trabalho na Fábrica Social; e foi evidenciado de forma explícita um rompimento com o Plano de Qualificação Distrital (PQD). Esses fatos são importantes, pois mostram que até nos órgãos públicos se busca uma subjetividade e uma individualidade e isso apresenta características da ideologia neoliberal e da influência do gerencialismo na administração pública.

8. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS/RESULTADOS

Findado o processo analítico referente à identificação dos elementos ideológicos presentes nos Projetos Pedagógicos e no marco regulatório referentes à Fábrica Social, como também nos sítios eletrônicos que dispuseram sobre a Fábrica

Social e dos planos de governo dos governadores do Distrito Federal quando estes discorreram especificamente sobre a Fábrica Social e sobre políticas públicas de trabalho, emprego e renda. O presente trabalho reapresentará e sistematizará de forma sucinta as descobertas analíticas e os resultados analíticos para que se tenha uma compreensão geral do que foi abordado e sobre os temas correlatos.

Quanto ao marco regulatório, o trabalho apresentou que a Fábrica Social foi concebida a partir da implantação do Plano de Superação de Extrema Pobreza no Distrito Federal - “DF Sem Miséria” feito durante o governo Agnelo e que tem como principal objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade no DF. Visto que, mesmo sendo a capital do país ainda sofre por conta de mazelas sociais e do aumento do desemprego intensificados pelas crises do capital que foram baseadas em ideologias neoliberais.

Após isso, foi evidenciado as leis que dispuseram sobre a Fábrica Social e que discorreram sobre seus objetivos, suas regulamentações internas, as formas de trabalho, as formas de pagamento dos auxílios aos alunos, os cursos disponibilizados, a carga horária, tempo máximo de permanência no programa, etc. Durante a elucidação dessas leis o trabalho apresentou os vieses ideológicos que foram tanto um viés social que foi considerado o principal pelo fato de que o programa é voltado à redução da desigualdade, a um público-alvo de pessoas em situação de extrema pobreza, à capacitação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social e à inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, como também reflexos da ideologia neoliberal e social-liberal que influenciaram em determinados artigos e portarias, pois estas normas procuraram se adequar ao mercado de trabalho e à economia capitalista que é baseada pela ideologia neoliberal.

Também foi analisada a Portaria que implementou trabalhos durante a pandemia da COVID-19 e o trabalho identificou tanto um viés ideológico social pelo fato de que o governo agiu para o benefício da população ao buscar garantir o auxílio de pessoas que ficariam inabilitadas durante a crise e ao garantir que essas pessoas possam trabalhar e receber auxílios por seus trabalhos, como também um reflexo do capitalismo que durante as crises precisa da classe trabalhadora para aumentar a produção e por consequência causando uma superexploração no trabalho visto que essas pessoas deveriam estar se resguardando em suas casas quando, ao contrário, estão se expondo em ambientes com aglomerações e produzindo para atender as

demandas de produção.

Após essa Portaria, o presente trabalho apresentou a Portaria Nº 19, de 05 de setembro de 2019 que dispôs sobre implementação dos Projetos Pedagógicos e mostrou a importância destes para o andamento da Fábrica Social. Nesta Portaria constatou-se um reflexo ideológico neoliberal, pois o fato de que os Projetos Pedagógicos tenham que ser periodicamente revistos e modificados pode indicar que a modernização do mercado e do mercado de trabalho que estão baseados em ideologias liberais e neoliberais influenciam diretamente nos dispositivos do Projeto Pedagógico. A chamada Quarta Revolução Industrial que possui como características a disrupção e as inovações constantes influencia e influenciará cada vez mais as mudanças nos Projetos Pedagógicos e a condução da Fábrica Social.

Concluída a rerepresentação do marco regulatório o trabalho reapresenta a análise do Projeto Pedagógico de 2019.

O primeiro tópico do Projeto mostra a “*apresentação*” do mesmo. Nesse tópico, viu-se novamente a contradição ideológica, pois constatou-se tanto reflexos ideológicos neoliberais ao se apresentarem a modernização do órgão que se refere ao gerencialismo na administração pública, novas formas de aprendizagem, o empreendedorismo como princípio da Fábrica Social e um chamado à motivação dos alunos para que estes se empenhem e deem o melhor de si remetendo ao culto ao desempenho que mostram Dardot e Laval (2016). Como também ideologias sociais referentes à inclusão social produtiva e ao direcionamento da política aos mais vulneráveis.

O trabalho também analisou a “*inserção regional*” da Fábrica Social que se refere à Cidade Estrutural que sofre por conta das mazelas sociais sendo uma das cidades-satélites com menor índice de desenvolvimento humano do DF e que apresenta desestruturas sociais que influenciaram a escolha dessa cidade para a implantação da Fábrica. Vale ressaltar que a Estrutural se expandiu e teve a sua sociogênese moldada durante os anos 1990 que foi um período marcado pelo avanço do neoliberalismo no Brasil. Essa cidade também passou por um fenômeno relacionado à uma “*invasão*” de pessoas socioeconomicamente vulneráveis que foram atraídas pelo crescimento do “*Lixão da Estrutural*” que se tornou o maior lixão da América Latina.

Vale ressaltar que a população da Estrutural é majoritariamente composta por habitantes em condições de produtividade, portanto é uma região com potencial produtivo e que necessita de políticas de fomento ao desenvolvimento econômico.

Durante a “*conceituação*”, constata-se que os governos do Agnelo, Rollemberg e Ibaneis, mesmo possuindo divergências ideológicas, mantiveram o Plano criado pelo governo Agnelo e estão alinhados à superação da pobreza no DF. Porém, os governos pós-Agnelo, especialmente o de Rollemberg, fizeram uma crítica à maneira pela qual o Programa estava sendo conduzido e operacionalizado e acusaram o governo de negligenciar a formação profissional e focar somente na produção aos moldes de uma fábrica tradicional que usa as formas Taylor/Ford de produção, com isso buscou-se um modelo mais flexível, moderno e que se alinha à reestruturação produtiva. Portanto, nota-se disputas políticas e ideológicas que foram se moldando e se apresentando no contexto da Fábrica Social.

Ainda nesse tópico, viu-se a ampliação dos cursos, como também reflexos do gerencialismo e da modernização da administração pública e do órgão. E também a contatação de que segundo o Projeto o programa está sendo realizado de maneira efetiva, fato que não pode ser comprovado integralmente, pois não existe um acompanhamento pós-programa e os dados de efetividade são escassos ou inexistentes.

Também se apresentaram contradições ideológicas durante os tópicos sobre “*objetivos gerais e específicos*”. Contudo, pode-se notar nesses objetivos o viés essencialmente social da Fábrica Social. Também foi analisado o tópico “*acesso ao programa*” e nele constatou-se que o acesso dos beneficiários ao programa se dá por uma maneira que diverge à lógica concorrencial do sistema capitalista.

Já nos tópicos “*Metodologia do programa*” e “*Diretrizes curriculares e procedimentos pedagógicos*”, notou-se um maior reflexo das ideologias neoliberais, pois se analisou a busca pela subjetividade dos indivíduos, a influência do Toyotismo e da reestruturação produtiva na formação de um sujeito “colaborador” e que possua um desempenho exemplar, ou seja, um indivíduo “flexível”, aberto às mudanças, polivalente, etc. O Projeto nesses tópicos busca a adequação dos ensinamentos ao mercado e ao mundo do trabalho com o intuito de que os alunos não fiquem excluídos das

mudanças no mundo do trabalho. Outras discussões foram realizadas nesses tópicos e mostraram reflexos neoliberais.

O tópico “*Interdisciplinaridade e Transversalidade como práticas metodológicas*” também mostram mais reflexos da ideologia neoliberal ao se buscar práticas que se adequam ao mercado após as crises do capital e a reestruturação produtiva sob o viés neoliberal. Nesse trecho, discorre-se sobre o indivíduo schumpeteriano que busca “*criar, ir além e inovar*”, com o intuito de que evoluam tanto esse indivíduo na forma de uma empresa de si mesmo, como a empresa em que este indivíduo trabalha.

Durante o “*eixo integrador: o mundo do trabalho*”, os reflexos ideológicos neoliberais também foram constatados. Dentre outros motivos, pelo fato de o Projeto procurar moldar e capacitar um indivíduo “colaborador” que “*sabe-ser*” e “*sabe-fazer*” e que está apto ao mercado de trabalho.

Já na parte sobre os “*eixos transversais*” ficou entendido que se busca o que o mercado e o mundo do trabalho estão precisando e serão feitas poucas abordagens que se distanciam da ideologia dominante que é a liberal/neoliberal. No eixo “*Cidadania, Ética e Direitos Humanos*” existem contradições ideológicas, pois se apresentam tanto as ideologias liberais e neoliberais ao se buscar a formação de um cidadão “colaborador” e que se adequa ao sistema, como uma abordagem mais social que respeita a diversidade e se vincula mais à ideias de esquerda e na própria busca pela conquista de uma cidadania que teoricamente não está presente na realidade dos indivíduos em situação de vulnerabilidade fazendo então com que o programa aja contra essas mazelas sociais.

O trabalho analítico concluiu que o tópico do eixo “*Educação para a sustentabilidade*” voltado para uma visão de mundo pautada pelos cuidados com o meio ambiente, não se insere claramente no contexto socioeconômico dos beneficiários do programa.

Já o eixo transversal “*Empreendedorismo e negócios*” apresentou fortes indícios de reflexos ideológicos neoliberais. Durante a análise desse tópico o presente trabalho apresentou análises que consideram que o Programa está alinhado a um “fetichismo” do trabalho dentro de um contexto mercantil liberal como forma de extração de mais-valia e como formação de um neossujeito que está alinhado às

mudanças econômicas mundiais e que deve se considerar uma empresa de si mesmo para que sobreviva e produza nesse sistema capitalista e concorrencial em que estão inseridos.

A análise do tópico “*indicadores teórico-metodológicos do programa*” também apresentou mais reflexos neoliberais, pois, novamente, o programa indica que se busca a educação profissional para a formação de sujeito “colaboradores” e polivalentes.

Por fim, o tópico “*Critério de avaliação de aprendizagem*” indica mais uma vez reflexos ideológicos neoliberais, pois constatou-se reflexos de um construtivismo que preza pela individualidade e que não busca formas de coletividade. A análise mostrou também que o indivíduo se forma na prática em um mundo concorrencial repleto de conflitos. Evidenciando assim a “praxeologia” de Von Mises, ideólogo neoliberal. Ao final desse tópico foi observado que existe um problema quando o Projeto mostrou a ideologia como geradora de angústia, essa desideologização que pode ser chamada de “pós-ideologia” é uma pauta que o próprio neoliberalismo prega para dissimular as ideologias conflitantes que buscam a luta de classes e a mudança do status quo.

Após o Projeto de 2019 foi evidenciado resumidamente sobre os estudos realizados acerca do Projeto Pedagógico de 2021. E se constatou um alinhamento com as recomendações feitas no Projeto de 2019, mesmo que com particularidades.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar elementos ideológicos contidos no Programa Fábrica Social, uma política pública de trabalho, emprego e renda e de qualificação profissional e como a compreensão sobre os significados do trabalho se apresentam mediados pela ideologia neoliberal. Os estudos foram realizados por meio de análise documental, como os Projetos Pedagógicos de 2019 e de 2021, os sítios eletrônicos, os planos de governos e os marcos regulatórios referentes à Fábrica Social. A conclusão indica que as ideologias influenciam as ações dentro da Fábrica Social e se apresentam em diferentes contextos.

Um desses contextos é o estudo da própria inserção regional que é a Cidade Estrutural. Região Administrativa do DF marcada pelas mazelas sociais causadas dentre outros motivos pelo avanço do neoliberalismo no Brasil e as crises

do capital que proporcionaram a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e o aumento da miséria no Brasil e que conseqüentemente trouxeram a necessidade de implantação de programas sociais como a Fábrica Social.

Além disso, o trabalho apresentou as principais políticas públicas de trabalho, emprego e renda, os principais conceitos de ideologia, quais as principais ideologias e de que maneira elas impactam e influenciam as ações dos indivíduos e da sociedade seja de uma forma micro e/ou macro e como elas impactaram as relações de trabalho no Brasil.

O trabalho apresentou que em um contexto macro as ideologias se tornaram motivo de conflitos que dividem a sociedade entre aqueles de “esquerda” e de “direita”. As ideologias não apenas baseiam discussões políticas e institucionais que definem os rumos das eleições brasileiras, como também influenciam a formulação e desenvolvimento das políticas públicas.

Para contextualizar as disputas ideológicas nesse aspecto macro, o trabalho apresentou que o receituário ideológico neoliberal passou a se tornar dominante pelo mundo após a crise do capital e dos países durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 e após o fim da Guerra-Fria que marcou a queda de países socialistas.

A ideologia neoliberal se apresentou, principalmente, dentro do contexto econômico e do mercado por meio da reestruturação produtiva que teve como uma de suas características a forma toyotista de produção, ou seja, uma forma de produção que preza pela eficiência, pelo corte dos gastos, pela maximização dos lucros com o intuito de se sair da crise do capital e que por conseqüência impacta diretamente as relações de trabalho, principalmente sob um aspecto negativo de superexploração no trabalho, flexibilização, informalidade, terceirização e precarização. As influências dessa reestruturação produtiva se apresentaram de diferentes maneiras na Fábrica Social, mas valem destaque: a instituição de auxílio relacionado à produtividade visto que a vinculação entre produtividade e salário passaram a se tornar comuns após a reestruturação produtiva e a produtividade passou a ser fator fundamental para o recebimento de um salário adequado vale notar que esse entrelaçamento causa uma maior superexploração do trabalho; a necessidade de uma interdisciplinaridade e a ampliação dos cursos ofertados para que o indivíduo possua diversas competências

fazendo com que aos poucos se rompa com o modelo Taylor/Ford de especialização e padronização e se insira um modelo toyotista mais flexível; a promoção de uma Cidadania que foi identificada como um reflexo neoliberal ao se formar indivíduos “colaboradores” que “sabem-ser” e que as qualidades que devem ser desenvolvidas pelo sujeito remetem a um universo social em que a “apresentação de si mesmo” é um desafio estratégico para a empresa em que o indivíduo trabalha e para a empresa de si mesmo, se o indivíduo deve ser “aberto”, “síncrono”, “positivo”, “empático”, “cooperativo”, não é para a felicidade dele, mas sobretudo e em primeiro lugar para obter do “colaborador” o desempenho que se espera dele, esses fatores fazem com que se aumente a alienação; e o incentivo a um empreendedorismo como forma alternativa de geração de renda, esse empreendedorismo que foi constatado como sendo um incentivo a um trabalho assalariado sem direitos trabalhistas que faz com que se aumentem as relações inter-empresas, como as terceirizações. Com isso, também se nota um fetichismo no trabalho onde os agentes sociais (pessoas da sociedade) ficam reduzidos à condição de obstinados comerciantes que só almejam vender sua mercadoria pelo melhor preço. Por meio da venda dos seus serviços ou produtos se utilizando do “empreendedorismo” e da terceirização para atingir esses fins. Esse fetichismo mercantil tem o objetivo de deixar o mundo do trabalho à mercê do livre mercado.

A ideologia neoliberal também foi uma das responsáveis pela implementação do gerencialismo na administração pública que buscou uma “modernização” dos Estados por meio das privatizações e das terceirizações para se atingir o corte dos gastos e a diminuição da máquina pública. Essa ideologia como mostram Dardot e Laval (2016) procura transformar a sociedade em uma sociedade empresarial liberal que tenha o mínimo de intervenção estatal possível e que deixe o mercado o mais livre possível para que este se desenvolva e reproduza as suas indicações ideológicas. Portanto, a ideia é fazer uma sociedade disruptiva, neoschumpeteriana e é um projeto político e ideológico feito de forma macro.

E são a partir dessas afirmações que se identifica o risco do próprio órgão Fábrica Social se tornar privatizado a partir dessa ideologia neoliberal visto que se identificou uma busca por uma subjetividade até mesmo dos órgãos públicos quando estes usaram de suas idiosincrasias para fazer suas ações, isso é constatado explicitamente no Projeto Pedagógico de 2021 quando na página 13 se

discorre sobre um rompimento com o PDQ que é o Plano De Qualificação do Distrito Federal. Esses reflexos privatistas e que buscam a terceirização influenciaram esta pesquisa, pois esse trabalho que tinha um dos objetivos extrair a opinião de alguns servidores sobre as mudanças políticas e ideológicas teve que ponderar suas pesquisas para não atingir involuntariamente e negativamente servidores que trabalham de forma terceirizada. Com isso, mesmo não sendo o caso da Fábrica Social, nota-se que privatizações podem impactar até mesmo a academia quando esta procura fazer pesquisas em locais imersos em visões gerencialistas, privatistas e que possuem um grande número de servidores terceirizados.

Já o neoliberalismo age também na formação de um neossujeito que se adequa ao sistema e trabalha para a perpetuação desse sistema, um dos pontos de destaque que o neoliberalismo faz para que sua ideologia seja aceita e perpetuada é que esta ideologia age a partir dos interesses subjetivos dos indivíduos. O neoliberalismo propicia um governo inconsciente e que não se apresenta de forma clara, pois os indivíduos de uma sociedade dominada pelo aspecto ideológico neoliberal agem como se estivesse atendendo os seus desejos mais íntimos e não atendendo a um sistema que o controla e que define os moldes pelos quais esse indivíduo deve sobreviver. Portanto, o capitalismo sabe agir ideologicamente para ser algo consentido e conceitos como “pós-ideologia” surgiram para explicar uma tentativa de desideologização feita pelo próprio sistema dominante com o intuito de que não existam disputas ideológicas e todas as ações sejam baseadas em argumentos científicos e tecnicistas maculando assim a ideologia dominante que molda todo o sistema capitalista.

No Brasil, o neoliberalismo ganhou destaque durante os anos 1990 e essa ideologia em relação ao trabalho se apresentou por meio das desregulamentações, terceirizações, incentivo à rotatividade, privatizações, aumento da informalidade, aumento do setor de serviços e do combate aos sindicatos e de quaisquer formas de coesão social. E mesmo após a eleição do governo Lula em 2002 que faz parte do PT, um partido de esquerda, o receituário neoliberal ainda continuou se apresentando mesmo que com menos influência por conta de políticas desenvolvimentistas e keynesianas. Já após a crise que o Brasil enfrentou durante o governo Dilma e que levou à queda do governo petista, o aspecto ideológico neoliberal começou a ganhar mais força após a entrada do ex-presidente Michel Temer que tinha

como um de seus objetivos implantar as reformas trabalhistas que priorizam a flexibilização das leis trabalhistas, essa flexibilização que já foi constatada como não geradora de mais empregos, mas pelo contrário de mais insegurança aos trabalhadores. Temer buscou fazer essas ações baseado no projeto liberal de governo intitulado “*Ponte Para o Futuro*” de autoria do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, recentemente ficou sabido que a não aceitação desse projeto pela ex-presidenta Dilma foi crucial para a sua queda como apontou o próprio Michel Temer (FERNANDES, 2016). Após o governo Temer, a “direita” que defende o capitalismo e as ideologias liberais/neoliberais foi eleita no Brasil por meio do presidente Bolsonaro que tem Paulo Guedes como Ministro da Economia, um defensor das políticas econômicas neoliberais e que é adepto à Escola de Chicago.

Já no Distrito Federal, essas mudanças políticas e ideológicas dos últimos anos podem ser observadas, por exemplo, no caso do ex-governador Agnelo do PT que possuía uma proposta mais definida de concertação social e inclusão produtiva, constatou-se também um alinhamento entre esses projetos sociais e a implantação do Plano “DF- Sem Miséria” e da Fábrica Social fatos que evidenciaram a consonância entre os governos petistas federal e do DF. As mudanças e disputas políticas e ideológicas que ocorreram na segunda década do século 21 propiciaram a entrada de governadores que se alinharam às novas formas ideológicas vigentes e se basearam no mercado para fazer suas políticas, sobretudo no que se refere à condução da Fábrica Social. Vale ressaltar que maiores estudos devem ser realizados para identificar quais as principais ideologias de cada governo que governou o DF, recomenda-se que deve ser realizado um estudo mais amplo das políticas e ações desses governos e essa foi uma das limitações desse trabalho que buscou analisar especificamente a Fábrica Social.

As mudanças de governos no Distrito Federal influenciaram sobremaneira as formulações da Fábrica Social e essas disputas foram evidenciadas na análise documental realizada neste trabalho, visto que se buscou uma maior adequação dos Projetos ao que o mercado de trabalho precisa e se orientou a formação de um indivíduo polivalente com várias competências por meio de uma interdisciplinaridade e que esteja apto e motivado à se inserir em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e que oferece ocupações temporárias e precárias.

Além disso, caso o governo petista não tivesse sido derrotado no

governo federal e no DF, as recomendações contidas nos Projetos Pedagógicos muito provavelmente poderiam ter tomado caminhos diferentes como pode ser observado no Projeto Pedagógico de 2019 em que se apresenta uma reconceitualização. Ocorrida durante o governo Rollemberg, que justificou a reformulação afirmando que a Fábrica Social estava utilizando o processo de produção como um “fim” e não como um “meio” para a capacitação profissional. Essa nova conceitualização influenciou a formulação dos Projetos Pedagógicos e das práticas na Fábrica Social.

Contudo, o presente trabalho questiona acerca dessa problematização quanto a utilização da Fábrica Social como uma fábrica que utiliza o processo de produção como um “fim”. O trabalho possui o ponto de vista de que a Fábrica Social poderia sim utilizar o processo de produção como um “fim” e que mais fábricas públicas poderiam ser criadas para atender as demandas do DF ao mesmo tempo que divide os lucros e ganhos dos produtos com os próprios beneficiários dos programas e se respeitem as leis trabalhistas para que não ocorram explorações no trabalho. Essas fábricas poderiam usar conceitos como a economia solidária e o cooperativismo para se desenvolverem baseados em uma forma de produção coletiva e não individual. E essa medida poderia ajudar a diminuir o número de empresas intermediárias que agem por meio de licitações e que apenas visam o lucro vendendo para o governo visto que mais de 90% do que o DF consome vem de outros estados e isso poderia ajudar a apaziguar o problema do desemprego ao se criarem novos postos de trabalho. (TSE, 2014)

Outro fato que corrobora esse questionamento é o fato de que em 2015 a Fábrica Social produziu mais de 628 mil itens e proporcionou mais de 4 milhões de reais de economia aos cofres públicos ao doar para a administração pública os produtos produzidos pelos alunos. (MARTIMON, 2015)

Mesmo assim, no âmbito da Fábrica Social o trabalho identificou que existem contradições ideológicas em diferentes contextos. Foi constatado que existe uma dinâmica, existem disputas que vão se consolidando no próprio contexto. Por vezes, a Fábrica concentra suas energias em atender as pessoas socialmente vulneráveis e realmente essa foi constatada como sendo a essência do programa, mas também por vezes a Fábrica em suas práticas age com o intuito de atender as demandas do mercado e de replicar o sistema capitalista sob o aspecto ideológico neoliberal. A Fábrica Social também normaliza e incentiva os trabalhos informais que

proporcionam precarizações no trabalho e o não atendimento de direitos básicos do trabalho.

O trabalho apresentou que as ideologias e os interesses políticos locais podem ser mais facilmente implantados quando se constata uma falta de dados para embasarem as ações públicas e esses fatos puderam ser constatado na Fábrica Social e propiciaram ações do governo baseados em mero uso ideológico dos governantes e dos formuladores dessa política pública. A falta de dados referentes à situação dos alunos pós-programa evidencia também que não se sabe se a política está sendo efetiva e isso também impactou na condução do presente trabalho de conclusão de curso, pois um dos objetivos do trabalho era descobrir como os alunos estão após passar pelo programa, se eles estão inseridos no mercado de trabalho ou não e de qual maneira isso está acontecendo seja de uma maneira formal ou informal. O trabalho não pôde aferir esses dados por conta dessa falta de informações.

A partir da noção de que essas influências ocorrem, constata-se que a ideologia neoliberal influenciou as formulações de todo o Projeto Pedagógico de 2019 e de 2021 e das leis. O trabalho contextualizou como o neoliberalismo age na formação de um neossujeito, ou seja, um indivíduo empresarial que se apresenta como uma empresa de si mesmo ao buscar se tornar polivalente, flexível, pró-ativo, colaborador e aberto às mudanças do mercado de trabalho. E a formação desse neossujeito se apresenta nos Projetos Pedagógicos também ao se indicar que os indivíduos socio economicamente vulneráveis devem se adequar à transformação das novas formas de trabalho e que nesses Projetos se apresentaram quando foram evidenciadas as mudanças dos conceitos de “empregado” para o de “ocupado”. Ou seja, normaliza-se a ocupação temporária como uma forma de inclusão produtiva e essa normalização pode trazer consequências perversas aos beneficiários do programa que já estavam inseridos em condições vulneráveis.

E é a partir dessa formação de um neossujeito empresarial que se concluiu que o empreendedorismo que aparece como um eixo transversal nos Projetos Pedagógicos é um reflexo do neoliberalismo. O empreendedorismo como forma alternativa de geração de renda está sendo normalizado e incentivado tanto na Fábrica Social, como em um contexto macro nacional e mundial. Para exemplificar, Emmanuel Macron, presidente da França, em seus discursos e planos de governo mostrou que um de seus projetos para a França é fazer uma nova “revolução” aos

moldes da Revolução Francesa e transformar o país em uma “nação startup” que seria exemplo em todo mundo. (IBLED, 2019) Essa forma de pensar uma nação possui traços enraizados na ideologia neoliberal, esses conceitos empresariais, disruptivos, flexíveis e que visam o lucro que são advindos de uma “startup” são transferidos à forma de pensar um Estado e devem ser objetos de estudos para se entender como as ideologias influenciam a formação de toda uma sociedade.

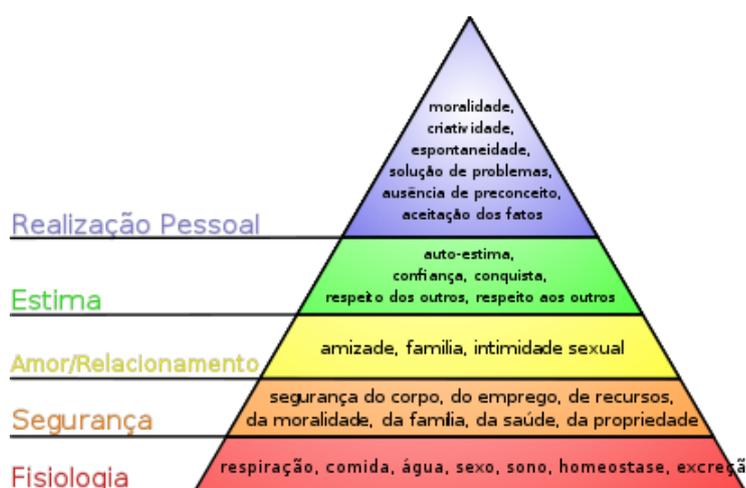
Devido a esse culto ao empreendedorismo, conceitos como “uberização” do trabalho estão surgindo para explicar esse fenômeno de trabalhadores que trabalham como se fossem empregadores de si mesmos. Porém, identifica-se que se deve ter muito cuidado ao se incentivar essas novas formas de trabalho porque elas dão espaço para formas perversas de relações de trabalho, como os trabalhos precarizados, sem direitos trabalhistas, intermitentes, com baixos salários, flexíveis, etc. Tudo isso para se extrair uma mais-valia dos trabalhadores.

E foi a partir do entendimento dessas relações desiguais entre capital e trabalho que o presente trabalho faz uma relação moral sobre o trabalho e como este está se desenvolvendo nos últimos séculos. As formas de relação de trabalho sempre aconteceram de acordo com o sistema econômico dominante. Na época da escravidão a lógica do sistema funcionava em prol dos donos de escravos, após o fim da escravidão, as primeiras revoluções industriais e a modernização urbana fizeram com que o sistema capitalista necessitasse de trabalhadores assalariados para que esses se tornassem consumidores e sustentassem a economia ao comprarem produtos produzidos pela indústria, já nos dias atuais com as revoluções tecnológicas que ocasionam cada vez mais as substituições de trabalhos humanos pelo trabalho de máquinas e softwares que estão cada vez mais eficientes e que proporcionam desempregos em massa fazem com que os trabalhadores precisem se desdobrar para exercerem algum trabalho e é a partir disso que o empreendedorismo de serviços e de produtos surge como uma forma de sobrevivência ao aumento do desemprego e da diminuição dos gastos sociais feitos pelo Estado. Com isso, conclui-se que na escravidão o indivíduo trabalha porque precisa sobreviver, no assalariamento o trabalhador pode até não se identificar com o seu trabalho, mas trabalha porque quer consumir, quer possuir um status social ele passa a se identificar com o trabalho como um meio de realização pessoal e social, já o receituário que está sendo incentivado atualmente é de que o trabalhador trabalhe com um propósito e como um

“colaborador”, com isso ele está inconscientemente alienado e pensa que trabalha para si mesmo, quando na verdade está trabalhando para sobreviver e para não se tornar um desempregado. Portanto, nos dias atuais está acontecendo um inverso volta-se à época da escravidão, pois a escravidão atual se dá de maneira inconsciente os indivíduos são governados por um governo inconsciente que age a partir da utilização dos interesses dos indivíduos.

E o trabalho identificou que apesar das críticas presentes acerca da veracidade da Pirâmide de Maslow que é um conceito criado pelo psicólogo norte-americano Abraham H. Maslow, que busca determinar as condições necessárias para que cada ser humano atinja a sua satisfação pessoal e profissional, há uma correlação entre essa pirâmide e as formas de dominação de trabalho apresentadas no parágrafo anterior.

Figura 1 - Hierarquia de necessidades de Maslow



Fonte: Wikipédia ([s.d.])

De acordo com a análise essa relação se apresenta, pois em cada forma de trabalho (escravidão, assalariado e empresa de si mesmo) existe um avanço da pirâmide de baixo para cima de acordo com a Figura 1. Ou seja, na escravidão o trabalho apenas atende as necessidades mais básicas que estão contidas na parte de baixo da pirâmide, já no trabalho assalariado o trabalho atende até o eixo da “Estima”, o indivíduo por vezes não atinge uma “Realização Pessoal” por conta das formas hierárquicas verticalizadas de trabalho em que ele está inserido. Por fim, quando o capitalismo utiliza das empresas de si mesmo para se reproduzir os indivíduos passam a agir com um propósito a fim de se atingir a realização pessoal

que é o topo da pirâmide, ou seja, a teoria é de que o capital dominante e os donos dos meios de produção que são alinhados à ideologia neoliberal estão cientes dessa Pirâmide de realização pessoal e utilizam da mesma e das relações psíquicas humanas para replicar as formas de dominação ao se incentivar o empreendedorismo e a utilização das subjetividades dos indivíduos aos seus favores e à extração da mais-valia.

Vale ressaltar que o governador Rollemberg em seu plano de governo discorreu que sua intenção para os anos de 2019-2022 era de transformar a Fábrica Social em um “*grande centro de fomento ao empreendedorismo*” (TSE, 2018, p.36). E essas práticas políticas e discricionárias só não realizadas integralmente por conta de um insulamento burocrático que é caracterizado como um fenômeno no qual a burocracia por meio dos órgãos públicos possui um alto grau de independência em relação aos controles político ou social. (CAVALCANTE; LOTTA; OLIVEIRA, 2018).

Contudo, vale ressaltar que não existe um problema no empreendedorismo. As pessoas socialmente vulneráveis têm o direito de empreender como fazem as classes mais ricas. O problema que o trabalho procura mostrar é que estão desvirtuando essa prática empreendedora em um trabalho assalariado moderno sem direitos trabalhistas e sem coesão social ao se criar relações interempresas. Algumas pessoas podem ter sucesso na prática empreendedora, mas o que se mostra é que isso acontece com uma minoria e sem um suporte de crédito e de gestão as chances desses pequenos negócios não obterem sucesso são enormes ainda mais por conta do contexto de crise do capital e pandêmica em que a sociedade está inserida. E pelo fato de que na lógica capitalista quem possui mais capital absorve os pequenos negócios. Ou seja, o campo concorrencial é desigual e o “mais forte” na maioria das vezes prevalece.

Após essa reflexão, a conclusão do trabalho retoma o fato de que nos Projetos Pedagógicos também existe uma indicação para a transformação de um sujeito em um cidadão que deve “*saber-ser*”, ou seja, saber se comportar como um “colaborador” que serve ao sistema capitalista. Com isso, foi analisado que essas indicações mesmo que feitas com um objetivo social e que procura beneficiar o público-alvo, na verdade, carregam traços de um liberalismo que exclui e faz a separação entre homem e cidadão e esses são fatos que acompanharam a ideologia liberal desde o seu surgimento e foram apresentadas durante o trabalho analítico.

Após isso, nota-se que as recomendações pedagógicas dos Projetos Pedagógicos caminham para um construtivismo voltado à individualidade e à subjetividade que se assemelham à “praxeologia” do ideólogo neoliberal Von Mises e dos pensadores neoliberais, e que não é voltado para uma coletividade como nos moldes constatados pelos métodos pedagógicos propostos por Paulo Freire e que podem transformar os indivíduos em seres críticos e que podem buscar uma real autonomia social e econômica. Paulo Freire discorreu que “*a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos...*” (FREIRE, 1968, n.p).

Após isso, indica-se que deveria ser priorizado o eixo transversal referente à economia solidária. Os Projetos Pedagógicos deveriam reforçar essas práticas ao se fomentar uma cultura de solidariedade e não apenas priorizar práticas empreendedoras individuais. E essa recomendação pode ser confirmada ao se citar Serra (2009, p.249):

a verdadeira inclusão social não deve ser encarada como algo decorrente dessas ações (individualizadas), mas sim, como algo que ocorre quando os contingentes dos chamados excluídos, através da participação em ações coletivas, recuperam sua dignidade e conseguem além de emprego e renda, acesso à moradia decente, a equipamentos e atividades culturais e serviços públicos, como educação, saúde, habitação e transporte.

Além disso, a economia criativa, que se baseia no uso da imaginação criativa das pessoas para aumentar o valor de uma ideia ou de um produto e também pode ser definida como o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico, poderia ser incentivada na Fábrica Social visto que, dentre outros cursos, 1000 vagas são destinadas para confecção de vestuário e esse tipo de produção pode entrar no tema relacionado à moda fato que geraria mais valor aos produtos produzidos pelos alunos.

O presente trabalho também propõe outros eixos transversais que poderiam ser tratados nos Projetos Pedagógicos. A exemplo de eixos que poderiam

tratar sobre os sindicatos, esse eixo teria como objetivo auxiliar os alunos para que encontrem uma associação sindical referente aos seus diferentes tipos de trabalhos e qualificações para que esses alunos façam parte de um coletivo trabalhista e que saibam da importância de seus direitos quando estiverem inseridos no mercado de trabalho e saibam da importância de uma coesão social para que as relações entre o capital e trabalho não sejam desiguais.

Outro eixo proposto é a criação de um eixo referente aos aspectos psicológicos e emocionais dos alunos visto que já que a intenção da Fábrica Social é incluir esses alunos no mercado de trabalho, e como mostrou esse trabalho, o mercado de trabalho é regido por ideologias que incentivam um culto ao desempenho, a um “gozo” desmedido, a concorrência e a prevalência de quem possui mais capital. Portanto, essas formas de pensar o mundo e as relações díspares entre capital e trabalho podem levar os indivíduos à depressão como mostram Dardot e Laval (2016). Por isso, trabalhar o aspecto psicológico dos alunos é de suma importância para que estes não sofram mais intensamente as consequências perversas do capitalismo.

Já outra recomendação sobre os eixos transversais é que se retome o eixo transversal referente à segurança do trabalho que foi retirado do Projeto Pedagógico de 2021 e é de suma importância para os alunos visto que anualmente em todo o mundo mais de duas milhões de pessoas morrem em decorrência às atividades relacionadas ao trabalho e esse número foi evidenciado no próprio Projeto de 2019.

Outra recomendação é que a Fábrica Social faça uma busca mais ativa por empregos formais aos trabalhadores que passam pelo processo de capacitação profissional. Para isso podem ser utilizados meios tecnológicos como aplicativos e sistemas de software que proporcionam o encontro entre ofertas de trabalho e os trabalhadores capacitados aumentando as chances de empregabilidade.

O presente estudo analítico tem a sua importância ao identificar que elementos como as ideologias, que por vezes passam despercebidas ao se estudar uma política pública, podem influenciar sobremaneira a condução das mesmas. Devido a isso, mesmo com as limitações pandêmicas, limitações de dados, limitações de tempo de estudo, limitações de estudos de outras variáveis que não os documentos apresentados, o presente trabalho conseguiu identificar elementos ideológicos que

reproduzem ideias dominantes e essa identificação pode ser importante para que o Programa Fábrica Social passe a considerar essas variáveis e atue em prol dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e não se influencie apenas por uma lógica de mercado e de viés ideológico implícito.

O tema trabalho, emprego e renda é um tema que merece bastante atenção por parte do governo e da sociedade como um todo. Por isso, maiores estudos devem ser realizados para se entender quais as melhores práticas para resolver os problemas da desestruturação do mercado de trabalho. Além disso, ações por parte do governo devem ser tomadas para que aja uma estruturação do mercado de trabalho e entre essas ações está um desenvolvimento econômico federal feito de forma planejada e que inclua as parcelas mais vulneráveis da população. O governo deve oferecer alternativas de saída da pobreza sobre uma base de promoção de um trabalho digno que promova esperança e dignidade às pessoas. E os caminhos para essa nova cultura do trabalho devem se dar de forma coletiva.

Os desafios futuros são ainda maiores pelo fato de que as revoluções tecnológicas estão tornando as máquinas e os softwares cada vez mais capazes de fazerem trabalhos repetitivos que os seres-humanos e em um futuro próximo os desempregos causados pelas máquinas podem ser cruéis para as pessoas que não possuem uma qualificação profissional e educacional adequada. O número de desempregados e a miséria no Brasil tendem a aumentar se não for realizada uma inclusão social e produtiva em âmbito nacional.

Por fim, conclui-se que o programa de qualificação profissional Fábrica Social é uma política pública que possui essencialmente um viés ideológico social, porém foi constatado que existe uma dinâmica ideológica que vai se apresentando no próprio contexto do programa e foram constatados reflexos ideológicos liberais e neoliberais voltados para o atendimento do que o mercado e o capitalismo em crise precisam.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Declaration by the Diggers of Wellingborough – 1650. **Wayback Machine**, 2011. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20110709064100/http://www.rogerlovejoy.co.uk/philosophy/diggers/diggers3.htm> . Acesso em: 12 de abr. de 2021.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em:

<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67> .

Acesso em: 6 out. 2021.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego recua para 14,1% no 2º trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões, aponta IBGE. **GLOBO**, 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/31/desemprego-fica-em-141percent-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml> . Acesso em: 13 de set. de 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia E Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ANDERSON, Perry, "Balanço do neoliberalismo". In SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão, o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª Ed. S. Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Clara Feitosa. Política de intermediação de mão de obra: uma análise comparativa da capacidade estatal de implementação em diferentes arranjos de descentralização. **UNB**. 2017.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. **Planejamento e políticas públicas**, n. 12, 2009.

BACHA, E.; BONELLI, R. Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo. In: SEMINÁRIOS DIMAC, 52., 2001. Anais... Rio de Janeiro: **Ipea**, 2001.

BACHARACHIB, P. e BARATAZ, M.S. **Two Faces of Power**. American Science Review, 56. 1962.

BALL, Terence. Communism. **Britannica**, 1999. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/communism> . Acesso em: 24 de mai. de 2021.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 2ª ed. São Paulo: **Cortez**, 2008, p. 90-129.

BIONDI, Pablo. "NÃO FALE EM CRISE, TRABALHE" - SOBRE A IDEOLOGIA DO

TRABALHO. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 3, n. 4, p. 90-110, 2017.
 MANCE, Euclides André. Quatro teses sobre o neoliberalismo. **Educar em Revista**, p. 09-34, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador-Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 39-49, 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. **Estudos Avançados**, v. 19, p. 85-104, 2005.

CARDOSO Jr, et al. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Texto para Discussão nº 1237. Brasília, novembro de 2006.

CAVALCANTE, Luciana. Índice de miséria no Brasil é recorde, puxado por inflação e desemprego. **UOL**, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/12/indice-de-miseria-brasil-recorde-inflacao-desemprego.htm> . Acesso em: 17 de set. de 2021.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; LOTTA, Gabriela Spanghero; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. 2018.

COUTO, Camille. População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros. **CNN BRASIL**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/> . Acesso em: 19 de set. de 2021.

DAL CASTEL, Karen Elena Costa. De Roma à Florença: Teoria do Conflito em Maquiavel.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2016.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

DOS SANTOS, José Aparecido. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO NO BRASIL * WORK: PUBLIC POLICIES IN BRAZIL**.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. S. Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

EFE. Globalização não reduz desigualdade e pobreza no mundo, diz ONU. **Folha de S. Paulo**, 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u104540.shtml> . Acesso em: 03 de ago. de 2021.

Engels: Princípios Básicos do Comunismo. **Marxists**, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm> . Acesso em: 12 de jun. de 2020.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 2010.

FERNANDES, Marcella. Dilma caiu por não apoiar "Ponte para o Futuro", diz Temer. **EXAME**, 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/dilma-caiu-por-nao-apoiar-ponte-para-o-futuro-diz-temer/> . Acesso em: 12 de set. de 2021.

FERNANDES, Sabrina. Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira. **Autonomia Literária**, 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

FREIRE, Paulo. Pedagogia del oprimido. 1968.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

Governador visita Fábrica Social e promete avaliar mudança no programa. **Correio Braziliense**, 2017. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/07/12/interna_cidade_sdf,609077/amp.shtml . Acesso em: 17 de ago. de 2021.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. P. Alegre: L&PM Editores, 1980.

HAYEK, F.A. O caminho da servidão. Arquivado em 5 de julho de 2016, no Wayback Machine. São Paulo: **Instituto Ludwig von Mises Brasil**, 2010.

HEYWOOD, A. Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo. Tradução de: MARCOANTONIO, J.; JANIKIAN, M. 1. ed. São Paulo: **Ática**, 2010. 2 v.

IBLED, Carla. Macron and the imaginary of a "start-up nation". **Political Economy Research Center**, 2019. Disponível em: https://www.perc.org.uk/project_posts/macron-and-the-imaginary-of-a-start-up-nation/ . Acesso em: 07 de ago. de 2021.

Karl Marx: O capital - Volume I - Capítulo VII. Disponível em: www.marxists.org. Consultado em 11 de maio de 2021.

KARLSSON, Klas-Göran; SCHOENHALS, Michael. Crimes against humanity under communist regimes. **Research review. Stockholm**, 2008.

KENTON, Will. Neoliberalism. **Investopedia**, 2020. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/n/neoliberalism.asp> . Acesso em: 02 de ago. de 2021.

LIMA, C. F; BENDASSOLLI, P. F; SOUSA, S. G de L.; AGUIAR, E. V; SOUTO, J. M.

A intermediação de força de trabalho no SINE em tempos de reestruturação produtiva: uma revisão sistemática de literatura. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. 25 – 28 de Agosto de 2015.

LOUNGANI, Jonathan e FURCERI, David. Neoliberalism: Oversold? **International Monetary Fund**, 2016. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>> . Acesso em: 12 de set. de 2021.

MACIEL, Ana Paula Brito; DE OLIVEIRA ALARCON, Anderson; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, 2018.

MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; MIOTO, Regina Célia Tamasso. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. **Revista katálysis**, v. 12, p. 207-215, 2009.

MARTIMON, Amanda. Fábrica Social: mais de 628 mil itens e R\$ 4 milhões de economia em 2015. **Agência Brasília**, 2015. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2015/12/24/fabrica-social-mais-de-628-mil-itens-e-r-4-milhoes-de-economia-em-2015/> . Acesso em: 01 de ago. de 2021.

MASLOW, Abraham. Hierarquia das necessidades de Maslow. **Wikipedia**, [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hierarquia_de_necessidades_de_Maslow#cite_note-1 . Acesso em: 13 de set. de 2021.

MIANI, Cláudia. Fábrica Social capacita e oferece mais de 800 pessoas ao mercado de trabalho. **Secretaria de Desenvolvimento Social**, 2018. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/fabrica-social-capacita-e-oferece-mais-de-800-pessoas-ao-mercado-de-trabalho/> . Acesso em: 17 de ago. de 2021.

MOURA, Enilson Simões de; MARINHO, Danilo Nolasco C. **As políticas de trabalho no Brasil: uma perspectiva do trabalhador**. 2002.

NANDES, Renata. Taxa de Desemprego diminui no Distrito Federal, em relação a maio de 2020. **CODEPLAN**, 2021. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/taxa-de-desemprego-diminui-no-distrito-federal-em-relacao-a-maio-de-2020/> . Acesso em: 16 de set. de 2021.

OLIVEIRA, Paula. Fábrica Social inaugura sistema de energia solar. **Secretaria de Desenvolvimento Social**, 2018. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/fabrica-social-inaugura-sistema-de-energia-solar/> . Acesso em: 17 de ago. de 2021.

OLIVEIRA, Tiago et al. Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro. 2015.

PÁDUA, Samira. DF ganha Centro de Economia Popular e Solidária. **Agência Brasília**, 2017. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2017/08/31/df-ganha-centro-de-economia-popular-e-solidaria/> . Acesso em: 17 de ago. de 2021.

PAIVA, Luis Henrique. O dilema do financiamento orçamentário das políticas públicas de emprego. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea**. Notas Técnicas. Mercado de Trabalho. 30 mai 2006.

PERA, Guilherme. Fábrica Social: DF é pioneiro em curso público de instalação de sistema de energia solar. **Secretaria de Trabalho**, 2017. Disponível em: <https://www.trabalho.df.gov.br/fabrica-social-df-e-pioneiro-em-curso-publico-de-instalacao-de-sistema-de-energia-solar/> . Acesso em: 17 de ago. de 2021.

PIPES, Richard. **Communism: A history**. Modern Library Chronicles, 2003.

PRISELAC, Jessica. **Final Solutions: Mass Killing and Genocide in the twentieth Century**. 2005.

RAMOS, Carlos Alberto; LOBO, Vinicius; ANZE, Viviani R. A importância alocativa das políticas de emprego. **IPEA**. 2015.

REIS, Tiago. Liberalismo econômico: o que é e quais as principais ideias? **Suno**, 2021. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/liberalismo-economico/>>. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

RUHLE, Otto. From the Bourgeois to the Proletarian Revolution. **Marxists**, 2017. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/ruhle/1924/revolution.htm> . Acesso em 15 de mai. de 2021.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. **Coletâneas. Volumes**, v. 1, 2007.

SERRA, Rose. A política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil: estrutura e questões. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 245-254, 2009.

SOUSA, Darcon. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA: AS AÇÕES DOS GOVERNOS E AS LÓGICAS DO APOIO À INFORMALIDADE E À CARTEIRA ASSINADA**. 2017. Disponível em: <https://silo.tips/download/politicas-publicas-de-trabalho-emprego-e-renda-as-aoes-dos-governos-e-as-logicas> . Acesso em: 10 de ago. de 2021.

TRABALHO, Secretaria de Estado do Trabalho. Projeto Pedagógico – Fábrica Social. **Secretaria de Trabalho**, 2019. Disponível em: <https://www.trabalho.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Projeto-Pedagogico-Fabrica-Social-Vers%C3%A3o-Final.pdf> . Acesso em: 14 de mai. de 2021.

TRABALHO, Secretaria de Estado do Trabalho. Projeto Pedagógico – Fábrica Social. **Secretaria de Trabalho**, 2021. Disponível em: <https://www.trabalho.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/Projeto-Pedagogico-Fabrica-Social-Vers%C3%A3o-Final.pdf> . Acesso em: 13 de mai. de 2021.

TSE. PROGRAMA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL 2015/2018 - GOVERNADOR AGNELO QUEIROZ VICE TADEU FILIPPELLI. 2014. Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/DF/3/70000000818/proposta_governo1404592318907.pdf . Acesso em: 12 de set. 2021.

TSE. Casa Arrumada, Hora da Virada. 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/DF/2022802018/7000614409/proposta_1536259515765.pdf . Acesso em 12 de set. 2021.

URANI, André. Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil. **Lua Nova**, nº 35, São Paulo, 1995.

VALLONE, Giuliana. Veja como o dólar se tornou a moeda de referência mundial. **Estadão**, 2009. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,veja-como-o-dolar-se-tornou-a-moeda-de-referencia-mundial,400908> . Acesso em: 23 de jul. de 2021.